

MAISA ELENA RIBEIRO

**PSICOLOGIA NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
reflexões críticas sobre as ações e dilemas
profissionais**

**PUC-CAMPINAS
2013**

MAISA ELENA RIBEIRO

**PSICOLOGIA NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
reflexões críticas sobre ações e dilemas
profissionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo.

**PUC-CAMPINAS
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t302
R484p Ribeiro, Maisa Elena.
 Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões críticas
 sobre ações e dilemas profissionais / Maisa Elena Ribeiro. – Campi-
 nas: PUC-Campinas, 2013.
 120p.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Cam - pinas, Centro de
Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia comunitária. 4. Sistema
Único de Assistência Social. I. Guzzo, Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade
Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

22. ed. CDD – t302

MAISA ELENA RIBEIRO

**PSICOLOGIA NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
reflexões críticas sobre as ações e dilemas
profissionais**

Campinas, 9 de dezembro de 2013

BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes



Profa. Dra. Márcia Hespagnol Bernardo

**PUC-CAMPINAS
2013**

Dedico este trabalho:

A Deus pela vida e fortalecimento nos momentos
mais difíceis;

Aos meus pais, Aparecida Célia da Cruz Ribeiro e
Homero Lemes Ribeiro, pelo profundo amor,
carinho, dedicação, afeto e disponibilidade
dispensados em todos os momentos da minha
vida;

E a todos os usuários e trabalhadores da
Assistência Social que vivenciam cotidianamente
as sequelas e mazelas das injustiças e
desigualdades sociais.

Agradecimentos

A Deus por me proporcionar pais e amigos tão especiais, para compartilhar os momentos difíceis e alegres da minha vida.

Aos meus pais, por sempre me apoiarem, darem suporte afetivo e financeiro para poder me dedicar à vida acadêmica.

À amiga e companheira de apartamento Maria Áurea Pereira Silva pelo companheirismo, carinho, apoio e afeto compartilhados em casa e na universidade neste período de minha vida.

Aos amigos Ludmila Rodrigues de Figueiredo, Maira Áurea Pereira Silva, Walter Mariano de Faria Silva Neto e namorado Fernando Bento Chaves Santana por disponibilizarem-se a ler o trabalho e darem suas contribuições.

Aos velhos e novos amigos pelo companheirismo e carinho nos momentos de angústias, tristezas, alegrias e diversão.

Aos meus tios Lazaro e Rosa por me hospedarem com tanto carinho em sua casa, antes da minha mudança para Campinas.

Às companheiras do grupo de pesquisa Raquel Pondian Tizzei e Mariana Ferreira Rodrigues pela amizade, contribuições teóricas e práticas nos trabalhos e discussões realizadas no grupo.

Aos colegas do grupo de pesquisa Adinete, Mariana Lemos, Ana Paula, Larissa, Etienne, Flávia, Daniel, Jacqueline, Priscila, Annelize, Antônio, Lucian, Michel, Thaisa, Cristina e Luiz Roberto pelas vivências, discussões e reflexões compartilhadas.

A todos os professores e profissionais que fizeram e fazem parte da minha formação como psicóloga e trabalho no SUAS, especialmente Tommy Akira Goto, Arialdo Germano Jr., Francisco Rogério Bonatto, Tatiane Aparecida da Silva e Bernadete Pereira de Almeida.

Às professoras Márcia Hespanhol Bernardo e Verônica Moraes Ximenes pela leitura, análise e críticas ao trabalho na qualificação e defesa. Tais contribuições foram extremamente importantes para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

E finalmente, agradeço à minha orientadora Raquel Souza Lobo Guzzo por proporcionar diversas reflexões teóricas, metodológicas e políticas acerca da minha formação e atuação profissional durante as orientações e discussões no grupo de pesquisa.

A todos meu muito obrigada!

RESUMO

Ribeiro, Maisa Elena. *Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões críticas sobre as ações e dilemas profissionais*. 2013. 108 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas.

A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e implementação do Sistema Único de Assistência social (SUAS), o psicólogo compõe as equipes técnicas dos serviços dessa política pública, inaugurando oficialmente um novo campo de atuação. Com essa inserção, o psicólogo lida com demandas das classes populares, o que exige da psicologia, como ciência e profissão, novas concepções e práticas que possam contribuir de forma efetiva para mudança social e melhoria da qualidade de vida do público-alvo destes serviços. O objetivo dessa pesquisa foi problematizar a inserção e atuação do psicólogo no SUAS, para refletir e discutir criticamente sobre as ações, problemas e dilemas enfrentados pelo profissional nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada no Materialismo Histórico Dialético, em que foram realizadas análises das seguintes fontes de informação: Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP); e Diários de Campo construídos a partir das reflexões da pesquisadora durante a participação em eventos públicos sobre o tema (seminários, fóruns, debates etc.). As análises desses materiais explicitaram as contradições entre o que é proposto pela PNAS e nas orientações do CFP com o que é realizado e vivenciado pelos profissionais na prática. Os resultados da pesquisa apontaram que apesar da inserção no SUAS representar um novo espaço de atuação para o psicólogo, os profissionais ainda reproduzem velhas práticas. Tal afirmação deve-se à identificação de ações que mantêm a perspectiva de uma psicologia tradicional que tende a deter-se apenas aos aspectos individuais e subjetivos para a compreensão dos problemas das pessoas. Ademais, os profissionais queixaram-se da sua formação e da falta de espaço para discutir sua prática, o que, muitas vezes, faz com que a repercussão de suas ações não atinja os objetivos almejados. Além do problema da formação, que não atende a esse novo contexto de atuação, o profissional ainda encontra nos serviços do SUAS diversas outras dificuldades como por exemplo: condições inadequadas de trabalho devido à falta de infraestrutura física para funcionamento dos serviços e vínculos de trabalho precarizados. No entanto, a pesquisa identificou também práticas convergentes com as demandas do SUAS como: a inserção na comunidade e trabalhos em grupos com um viés mais participativo e coletivo. Foram ainda identificadas algumas estratégias de superação dos problemas e dilemas por meio da organização coletiva e da participação política de alguns profissionais, como por exemplo, os fóruns de trabalhadores do SUAS.

Palavras Chave: Psicologia Crítica, Psicologia e Políticas Públicas, Sistema Único de Assistência Social, Psicologia Social da Libertação, Psicologia Comunitária.

ABSTRACT

Ribeiro, Maisa Elena. *Psychology in the Unified Social Assistance System: critical reflections about professional actions and dilemmas*. 2013. 108 p. Dissertation (Master in Psychology as a Profession and Science) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Sciences of Life Center, Psychology Postgraduate Program, Campinas.

After the National Policy of Social Assistance (PNAS) approval in 2004 and the implementation of the Unified Social Assistance System (SUAS), the psychologist became a technical team member for this public policy services, launching officially a new work field. With this participation, the psychologist deals with the popular class demands, demanding from Psychology as science and profession new conceptions and practices that can contribute in an effective way for social change and better quality of life for the target users of these services. The aim of this research was to question the psychologist presence and work in the SUAS, to reflect and discuss critically about the actions, problems and dilemmas faced by the professional in this context. It is a qualitative research based on the principals of Dialectical and Historical Materialism, where analyses of the following sources of information were carried through: technical references from the Federal Psychology Council (CFP); field diaries composed by the researcher with reflections about the participation in public events on this theme (seminars, forums, debates, etc.). The analyses of these materials showed the contradictions between what is proposed by the PNAS and the CPF orientations, with what is carried through and experienced by the professionals practice. The research results revealed that although the SUAS participation presents a new work field for the psychologist, these professionals still reproduce old practices. This affirmation is due to the identification of actions that maintain a traditional psychology perspective that tend to focus in individual and subjective aspects to understand people's problems. In addition, the professionals complained about their education and the lack of a space for discussions about their practice, what often results in actions that don't achieve their intended goals. Apart from the education problem, which doesn't encompass this new context and field of work, the professional encounters in the SUAS services problems such as: inadequate work conditions due to the lack of physical infrastructure required for the services operation, also precarious working attachments. However despite the problems, the research also identified practices that converge with the SUAS demands such as: community participation and group works with a collective and participative bias. Furthermore, it was identified some strategies to overcome problems and dilemmas through collective organization and political participation of some professionals, for example, the SUAS workers forum.

Keywords: Critical Psychology, Psychology and Public Policy, Unified Social Assistance System, Liberation Social Psychology, Community Psychology.

LISTA DE SIGLAS

BVS – Biblioteca Virtual de Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CadSUAS – Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CRP – Conselho Regional de Psicologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MHD – Materialismo Histórico Dialético

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição das equipes de referência do CRAS	42
Quadro 2: Composição das equipes de referência do CREAS	43
Quadro 3: Distribuição dos Serviços do SUAS	45
Quadro 4: Resultados Referências Técnicas	83
Quadro 5: Resultados Diários de Campo	85

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Indicadores sociais de pobreza	29
--	----

SUMÁRIO

Agradecimentos	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELA	xi
1- INTRODUÇÃO	13
1.1- Apresentação	13
1.2- Justificativa	14
1.3- Objetivos	17
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1- Políticas Sociais, Políticas Públicas e Capitalismo	19
2.2- Pobreza, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Psicologia	27
2.2.1- Pobreza	27
2.2.2- Política Nacional de Assistência Social – PNAS	39
2.2.3- A Inserção do Psicólogo no SUAS	46
2.3- Psicologia: do Compromisso para a Mudança Social	52
2.3.1- Psicologia e Compromisso social	52
2.3.2- Psicologia: Crítica, Libertação e Comunidade	56
3- MÉTODO	66
3.1- Fundamentos Metodológicos	66
3.2- Procedimentos Técnicos	72
3.3- Fontes de Informação	74
3.4- Implicações Éticas da pesquisa	77
4- PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS	79
5- RESULTADOS	82
5.1- Apresentação dos resultados	82
5.2- Discussão dos resultados: explicações e mediações possíveis	85
6 – CONCLUSÃO	106
6.1- Síntese	106
6.2- Superações identificadas e possíveis	107
6.3- Considerações finais	109
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	119

1- INTRODUÇÃO

1.1- Apresentação

Desde meus estudos na graduação em Psicologia, tive interesse pelos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que se relacionam ao processo de constituição do sujeito e da sociedade. Consequentemente, durante a formação dediquei-me a monitorias de disciplinas, estágios extracurriculares, projetos de extensão e grupos de pesquisa voltados a discussões e intervenções do psicólogo na comunidade e nas políticas públicas. Por outro lado evitei as abordagens, espaços e intervenções tradicionalmente individualistas e elitistas da psicologia, tendo contato com estas apenas nas disciplinas e estágios obrigatórios.

Durante a graduação na PUC-Minas, fui estagiária por dois anos na Secretaria Municipal de Assistência Social de Poços de Caldas/MG. A princípio, realizava estágio no Programa Sentinela¹ que era destinado a atender crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, bem como suas famílias. Posteriormente, com a implementação e regularização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município, o Programa Sentinela foi extinto. A equipe de profissionais do Sentinela, que era composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma pedagoga e duas estagiárias do curso de Psicologia, foi realocada para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), compondo, a partir de então, o núcleo que seria responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência como um todo, e não apenas de abuso e exploração sexual.

As atividades durante o estágio envolviam atendimentos individuais e em grupo com supervisões da psicóloga do serviço e do professor da universidade; visitas domiciliares, juntamente com a psicóloga ou a assistente social e atividades de divulgação, com a pedagoga, do serviço nas escolas e outras instituições de atendimento à criança e ao adolescente.

Essa experiência, durante o estágio, me levou a cursar uma especialização/aprimoramento em atendimento a Crianças e Adolescentes na

¹ O Programa Sentinela visa atender no âmbito da Política de Assistência, através de um conjunto articulado de ações dos governos federal, estaduais e municipais, crianças e adolescentes vitimados pela violência com ênfase no abuso e exploração sexual (Brasil, 2001).

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Durante esse curso tive a possibilidade de aprimorar meus conhecimentos na área da infância, juventude e em políticas públicas, uma vez que o programa tinha o objetivo de preparar profissionais para atuarem nos serviços públicos de Saúde.

Ao terminar o aprimoramento, no início do ano de 2010 fui chamada a trabalhar como psicóloga do CREAS no município de Poços de Caldas/MG. Retornei à cidade para atuar no mesmo serviço no qual havia sido estagiária. No entanto, nesse retorno encontrei uma nova configuração, inclusive nos contextos políticos e organizacionais. Nesta segunda passagem pelo SUAS, permaneci por mais um ano e meio e me desliguei no final do ano de 2011 para dedicação ao processo seletivo do mestrado. Em 2012, ingressei no curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas. A pesquisa apresentada nesta dissertação foi desenvolvida na área de concentração “Psicologia como ciência e profissão”, linha de pesquisa “Prevenção e Intervenção Psicológica”, no grupo de estudos “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”.

1.2- Justificativa

A trajetória desde a graduação, passando pelo curso de especialização além da atuação no CREAS, suscitou-me diversos questionamentos acerca do processo de formação e das práticas realizadas pelo psicólogo no serviço público. Tais questionamentos me levaram a buscar maior aprofundamento em estudos sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), bem como acerca da atuação do psicólogo nos serviços do SUAS. Essas indagações foram fundamentais para evidenciar contradições entre o que está proposto na PNAS e o que é concretamente vivenciado pelos sujeitos envolvidos com a prática (profissionais e usuários). Dentre tais questões destaco: Os objetivos propostos (ideais) são realizáveis ou realizados (reais) pelos serviços? Os fatores políticos e institucionais que atravessam a prática profissional do psicólogo interferem no desenvolvimento do seu trabalho? Os psicólogos têm clareza sobre o seu papel e as possibilidades de atuação neste contexto? As dificuldades encontradas limitam suas ações? Existe consciência quanto às repercussões político-sociais de suas ações? O quanto os

usuários dos serviços são envolvidos no processo de construção das ações a eles destinadas? O que a psicologia tem a contribuir nesse contexto com suas teorias e modelos de intervenção? A formação do psicólogo oferece subsídios para a atuação no SUAS? São diversas perguntas que, possivelmente, não serão exploradas totalmente nesta dissertação, mas pretende-se avançar as reflexões em relação a alguns aspectos, que serão definidos posteriormente nos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Quando a psicologia foi instituída como profissão no Brasil, através da lei 4119/62 (Brasil,1962), a formação e atuação do psicólogo se estruturaram em torno de três principais áreas: a clínica, a escolar e a industrial. Dentre essas áreas a que mais teve destaque na formação e prática foi a área clínica, com a concepção clássica de atuação individualizada e voltada para as classes média e alta da população. Tal concepção trouxe algumas consequências para a atuação do psicólogo, porque ao reproduzir noções de atendimento individualizado e curativo, os psicólogos, geralmente, se remetiam somente a fenômenos mentais e pessoais. Com isso não buscavam entender a pessoa na sua integralidade, muitas vezes desconsiderando as influências que os contextos sociais, econômicos e políticos exercem no sujeito (Botomé, 2010/1979; Ferreira Neto, 2004; Yamamoto, 2003).

O lema do compromisso social da psicologia surge a partir das críticas relativas ao caráter elitista, individualista e predominantemente clínico da profissão. Em 1994, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou uma pesquisa que investigou a emergência dos novos fazeres e contextos de atuação profissional. A pesquisa apontou como resultado: a) a necessidade de revisão teórica das concepções em psicologia, b) a inclusão no social como fator fundamental para investigar a subjetividade e finalmente, c) o campo multidisciplinar e transdisciplinar como base indispensável para a produção do conhecimento e atuação do psicólogo (CFP, 1994).

A inserção do psicólogo nos serviços públicos cresceu significativamente, principalmente, após a Constituição brasileira de 1988 e implementação de diversas políticas públicas no campo da seguridade social, No entanto, a presença do psicólogo nesses serviços não representou, em si, a efetivação do compromisso social da psicologia, pois este é mais do que a abrangência e abertura de mercado de trabalho em políticas sociais, para possibilitar que as classes subalternas tenham acesso ao psicólogo. O compromisso está, essencialmente, em discutir o que

realmente a psicologia tem a contribuir nesses novos contextos para uma mudança social, conscientização e melhoria de vida das classes populares. Além disso, outro aspecto que precisa ser considerado diz respeito às limitações que as políticas públicas e seus serviços trazem devido a sua organização e conjuntura dentro do modo de produção capitalista. A organização do Estado para lidar com a questão social é fragmentada, o que faz com que os problemas sociais sejam tratados de forma isolada e remediativa, sem a análise e intervenções nas origens dos problemas (Guzzo & Lacerda, 2007; Yamamoto, 2007).

No que diz respeito à PNAS, a pesquisa realizada por Macedo *et al.* (2011), contabilizou no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS)², entre julho de 2010 a janeiro de 2011, 8.079 psicólogos atuando no SUAS. Com este número, os psicólogos aparecem como segunda categoria profissional mais presente no SUAS, o que demonstra a grande expansão e representação da psicologia nesta política pública.

A prática do psicólogo no SUAS foge dos padrões tradicionais da psicologia, desde a clientela que vai atender, aos espaços que vai ocupar e as ações que serão propostas. No entanto, várias pesquisas na área (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP]³; CFP, 2007, 2011, 2013; Macedo *et al.* 2011; Senra, 2009; Ximenes, Paula & Barros, 2009) apontam que devido ao contexto de formação e à recente inserção dos psicólogos no SUAS, não estão bem definidas as atribuições e práticas para tal serviço, o que tem como consequências: uma atuação descontextualizada da realidade e da política na qual se está inserido; a prevalência de práticas clínicas, individuais, tradicionais da área; a falta de análise crítica dos aspectos políticos e sociais que perpassam a prática do psicólogo; e a discrepância entre o que está previsto nos documentos oficiais e o cotidiano dos serviços.

Diante desse panorama, esses autores levantam a necessidade de que os psicólogos construam metodologias alternativas às tradicionalmente realizadas pela ciência psicológica, metodologias estas que devem ultrapassar os limites das salas

² “O CadSUAS é uma ferramenta de gestão do MDS de uso obrigatório que permite a atualização e o monitoramento dos serviços, da rede socioassistencial e dos demais órgãos governamentais, conselhos, fundos e trabalhadores do SUAS” (Macedo *et al.* 2011, p. 482).

³ O CREPOP é um centro de pesquisa do CFP criado em 2006 que produz Referências Técnicas para orientar a atuação dos psicólogos que atuam em serviços vinculados a políticas públicas (CREPOP, 2013).

de atendimento e ampliar suas análises para além da perspectiva individualizante. Nesse sentido os desafios para o psicólogo vão além da atuação técnica (abordagens e metodologias psicológicas), pois envolvem aspectos políticos e institucionais que perpassam sua prática, o que demanda deste profissional um olhar e posicionamento crítico diante da realidade que se defrontará (CREPOP, 2013; Senra & Guzzo, 2012; Macedo et al., 2011; Senra, 2009; Ximenes, Paula & Barros, 2009).

A partir de tais resultados trazidos pelas pesquisas anteriormente citadas levantam-se dois aspectos relevantes: o primeiro refere-se à carência na formação por parte dos psicólogos quanto a sua inserção no SUAS. O segundo evidencia que a inserção deste profissional nas políticas públicas ainda carece de reflexões políticas, teóricas e metodológicas. Diante disso, é preciso que se faça uma análise das ações que vêm sendo realizadas, a fim de: levantar dos dilemas e dificuldades encontradas pelos profissionais e identificar a compreensão que os psicólogos têm do papel profissional, político e social no contexto no qual estão inseridos.

Diante dos questionamentos levantados e do interesse da pesquisadora pelo tema, corroborados pelas reflexões de Martín-Baró (1985/1996), que apontam que o saber psicológico pode contribuir para a conscientização, emancipação e fortalecimento das pessoas para enfrentarem e superarem as injustiças sociais, pretende-se aprofundar os estudos, pesquisando sobre o papel social e político do psicólogo no SUAS, analisar o “compromisso social da psicologia” e sua real contribuição para mudança social. Nesta perspectiva, buscar-se-á relacionar as reflexões da prática com o aprofundamento teórico desenvolvendo uma pesquisa Materialista Histórica Dialética, com o intuito de contribuir com a construção do conhecimento, reflexão e fortalecimento do psicólogo e suas práticas no âmbito da Assistência Social.

1.3- Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral: problematizar a inserção e atuação do psicólogo no SUAS e como objetivos específicos: identificar as orientações para a atuação do psicólogo nos serviços do SUAS; conhecer as ações realizadas pelos psicólogos; compreender os problemas e dilemas vivenciados pelos profissionais neste contexto.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa parte de um fundamento marxista, que pressupõe a necessidade de análise da vida concreta, considerando a história, a realidade e o sistema social, nos quais a sociedade se desenvolve. Para tanto é necessário o conhecimento das circunstâncias diretas e indiretas presentes nos contextos de vida de da classe trabalhadora, sobretudo em espaços de inserção social do psicólogo. Nesta perspectiva teórico-metodológica, toda pesquisa tem o intuito de refletir e propor mudanças sociais, partindo da análise da realidade em sua totalidade concreta, associada a uma capacidade de ação singular ou coletiva. Diante de tal proposta, discutir a inserção e atuação do psicólogo no SUAS é pensar ações que promovam o desenvolvimento humano, conscientização, fortalecimento e mudança social. Para tanto, é extremamente importante a construção de intervenções psicossociais que respondam aos problemas da camada da população que sofre opressão, violência e desamparo (Guzzo, 2009; Paulo Netto, 2011).

A fundamentação teórica deste trabalho está dividida em três eixos. O primeiro eixo, denominado “Políticas Sociais, Políticas Públicas e Capitalismo”, visa discutir as manifestações na questão social e as ações do Estado, bem como analisar o desenvolvimento social e histórico da construção das políticas sociais e políticas públicas no Brasil, bem como as influências do modo de produção capitalista na vida das pessoas e na configuração de tais políticas.

No segundo eixo, intitulado “Pobreza, PNAS e Psicologia” será realizada uma discussão sobre os conceitos de pobreza, visando apresentar uma visão crítica acerca dos indicadores sociais utilizados para mensuração e qualificação deste fenômeno. Além disso, buscará uma reflexão acerca dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes à pobreza. Posteriormente será apresentada a PNAS, suas diretrizes, objetivos e organização dos serviços, trazendo alguns estudos que fazem uma análise crítica da mesma. Ao final, será realizada uma discussão sobre a inserção e atuação do psicólogo no SUAS a partir de algumas pesquisas científicas sobre o tema.

Já no terceiro eixo, intitulado “Psicologia: do Compromisso para Mudança Social”, discutir-se-á a Psicologia enquanto ciência e profissão. O primeiro subitem

realizará uma discussão do desenvolvimento da profissão no Brasil e sua inserção nos serviços públicos, refletindo a respeito das implicações desta inserção e do chamado “compromisso social” da profissão. Depois será apresentada a Psicologia Crítica como um movimento contra-hegemônico da Psicologia, que questiona as teorias e práticas tradicionais que contribuem para a manutenção do modo de produção capitalista e adaptação das pessoas nesse sistema (Parker, 2007). Dentro desta mesma perspectiva de rompimento com as práticas hegemônicas da Psicologia, serão apresentadas a Psicologia Social da Libertação e a Psicologia Comunitária como referenciais teóricos e metodológicos da Psicologia que podem subsidiar a atuação do psicólogo no SUAS.

2.1- Políticas Sociais, Políticas Públicas e Capitalismo

Este eixo da fundamentação teórica tem o objetivo discutir o modo de produção capitalista, os reflexos dessa forma de organização econômica e social na vida das pessoas e nas ações do Estado. Após esta contextualização serão discutidos os conceitos de políticas sociais e políticas públicas.

Vida no Capitalismo

A sociedade contemporânea é organizada a partir do modo de produção capitalista e constitui-se em uma sociedade de classes, em que a classe dominante (minoridade burguesa detentora dos meios de produção) explora a classe trabalhadora (maioria da população). Tal modelo de organização socioeconômica repercute injustiças e desigualdades, uma vez que a classe dominante cada vez mais tem posse e poder dos bens e riquezas produzidas e a classe trabalhadora vende sua força de trabalho a preço mínimo para poder satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. E quem não pode ou não tem condições de vender sua força de trabalho fica excluído (Byron, 2003).

Diante de tal conjuntura, os problemas sociais e o modo de produção capitalista estão diretamente relacionados, visto que a pobreza, miséria, violência e exclusão social surgem, principalmente, como reflexo desta forma sistemática de organização, que é baseada na exploração da classe trabalhadora e acumulação do

capital pelas classes dominantes, causando a desigualdade social, devido ao acúmulo dos bens produzidos nas mãos de poucos.

Ao mesmo tempo em que revolução industrial⁴ trouxe um rápido e gigantesco aumento na produção de bens e riqueza e contribuiu para o desenvolvimento do comércio, do transporte, da comunicação e de diversas tecnologias fez também com que ocorresse o crescimento das cidades sem a devida infraestrutura. Esse processo, segundo Engels (1845/2010), resultou no surgimento de uma nova classe social, a classe operária, formada principalmente por imigrantes vindos de países e regiões menos desenvolvidas no que diz respeito ao crescimento econômico exponencial dos grandes centros urbanos.

Tal classe que migra para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida acabam por vivenciar, o que Engels chama de verdadeiro *inferno social* devido à exploração, mau pagamento, abandono, moradias precárias em barracos e favelas, condições que essas pessoas têm que se submeter para sobreviver nas cidades. Este fenômeno ocorre, principalmente devido à demanda de trabalhadores que extrapola a oferta de trabalho, e nessa concorrência pelo trabalho, a classe burguesa se aproveita de tal situação para desvalorizar e explorar a força trabalho das pessoas.

Esses aspectos da revolução industrial e do desenvolvimento do capitalismo fazem com que ocorra um enriquecimento da burguesia e a situação de miséria do operário, o que posteriormente Marx chamou de *lei da acumulação capitalista*, segundo a qual, “no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, na reprodução contínua da pobreza” (Paulo Netto, 2011, p.23). Tal característica reflete a grande contradição do modo de produção capitalista, uma vez que o aumento na produção da riqueza não reflete na diminuição da pobreza, pelo contrário a acentua, devido à desigualdade na distribuição dos bens produzidos. O conjunto desses problemas consequentes da forma de organização da sociedade capitalista é chamado de questão social, que Yamamoto (2007) define como:

o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista. Questão social pode, pois, ser

⁴ A Revolução Industrial é considerada o marco histórico de ascensão do modo de produção capitalista como forma de organização econômica e social, que ocorre primeiro na Inglaterra e depois se expande para outros países (Engels, 1845/2010).

traduzida como a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho (p. 31).

Manifestações da questão social no Brasil e as ações do Estado

O Brasil, país marcado inicialmente pela colonização portuguesa, traz em todo seu desenvolvimento histórico e econômico o estigma da exploração de sua terra e seu povo. Mesmo após deixar de ser um país submetido a Portugal e tornar-se República⁵, o poder sai da coroa portuguesa e vai para as mãos da elite burguesa do país. Patto (1999), ao fazer uma análise dos problemas sociais e das intervenções do Estado no período da primeira república no Brasil, diz que a luta pela República não foi um esforço por direitos sociais, mas uma luta da burguesia pelo poder econômico e político no país.

Segundo esta autora, a elite reprimia a participação popular e os representantes “do povo” defendiam apenas os seus interesses particulares. Diante deste contexto econômico e político havia, na sociedade brasileira, tanto no meio rural quanto no urbano, a exploração do trabalho e condições desumanas sem nenhuma garantia de direitos básicos aos trabalhadores eram recorrentes. Observa-se que, desde a implantação da República, não havia nenhuma preocupação com as mudanças sociais e justiça social, mas sim com a manutenção das classes sociais e imensa desigualdade na distribuição das riquezas.

O processo de industrialização no Brasil demandou mão de obra livre, ou seja, não escrava, para o trabalho nas indústrias, o que impulsionou o processo de urbanização no país a partir de 1888. No entanto, a oferta de trabalho formal e legal não correspondia ao número de pessoas que migravam para as cidades, desse modo, nem todos conseguiam se empregar, se manter e ter acesso aos “benefícios” da cidade grande. Assim, as pessoas foram se instalando nas periferias de forma indiscriminada, se espalhando pelas ruas e favelas, desenvolvendo trabalhos informais. Esse processo acelerado de urbanização sem planejamento começou a trazer uma série de problemas sociais e de saúde pública que ficavam cada vez mais escancarados, o que começou a causar incômodo à burguesia (Heidrich, 2006; Maricato, 2003; Patto, 1999).

⁵ A **República** (do latim *res publica*, "coisa pública") é uma forma de governo na qual o chefe do Estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes, através do voto livre e secreto tendo a sua chefia uma duração limitada (Michaelis online, 2012).

A consolidação e expansão do capitalismo no país, representadas pelo processo de industrialização e urbanização, marcaram também a propagação dos problemas sociais, o que evidencia a contradição fundamental do capitalismo nomeado como “questão social” (Paulo Netto, 2001; Yamamoto, 2007). Além disso, o Paulo Netto (2001) ressalta que essa contradição, também mobiliza as classes exploradas a reivindicarem melhores condições de vida, que culminam no desenvolvimento de movimentos sociais contra-hegemônicos e ao mesmo tempo leva o Estado a desenvolver estratégias e ações para conter tais movimentos.

A questão social expressa-se de diversas maneiras ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. No entanto, mesmo com diferentes formas de expressão, sua origem é sempre a mesma: surge da exploração de uma classe social sobre a outra, e da produção dos bens e riquezas que não refletem uma distribuição igualitária a todas as pessoas (Heidrich, 2006).

Assim como a configuração da questão social vem sofrendo algumas mudanças, as formas de ação do Estado sobre a mesma também foi mudando ao longo da história. Patto (1999) discute que, na época da República, qualquer forma de manifestação popular contra as injustiças e desigualdades era vista como vandalismo ou desordem, que contrariava os ideais positivistas e progressistas, os quais o Estado buscava instalar no país com o lema de “ordem e progresso”, e para tanto, utilizada a violência para conter as reivindicações. Desde então, o Estado utiliza o direito para legalizar e legitimar a repressão policial sobre os pobres e oprimidos com o discurso de defender os “interesses da nação”, nação esta que se reduzia a uma pequena elite burguesa que detinha o poder político e econômico do país.

Outro fator que suscitou a ação do Estado foi o aparecimento de diversas doenças e epidemias, decorrentes da aglomeração de pessoas de forma indiscriminada e sem as devidas condições de instalação como, por exemplo, saneamento básico, serviços de limpeza urbana e assistência à saúde. Diante de tais problemas o Estado se mobilizou e efetivou ações higienistas de exclusão das pessoas pobres contaminadas como justificativa de controle das epidemias e da proliferação de doenças (Patto, 1999).

Heidrich (2006), em sua análise relativa às transformações do estado capitalista e as formas de expressão da questão social, apresenta distintas formas de ação do Estado que vão desde a isenção do Estado no que diz respeito à

questão social, que é uma característica do Estado Liberal⁶, até uma política de Estado voltada para a superação das desigualdades e problemas sociais, como no caso do Welfare State⁷. Nesta última forma de governo, há uma mudança na visão da classe operária, que deixa de ser vista apenas como pobre e desamparada, para tornar-se uma classe com potencial para o consumo.

Pode-se perceber que, desde a República, as ações do Estado diante dos problemas sociais sempre denotaram exclusão e repressão das pessoas, reprimindo suas manifestações e interesses para mantê-las controladas e não incomodarem a classe dominante. Para tanto, o Estado utilizava um discurso legal e científico para reforçar a desqualificação dos pobres e justificar suas ações de disciplina, higienização e controle (Patto, 1999). Posteriormente, como trazem Heidrich (2006) e Paulo Netto (2001), a questão social sofreu outras intervenções, com as manifestações populares e as transformações no modo de produção capitalista. Tais ações evidenciam um intuito de inclusão econômica da classe trabalhadora e criação de novos consumidores. No entanto, em todos os momentos, as ações do Estado sempre se voltaram para os problemas sociais de forma isolada e não para a compreensão da questão social como algo estrutural.

Políticas Sociais e Políticas Públicas

É neste contexto que surgem as políticas sociais, as quais, segundo Faleiros (2004), são ações do Estado ou da sociedade civil para intervir nos problemas sociais. Essas ações começaram a ser desenvolvidas no âmbito da caridade e filantropia, em que a burguesia organizava obras de assistência aos desamparados:

Através dessas medidas, o Estado e os políticos aparecem como bons para o povo, preocupados com sua situação social, e aparentemente resolvendo seus problemas no dia a dia em relação à doença, à moradia, à educação e à alimentação, que constituem questões de sobrevivência imediata para o trabalhador de hoje (Faleiros, 2004, p.12).

⁶ Estado Liberal: mínima responsabilidade do Estado sobre a questão social. Supõe-se que o próprio mercado se autorregula e qualquer interferência pode trazer desequilíbrio. O próprio mercado tem poder absoluto de prover todas as necessidades humanas (Heidrich, 2006).

⁷ *Welfare State* (Estado do bem-estar social): forma de governo desenvolvida na Europa que visava, através da ação do Estado, fazer uma reconstrução econômica, moral e política do país defendendo ideias como justiça social, solidariedade e universalismo (Heidrich, 2006).

Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1988 no Brasil, o Estado se responsabiliza, oficialmente, em garantir os direitos sociais da população: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 6º). E, para organizar e efetivar tais direitos, o Estado desenvolve Políticas Públicas para viabilizar o acesso da população aos seus direitos garantidos por lei. Nesse sentido, as Políticas Públicas são definidas como a ação direta do Estado no que tange às demandas da sociedade.

Segundo Souza (2006) as políticas públicas buscam, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e analisar os impactos das mesmas, para propor mudanças na direção das ações quando necessário. A formulação das políticas públicas traduzem os objetivos do governo em programas e ações que visam mudanças no mundo real. Após serem formuladas, as políticas públicas desdobram-se em planos, programas e projetos e, quando postas em prática, são implementadas, acompanhadas e avaliadas.

As políticas públicas traduzem as ações do poder público no que tange aos direitos e demandas da sociedade, portanto, sempre representam políticas sociais. No entanto, nem todas as políticas sociais são políticas públicas, uma vez que existem políticas sociais e ações da iniciativa privada que não são executadas pelo Estado, mas podem ser financiadas com dinheiro público.

No que se refere à formulação de políticas públicas, é essencial partir de estudos e indicadores da realidade concreta para que seus objetivos atendam às reais demandas da sociedade. A implementação é a concretização da política pública em programas e serviços que serão ofertados. O acompanhamento reflete a necessidade de fiscalização da política para verificar sua efetividade e o quanto os Estados e municípios conseguem colocar as propostas em ação, quais as dificuldades encontradas pelos atores (gestores, profissionais e usuários). E finalmente, a avaliação é a análise da eficácia e potencial que a política tem em responder satisfatoriamente aquilo que se propôs a realizar.

No entanto, no modo de produção capitalista “as classes que dominam o dinheiro (o capital), dominam também o Estado, a política, a justiça, os meios de comunicação, a educação; as forças armadas etc.” (Casimiro, 1999, p.3). Assim, como sempre, prevalece o interesse da classe dominante e os problemas sociais

são tratados pelos seus sintomas e não por suas origens, pois tratar suas origens significa mexer com os interesses da classe hegemônica e na estrutura do modo de produção capitalista, ou seja, são tratados os problemas, mas não a questão social. Dessa forma, as ações do Estado incentivam políticas econômicas que visam interesses particulares, refletem mais uma manutenção do sistema, do que uma real intenção de mudança social, o que tende a manter ou aumentar as desigualdades sociais.

Nesse sentido, a formulação de políticas públicas não é suficiente para a efetivação e concretização de seus objetivos, uma vez que o Estado, enquanto gestor das políticas públicas, nem sempre gerencia os recursos públicos a favor dos interesses da maioria da população. Pode-se dizer, então, que as políticas sociais no Brasil não são prioridade para o Estado, carecem de investimentos e muitas vezes o Estado delega sua realização para instituições do terceiro setor, que por sua vez realizam estes serviços de maneira privatizada e de acordo com suas ideologias e interesses. Com isso, os serviços sociais são transformados em mercadorias, se instala a filantropia, repercute o assistencialismo, obscurece o caráter técnico das ações e de acesso aos direitos garantidos por lei (Guzzo, Mezzalira e Moreira, 2013; Yamamoto, 2007).

Apesar dos direitos estarem garantidos por lei, a sua aplicação só ocorre quando os interesses da classe dominante estão em jogo. Maricato (2003) explicita bem tal dinâmica da utilização das leis pelo Estado, em sua reflexão quanto às intervenções relacionadas à ocupação de terras. A ação do Estado em ocupações ilegais tem a justificativa de proteção das pessoas e das áreas ambientais ocupadas, no entanto, tais ações só ocorrem em ocupações que de alguma forma são consideradas prejudiciais aos interesses da classe dominante, seja por especulação imobiliária, ou proximidade com bairros de classe alta. Assim, comunidades negligenciadas pelo Estado, que nunca tiveram acesso a serviços básicos como água, luz e esgoto, são percebidas, apenas, quando interesses econômicos e/ou políticos partidários se fazem presentes. Caso essas ocupações não comprometam nenhum interesse da classe dominante há um consentimento tácito em relação à ocupação ilegal de terras.

A tolerância pelo Estado em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares, está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos (Maricato, 2003, p.158).

Tal aspecto explicita o caráter ambíguo, contraditório e desigual das ações do Estado na aplicação da lei de forma arbitrária, o que possibilita injustiças, privilegia poucos, mantém o *status quo* e dificulta mudanças conjunturais. Dessa forma, para as classes populares, a lei é mais vista e sentida como ameaça do que como proteção.

Ao discutir o caráter público e privado das ações do Estado no enfrentamento da questão social, Bonfim (2010) ressalta que, ao responsabilizar apenas os indivíduos pelos problemas sociais, as políticas sociais focam suas ações nos indivíduos excluídos como se fosse algo exclusivo deles e independente da dinâmica e estrutura social do capitalismo, o que “deseconomiza” (não olha para o sistema econômico) e “desistoriciza” (não olha para a história) a questão:

A lógica neoliberal ao mesmo tempo em que identifica os problemas sociais como responsabilidade dos indivíduos também sugere que sejam resolvidos no âmbito privado – através de esforços próprios ou, quando isso não é possível, através de instituições privadas da sociedade civil atreladas às práticas de doação e do ‘trabalho’ voluntário (Bonfim, 2010, p. 272).

Essa dinâmica está, ideologicamente, presente nas formas de compreensão e intervenção dos problemas sociais e execução das políticas públicas. Tomemos como exemplos alguns discursos propagados na sociedade, principalmente nos veículos de comunicação de massa e no discurso das pessoas: o analfabetismo é um problema social, mas a dificuldade de aprendizagem na maioria das vezes é diagnosticada como um problema do aluno. O desemprego é um problema social, mas a falta de capacitação para sua inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho é um problema da pessoa. A pobreza é um problema social, mas a ascensão econômica é resultado de um esforço individual⁸.

Nesse sentido, Yamamoto (2007) e Guzzo, Mezzalira & Moreira (2013) ressaltam que pensar as questões sociais e as políticas públicas e sociais é explorar contradições e intervir diretamente na conjuntura do modo de produção capitalista, permeado pelo confronto de interesses contrários de grupos e classes. Tal confronto é um desafio para os profissionais, gestores e usuários das políticas públicas, uma vez que caracteriza um movimento contra hegemônico ao que é imposto e reproduzido por quem detém o poder.

⁸ Tais aspectos ideológicos presentes na forma de compreensão e intervenção do Estado na pobreza e da psicologia no que tange esses problemas serão mais bem discutidos nos capítulos 2.2 e 2.3 desta fundamentação.

2.2- Pobreza, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Psicologia

*Bebida é água, comida é pasto. Você tem sede de que? Você tem fome de que?
 A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.
 A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.
 A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé.
 A gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer.
 Bebida é água, comida é pasto. Você tem sede de que? Você tem fome de que?
 A gente não quer só comer, a gente quer comer e quer fazer amor.
 A gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor.
 A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade.
 Diversão e arte para qualquer parte. Diversão, balé, como a vida quer
 Desejo, necessidade, vontade. Necessidade, desejo, eh! Necessidade, vontade, eh! Necessidade...*

(Comida, Arnaldo Antunes)

Este eixo da fundamentação teórica foi dividido em três subitens: o primeiro irá discutir alguns aspectos objetivos e subjetivos da pobreza, da desigualdade social e apresentar alguns indicadores sociais utilizados para medir e classificar tais aspectos em uma população. No segundo subitem, será apresentada a PNAS, que se caracteriza pela política pública social brasileira, a qual se propõe a lidar com as diversas facetas da questão social, dentre elas a pobreza. E finalmente, o terceiro irá discutir a inserção e atuação do psicólogo nos serviços do SUAS.

2.2.1- Pobreza

A música “Comida” de autoria do cantor e compositor Arnaldo Antunes, apresentada em epígrafe, representa bem o que se pretende discutir neste subitem em relação aos aspectos objetivos e subjetivos da pobreza, quais indicadores são utilizados para mensurar o nível de pobreza de uma população, e como tais indicadores são empregados para formular e implementar as políticas públicas do país.

Aspectos objetivos da Pobreza

Há diversas maneiras utilizadas para mensuração e classificação da pobreza, algumas mais restritas e outras mais abrangentes. Dentre as mais restritas estão as que se servem das abordagens unidimensionais, ou seja, apenas um indicador, como por exemplo, a renda, para classificar pobres e não pobres. Já as mais

abrangentes correlacionam diversos fatores (moradia, situação domiciliar, escolaridade, acesso a bens e serviços públicos) para representar o nível de pobreza de uma determinada população (Lopes, Macedo & Machado, 2004).

As chamadas linhas de 'pobreza' e de 'indigência ou pobreza extrema', estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), são medidas de pobreza monetária absoluta e representam abordagens unidimensionais. A linha da 'indigência ou pobreza extrema' caracteriza o valor mínimo necessário para uma pessoa adquirir uma cesta de alimentos, com a quantidade calórica mínima para sua sobrevivência, o que corresponde atualmente, em nível internacional a U\$1,25 por dia. Já a linha da 'pobreza' considera além da alimentação, despesas com transporte, moradia e vestuário, o que, atualmente, corresponde a U\$2,50 por dia (Brasil 2011).

No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) utiliza como referência para medir a 'pobreza extrema' famílias com renda *per capita*⁹ de até R\$70,00 (Brasil, 2011). No entanto, vários autores (Vasconcelos, 2007; Lopes, Macedo & Machado, 2004) consideram essa medida limitada, devido à complexidade e múltiplas faces da pobreza, além do que em um país de enorme extensão territorial como o Brasil, em que as disparidades regionais são fortemente acentuadas, tais valores deveriam ser avaliados por região.

Há também o conceito de 'pobreza não monetária', que de acordo com Lopes, Macedo e Machado (2004) são aspectos que não estão diretamente relacionados à renda, mas que afetam diretamente o bem-estar, desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas. Dentre os aspectos da pobreza não monetária, os autores apontam:

Água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação são bens imprescindíveis para que os indivíduos possam levar vidas saudáveis e tenham chances de inserção na sociedade. Esta abordagem tem como característica principal a universalidade, uma vez que estas são necessidades de todo e qualquer indivíduo (Lopes, Macedo & Machado, 2004, p. 4).

Mesmo que haja consenso sobre as diversas dimensões da pobreza, elas podem ser representadas e concebidas de maneira distinta entre os diferentes grupos sociais e regionais. Tais aspectos foram representados pelo estudo de Lopes, Macedo e Machado (2004), que consideram diversos indicadores objetivos

⁹ A renda *per capita* corresponde ao valor total da renda familiar dividido por todos os membros da família (Brasil, 2004).

como renda, escolaridade, situação domiciliar e criminalidade para analisar e comparar o nível de pobreza no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Ao analisar esses indicadores separadamente, como, por exemplo, a renda, foi observado que algumas regiões do Estado de Minas Gerais mostravam-se mais pobres do que outras. No entanto, quando analisavam outros indicadores, como a escolaridade, a ordenação quanto ao índice de pobreza de cada região se modificava.

Tal discrepância também foi observada na comparação dos dados entre Brasil e Minas Gerais. As análises demonstram que o percentual de pobreza se assemelha em alguns indicadores, mas também se diferenciam muito em outros conforme tabela a seguir:

Tabela 1: indicadores sociais de pobreza

Indicadores		Brasil	MG
Diferenças	renda per capita	367,98	335,83
	domicílios sem infraestrutura	16,12%	12%
	ausência de rede geral de água	22%	17%
	ausência de serviço de limpeza	20%	21%
	ausência de banheiro	16%	9%
	ausência de luz elétrica	5%	4%
Semelhanças	situação precária de ocupação/trabalho	30%	30%
	tempo de escolaridade	4,9	4,9
	defasagem idade/série	60%	60%

Fonte: Lopes, Macedo e Machado (2004).

Com tal estudo, Lopes, Macedo e Machado (2004) concluem que o cenário da pobreza muda, de acordo com o indicador observado, o que ressalta a importância de realizar análises regionais e multidimensionais de pobreza para pensar ações específicas e pontuais em cada contexto.

Há, portanto, na construção de políticas públicas, a necessidade de considerar as peculiaridades de cada região e dar abertura para que os programas e serviços sejam flexíveis, para atender tais especificidades.

Uma análise mais ampla e aprofundada dos indicadores sociais é importante para que se tenha uma visão mais crítica sobre o que é veiculado e propagado nos meios de comunicação acerca dos índices de crescimento e desenvolvimento do país. A esse respeito, Genari (2012) faz uma análise do quanto esses índices podem esconder ou mascarar a realidade. Por exemplo, é propagado que o Brasil é um país

em grande desenvolvimento e crescimento, tais dados são confirmados pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e consumo da população. No entanto, o crescimento econômico não quer dizer necessariamente o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da maioria da população:

Neste sentido, alguns dados do Censo 2010 nos trazem de volta à realidade de um Brasil que não mudou tanto quanto querem nos fazer crer. De 2000 a 2010, a economia cresceu 40,34% e foram criados cerca de 13 milhões e 360 mil novos empregos. Então, por que, de acordo com o Censo do IBGE, a população que vive em favelas, palafitas e outros assentamentos irregulares aumentou 75% ao passar de 6,5 milhões em 2000 para 11,4 milhões dez anos depois? (Genari, 2012, p.8).

Outro estudo realizado pelo Grupo Técnico de Estudos e Análises [GTEA] (2012), no município de Campinas, também demonstra esta contradição entre crescimento econômico e aumento da pobreza. A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 a 2010 foi feita uma comparação entre os índices de riqueza e pobreza no município de Campinas e Região Metropolitana de Campinas [RMC]. Foi observado que neste período houve um crescimento de 44% no Produto Interno Bruto (PIB) deste município, ou seja, um aumento significativo na primeira década do século XXI. Tal evolução no índice absoluto de riqueza faz com que a cidade em comparação aos demais municípios do Brasil seja hoje a 11ª economia mais rica do país. No entanto, o nível de pobreza da população ao invés de diminuir, aumentou nos últimos 10 anos. Foi indicado pelo estudo que o índice de 'pobreza absoluta' subiu 5,5% no mesmo período e a taxa de 'pobreza extrema' teve um aumento de 4,8%. O índice de riqueza aumentou, mas o número de pessoas vivendo em situação de pobreza e miséria não diminuiu, pelo contrário aumentou. O que evidencia a desigualdade e a concentração de riquezas geradas pelo município.

Os dados do censo demográfico de 2010 indicam que o Brasil conta atualmente com 6% da sua população vivendo em situação de pobreza extrema, o que corresponde a mais de 16,2 milhões de pessoas. Com relação ao perfil desta população, observa-se que a maioria reside na zona rural, 71% são negros e cerca de 50% vivem em domicílios sem rede de água e esgoto, e 27% são analfabetas. Tais dados mostram que a pouca renda dessas pessoas está vinculada a outras carências, o que as mantém no círculo vicioso da exclusão social (Brasil, 2011).

O filósofo e economista indiano Amartya Sen (2000) desenvolveu uma perspectiva de pobreza baseada na teoria das capacidades. Tal teoria defende que

além de aspectos materiais (como renda, moradia, segurança, acesso a bens e serviços), a pobreza tem, também, uma dimensão simbólica (que envolve as tendências ideológicas de marginalização e culpabilização do pobre por sua condição). Ambos os aspectos (materiais e simbólicos) estão intrinsecamente relacionados no processo de desenvolvimento do sujeito e de suas capacidades de ação e transformação da realidade.

Nesse sentido, reduzir a compreensão da pobreza e as ações para sua superação, apenas aos aspectos materiais de renda, não possibilita entender o que o autor chama de pobreza real que contempla, por exemplo, como a renda de uma família é distribuída entre seus membros, ou mesmo o gasto excessivo que uma pessoa tem com medicamentos, tendo que se privar de outros gastos para sua sobrevivência. Com seus estudos, o autor demonstra que para a pessoa ter qualidade de vida, além do acesso a uma série de bens materiais, é preciso que se compreenda como o sujeito desenvolve suas capacidades para alcançar esses bens e satisfazer suas necessidades.

A partir da perspectiva de pobreza multidimensional, foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o progresso e desenvolvimento dos países, a partir da avaliação de três dimensões: renda, saúde e educação. Anualmente o PNUD lança o Relatório de Desenvolvimento Humano, no qual traz um panorama mundial das tendências e desafios para o desenvolvimento das nações (PNUD, 2013).

No último relatório do lançado pelo PNUD em 2013, o Brasil apresentou o IDH de 0,727 – o que o coloca na 84ª posição – sendo considerado um país com desenvolvimento humano elevado. No entanto, como é ressaltado no relatório, ao mesmo tempo em que o IDH apresenta progressão, o índice de desigualdade também cresce.

Este aumento da desigualdade social, como apresentado anteriormente pelas pesquisas do GTEA (2012) e de Genari (2012), demonstra que a pobreza está diretamente relacionada à desigualdade social e à concentração de riquezas, e explicitam a grande contradição do modo de produção capitalista. O aumento na produção de riquezas não reflete na diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida da grande maioria da população. Nesse aspecto o relatório do PNUD (2013) ressalta que:

(...) o progresso exige mais do que uma melhoria média do IDH. Não será desejável, nem sustentável, que os progressos no IDH sejam acompanhados pelo aumento das desigualdades de rendimento, padrões insustentáveis de consumo, despesas militares elevadas e uma fraca coesão social (...) (p.3)

Uma componente essencial do desenvolvimento humano é a equidade. Toda a pessoa tem o direito a viver uma vida plena de acordo com seus próprios valores e aspirações. Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país “errados”, no grupo étnico ou raça “errados”, ou com o género “errado” (...) A desigualdade reduz o ritmo de desenvolvimento humano e, em alguns casos, pode inclusive impedir-lo por completo (p.29)

Registraram-se, a nível mundial, nas últimas décadas, reduções muito mais acentuadas da desigualdade na saúde e na educação do que no rendimento. (p.31).

Além desses indicadores, os relatórios anuais do PNUD foram agregando outros indicadores que visam complementar o IDH, como por exemplo: o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IDHAD considera o nível de desigualdade na distribuição das riquezas produzidas entre as diferentes classes sociais e o acesso das mesmas aos três aspectos medidos pelo IDH (renda, educação e saúde). Com isso, o IDH passa a demonstrar um índice de desenvolvimento potencial que certo país poderia atingir, já o IDHAD revela o índice real que o país atinge, evidenciando assim as desigualdades sociais. O IDG mede as desigualdades de género no que se refere à saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica entre homens e mulheres. E o IPM avalia a pobreza multidimensional (PNUD, 2013).

No Brasil, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) desenvolveu, em 2006, uma pesquisa baseada no IPM. A pesquisa foi realizada a partir das informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Nesta pesquisa foram avaliadas seis dimensões da pobreza: “a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais” (Barros, Carvalho & Franco, 2006, p.16).

Em cada uma dessas dimensões eram explorados outros fatores que visavam identificar as principais dificuldades encontradas pelas famílias para sua sobrevivência. A novidade deste estudo, além da perspectiva multidimensional, é que ele possibilita avaliar os níveis e dimensões da pobreza, que são mais evidenciados em diferentes localidades e grupos demográficos, correlacionar tais

dimensões e, avaliar o quanto uma dimensão da pobreza está ou não ligada no agravamento de outras (Barros, Carvalho e Franco, 2006).

O conhecimento e análise dos indicadores sociais é importante para que os mesmos sejam utilizados na formulação e orientação das políticas públicas e sejam focadas as maiores necessidades de cada território, grupo social e quais ações devem ser priorizadas. Por exemplo, em uma localidade em que a dimensão de acesso ao conhecimento é mais precária do que a escassez de recursos não é viável focar em programas de transferência de renda, mas sim em investimentos na educação, como construção de escolas e qualificação de professores, por exemplo (Barros, Carvalho e Franco, 2006; Vasconcelos, 2007).

Pobreza: aspectos subjetivos

Além das medidas absolutas e multidimensionais, citadas nas pesquisas, há ainda a chamada pobreza relativa, que diz respeito à percepção que o sujeito tem acerca da sua condição social. Lopes, Macedo e Machado (2004) apontam que essa dimensão da pobreza, por ter um caráter mais subjetivo, é mais difícil de ser mensurada, classificada e é pouco explorada nas pesquisas sobre o tema e nas políticas de enfrentamento à pobreza. Os autores destacam que

As várias faces da pobreza requerem um indicador de abordagem multidimensional e que leve em consideração a situação auto-avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe sua própria situação social. (...) um bom indicador de pobreza deve levar em consideração os diversos aspectos da pobreza com o intuito de proporcionar um melhor entendimento da questão e, assim, permitir a construção de um plano de ação eficiente no que diz respeito a este enorme problema social. Entretanto, a disponibilidade de dados relativos à auto percepção dos indivíduos quanto à pobreza é, ainda, fortemente limitada. Em geral, não existem informações com vasta abrangência que contemplem este tipo de dados (Lopes, Macedo & Machado, 2004, p. 4-5).

Assim, a condição de pobreza envolve diversos fatores de privação, dentre eles: simbólicos, sociais, psicológicos e materiais, universais e regionais, fatores estes que segundo Sen (2000) impedem o sujeito de exercer sua liberdade e desenvolver-se. Ou seja, condições concretas de vida marcadas pela pobreza e privações influenciam no desenvolvimento da subjetividade e identidade do sujeito, na forma como se reconhecem, são reconhecidos e agem diante das condições adversas.

Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012), a partir do conceito de pobreza multidimensional e da teoria das capacidades, fazem uma reflexão acerca das implicações psicológicas da pobreza para o povo latino-americano:

Como cenário de compreensão multidimensional da pobreza, percebe-se que a América Latina se situa como uma realidade em que a pobreza é evidenciada em suas ramificações sociais, políticas, estruturais e ideológicas. Significa dizer que a pobreza está expressa em diversos âmbitos, seja na insuficiência de renda de uma significativa parcela da população latino-americana; nos governos geralmente centralizadores de riqueza; nas crenças que visualizam a pobreza como indigna, ruim e perigosa; ou na organização societária que anula as possibilidades de mudança das trajetórias dos indivíduos pobres (p.89).

Os autores discutem que certas formas de governo contribuem para acentuar e manter a condição de pobreza dos povos latino-americanos. A partir desta constatação, argumentam que os governos ditatoriais tiraram o caráter de direitos sociais e dignidade, inviabilizando o desenvolvimento de emancipação e cidadania dos sujeitos. E tais governos fazem isto por meio de práticas assistencialistas e clientelistas e também a partir da proibição e coerção de qualquer tipo de manifestação democrática de denúncia das injustiças e desigualdades sociais.

Acerca destas dimensões subjetivas da pobreza, Freire (1981) discute algumas categorias subjetivas que emergem em condições de pobreza e opressão, dentre elas destacamos a Cultura do Silêncio e o Fatalismo.

Na sua experiência e estudos com camponeses que vivem na estrutura latifundiária, Freire observou que a vida marcada pela subalternidade ao patrão – em que não se vislumbrava a possibilidade de questionamento, mas só aceitar e fazer o que lhe era solicitado –, fez com que os camponeses desenvolvessem o que o autor denominou de “cultura do silêncio”. Podemos relacionar com o ditado popular: “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Ou seja, quem tinha o poder eram os donos da terra, e os camponeses, ao dependerem destas terras para morar e sustentar suas famílias, viam como única opção obedecer as ordens sem questionamento. A “cultura do silêncio” se estendeu a outros contextos, no quais eles teriam a possibilidade de se expressar, mas não o faziam. Tal comportamento de não questionamento e expressão de suas opiniões deve-se a experiências anteriores de subalternidade e opressão (Freire, 1981).

No fatalismo, o sujeito acredita na predeterminação de sua condição de pobre, não vislumbra possibilidades de mudança. As explicações por sua condição são remetidas a fatores transcendentais e inatingíveis, como por exemplo, a vontade

de Deus ou o destino, tais explicações fatalistas tornam o sujeito passivo e conformado com sua condição. O fatalismo para Freire é uma modalidade de consciência que impossibilita a percepção estrutural dos problemas sociais, o que por consequência impede o desenvolvimento da criticidade para o processo de mudança social (Freire, 1981).

Tais categorias subjetivas dificultam a percepção do sujeito sobre as condições de opressões e exploração as quais está submetido. Com isso, não desenvolve posturas de questionamento e enfrentamento diante dos problemas que vivencia. Seja pela subordinação, culpabilização do indivíduo por sua condição ou na crença de uma perspectiva de futuro predeterminada por Deus, tais dimensões subjetivas da pobreza fazem com que o sujeito tome uma postura de conformismo diante da realidade.

Tais dimensões psicológicas da pobreza são demonstradas por Moura Junior (2011), em seu estudo sobre a identidade de moradores de rua. Neste estudo o autor demonstra que estes moradores, apesar de relatarem em sua história de vida fatores concretos, como violência doméstica e pobreza, que corroboraram para que fossem morar nas ruas, tendem a se culpabilizar por sua situação e demonstrarem posições conformistas e fatalistas:

Francisco e Alberto, então, parecem seguir a lógica fatalista. Segundo Martín-Baró (1998), as atitudes fatalistas estão fortemente vinculadas à fé religiosa que obscurece a compreensão crítica da realidade e que torna o ser humano passivo frente às adversidades vigentes. Dessa forma, Deus e a natureza passam a ser responsáveis pela realidade de sofrimento, sendo o destino traçado pela fé e a submissão e a docilidade um ato de obediência à Deus a partir do conformismo. Observo então que Francisco tem a opaca compreensão de que seu contexto social tem um caráter opressor, pois segundo seu entendimento, a realidade somente é sofrida para as pessoas que não seguem Deus e são culpadas pelo próprio sofrimento (Moura Junior, 2011, p. 74)

Euzébios Filho e Guzzo (2009) fazem uma discussão relacionada à dimensão subjetiva da pobreza, a partir do relato de um jovem, da periferia de Campinas, sobre como o mesmo percebe sua condição social. Na pesquisa, os autores observaram que as características da desigualdade social, segundo o participante, estão relacionadas a fatores como: forma de viver, morar, vestir-se, relacionar-se e lidar com a vida. No entanto, o participante relaciona apenas ao indivíduo as causas da desigualdade social e da pobreza, o que reflete uma característica do Estado neoliberal, uma vez que o pensamento liberal culpabiliza os oprimidos por sua

condição social, reforçando uma ideologia que mantém quem está no poder, e consequentemente, a pobreza e a desigualdade social.

O participante da pesquisa relaciona também a pobreza com o preconceito quando se remete ao tratamento que recebe dos outros devido ao local onde mora, ou a maneira como se veste. Esse preconceito muitas vezes dificulta a inserção no mercado de trabalho e a participação em outros espaços sociais (Euzébios Filho & Guzzo, 2009).

Para romper com o fatalismo, cultura do silêncio e culpabilização Paulo Freire propõe a conscientização¹⁰, e desenvolve que sua metodologia de trabalho que visa dar voz aos oprimidos para libertá-los das condições de opressão (Freire, 1979).

A partir da escuta e da valorização da experiência do sujeito, o intuito é instigá-lo a problematizar a realidade e sua condição de vida para vislumbrar possibilidades de transformação. A problematização da realidade e compartilhamento de experiências permite o sujeito superar a "visão focalista da realidade e ir ganhando a compreensão da totalidade" (Freire, 1981, p.23).

A totalidade, no caso da pobreza, é percebê-la como algo muito mais amplo do que a falta de dinheiro, e seus motivos vêm da forma de organização do modo de produção capitalista e não pela vontade de Deus ou falta de vontade ou capacidade do pobre em mudar sua situação de vida.

Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010) realizaram uma análise da produção do conhecimento e atuação do psicólogo com a temática da pobreza. Foi observado que a partir dos anos 1980, houve um aumento de 98% nas publicações relacionadas a esta temática nos periódicos nacionais. Os autores remetem tal acréscimo principalmente a dois fatores: 1) a criação de cursos de pós-graduação que refletem um aumento nas pesquisas em psicologia; 2) o momento histórico em que muitos psicólogos começam a questionar o caráter elitista da profissão, propondo novas práticas e espaços de inserção e atuação profissional.

A crítica ao caráter elitista da profissão e consequente inserção dos psicólogos no campo do bem-estar social corresponde também à crise do mercado privado, o que faz com que os profissionais da área busquem inclusão em outros espaços como serviço público e Organizações Não Governamentais (ONGs).

¹⁰ O conceito de conscientização e sua relação com a psicologia será discutido no próximo capítulo.

Considerando que a população pobre encontrada pelo profissional de psicologia nestes novos espaços não foi sequer discutida nos conhecimentos psicológicos produzidos na área. Surge, desta forma, a necessidade de produzir novos saberes a respeito. No entanto, os autores ressaltam que a participação nestes novos espaços não garante, em si, o chamado “compromisso social”¹¹ da psicologia, uma vez que para esse compromisso se concretizar é necessária a qualificação, contextualização dessa prática e consciência dos limites profissionais diante o contexto sociopolítico em que vivemos. Para tanto, é preciso ultrapassar as práticas meramente assistencialistas para buscar mudanças significativas nas condições de vida das populações consideradas pobres (Dantas, Oliveira & Yamamoto, 2010).

Tal inserção demanda uma produção de conhecimento condizente com a realidade em que se atua, todavia, os autores observaram que pouco se tinha de produção de conhecimento na área, dado que a maioria dos trabalhos remetia a uma adequação de teorias e técnicas. Outro aspecto observado na pesquisa é que pouco se discute sobre as causas da pobreza, a maioria das pesquisas refere-se às consequências da mesma para a vida das pessoas, ou seja, pouco se pesquisa e se intervém nos fatores que geram e mantêm a condição de pobreza.

Nas pesquisas analisadas pelos autores, a pobreza aparece como causadora de outros problemas sociais, ou como obstáculo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas pouco ou quase nada se discute sobre as causas da pobreza. Além disso, a maioria dos estudos sobre a população pobre usa referenciais teóricos e metodológicos tradicionalmente elitistas voltados para a população de nível de maior renda, e as dificuldades do trabalho do psicólogo são sempre colocadas na população atendida e não na falta de formação profissional. Apesar de alguns questionamentos acerca das formas tradicionais de intervenção com a população pobre, no levantamento bibliográfico realizado por Dantas et al. (2010), não foi encontrado nenhum estudo que apresente novas formas e modelos de intervenção para este contexto.

Tais dados demonstram que o “compromisso social” da psicologia tem sido, via de regra, com a manutenção da ideologia dominante e não um compromisso com a mudança das condições de vida das pessoas que sofrem com a pobreza demais

¹¹ O termo compromisso social está colocado entre aspas, pois será discutido no próximo eixo da fundamentação teórica.

desigualdades sociais. Nesse sentido, podemos pensar alguns questionamentos relativos à inserção do psicólogo nas políticas sociais e quais os objetivos do trabalho com a população pobre. Será o de ajudar as pessoas a conviverem melhor com sua condição de pobreza, ou entenderem o porquê desta condição e lutarem por melhores condições de vida?

Ao corroborar com as concepções ampliadas de pobreza que demonstram que esta condição envolve aspectos materiais e não materiais, objetivos e subjetivos, concretos e simbólicos, podem-se vislumbrar alguns aspectos essenciais em relação à intervenção psicossocial dos profissionais nas políticas públicas.

Guzzo, Moreira e Mezzalira (2011), em um artigo sobre avaliação psicossocial em contextos educativos e comunitários, apontam que a dimensão psicossocial da avaliação e intervenção consiste no olhar ampliado para as dimensões sociais e psicológicas que estão envolvidas no processo de desenvolvimento e adoecimento do sujeito, tanto no que se refere à garantia de aspectos materiais para a sobrevivência do sujeito, quanto na compreensão dos aspectos simbólicos, visando o desenvolvimento da consciência e emancipação¹². Ou seja, sem comida o ser humano não consegue buscar meios para sua sobrevivência, mas, por outro lado, sem ter consciência das condições adversas em que se encontra, suas causas e aspectos que as mantêm, não consegue vislumbrar possibilidades de enfrentamento e superação dessas condições. Uma política de oferta de condições apenas materiais de sobrevivência (modelo assistencialista) não garante, por si só, a emancipação e desenvolvimento do ser humano. E é este aspecto ampliado da dimensão da sobrevivência humana e da pobreza que são explicitados poeticamente na música “Comida” citada em epígrafe.

Nesse sentido, ver a pobreza apenas sob a questão da renda e direcionar as ações e análises destes problemas apenas pelos indicadores absolutos, além de dizerem pouco sobre este fenômeno, não oferecem caminhos para sua superação e não proporcionam o desenvolvimento das capacidades,. Assim, o papel do psicólogo com a população pobre envolve o conhecimento sobre o contexto de pobreza e as implicações objetivas e subjetivas na vida das pessoas, para que possa focar o seu trabalho no desenvolvimento da criticidade dos povos, no diálogo e articulação coletiva para reivindicação dos direitos e na luta pela transformação da realidade.

¹² O conceito de consciência e conscientização serão discutidos no próximo capítulo deste trabalho.

Tudo isso está relacionado, antes de tudo, com a conscientização do psicólogo sobre o seu papel e repercussões da sua atuação nesse contexto (Cidade, Moura Junior, Ximenes, 2012; Guzzo & Lacerda, 2007; Martín-Baró, 1985/1996).

2.2.2- Política Nacional de Assistência Social – PNAS

Este item tem o objetivo de apresentar a PNAS, a partir do que está descrito nas leis e documentos oficiais: seus princípios, diretrizes, objetivos e a organização dos serviços. Ao final são apresentados alguns apontamentos críticos acerca da efetivação do SUAS no Brasil a partir de pesquisas sobre o tema.

Demo (1996) faz uma diferenciação entre assistência social e assistencialismo. Para o autor a assistência social é um direito humano que visa atender emergencialmente as necessidades básicas da população que vão muito além da sobrevivência material. O atendimento a essas necessidades visam desenvolver a participação e emancipação do sujeito, o que ultrapassa as ações da PNAS e exigem ações integradas de outras políticas públicas. Já o assistencialismo é visto como uma ajuda e não como um direito, e tal ajuda, ao invés de romper, cultiva o problema social e contribui para a manutenção da desigualdade social.

Com a Constituição brasileira de 1988, o Estado se responsabilizou em garantir os direitos sociais de todo o cidadão brasileiro, e a partir daí, criou leis e organizou políticas públicas para efetivar tais direitos. O capítulo II do título VIII da Constituição trata, especificamente, da seguridade social, que diz respeito às ações que o Estado fará para garantir o mínimo necessário para o cidadão ter uma vida digna e segura. A assistência social juntamente com a saúde e a previdência social compõem o chamado tripé da seguridade social.

As ações da assistência social tiveram início na caridade e filantropia e deram origem às primeiras políticas sociais, como foi destacado anteriormente por Faleiros (2004). No entanto com a Constituição de 1988, as ações deixaram, oficialmente, de ser caridade para tornar-se dever do Estado e direito de todo o cidadão brasileiro. Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8742) que logo em seu primeiro artigo anuncia seu caráter universal e não contributivo:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para

garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei Orgânica da Assistência Social, 1993, Artigo 1º).

Mesmo tendo sua lei aprovada em 1993, a assistência social só foi ter uma política nacional 11 anos depois. Apenas em 2004 foi aprovada a PNAS que possibilitou uma organização nacional da prestação de serviços da assistência social. Antes disso, mesmo com a Constituição de 1988 e a LOAS, as ações da assistência eram desarticuladas, fragmentas e pontuais, não tendo um projeto político e universal.

A PNAS tem cinco princípios básicos: a equidade, que se difere da igualdade, uma vez que, garante *“a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica”* (Brasil, 2004, p.26). Ou seja, tem prioridade no atendimento quem mais precisar dos serviços ofertados, visando atingir a justiça social, pois não dá para estabelecer direitos iguais de acesso em uma sociedade que é marcada pela desigualdade social.

O segundo princípio é a universalização dos direitos sociais, que visa que o público-alvo das ações sociais possam usufruir os serviços destinados a ele na Assistência Social e demais políticas públicas. O terceiro princípio garante o *“respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”* (Brasil, 2004, p.26). Tal princípio tem por objetivo romper com o assistencialismo e reforçar as ações da assistência social como um direito e não como uma caridade ou favor, e uma vez que é direito tem que ser ofertado com qualidade a todos que dela precisarem.

O quarto princípio refere-se à *“igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”* (Brasil, 2004, p. 26). Esse princípio, como expresso, garante que todas as pessoas, independente de raça, gênero ou local de moradia tenham os mesmos direitos de acesso aos serviços.

E o último princípio estabelece que todos os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como os recursos oferecidos pelo Poder Público e seus critérios de concessão sejam divulgados amplamente, para que todas as pessoas tenham conhecimento dos mesmos.

Em relação às diretrizes, a PNAS estabelece quatro: descentralização político-administrativa, distribuindo a gestão do SUAS para as três esferas do

governo (federal, estadual e municipal); a participação popular propõe que a população em geral, principalmente os usuários dos serviços, participe da construção, avaliação e fiscalização das políticas. A terceira estabelece que o Estado seja o principal responsável na condução da PNAS. E a última diretriz aponta que todos os benefícios, serviços, programas e projetos devem estar centrados na família, desde sua concepção até sua implementação. Ou seja, amplia o foco das ações ao indivíduo para toda a família, entendendo família como todas as pessoas que mantêm vínculo afetivo com a pessoa tendo ou não vínculo consanguíneo (Brasil, 2004).

Os usuários da PNAS são cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade a risco e os principais objetivos dessa política são:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p.27).

Para que fosse implementada e efetivada a PNAS no país, foi criado o SUAS, que tem por finalidade a unificação e normatização da oferta de serviços em todo território nacional. No entanto, mesmo propondo a normatização, a PNAS ressalta que todos os serviços têm que desenvolver suas ações de acordo com as demandas suscitadas em seus territórios (Brasil, 2004).

Para organizar a oferta de serviços, o SUAS foi dividido em dois níveis de Proteção Social – a Básica e a Especial – em que seus serviços e programas são distribuídos de acordo com a demanda e o nível de complexidade. A Proteção Social Básica tem seu foco na prevenção e seu objetivo é *“prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”* (Brasil, 2004, p. 27). Seu público-alvo são pessoas em situação de vulnerabilidade social devido à: pobreza; fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social; e à falta de acesso e gozo dos direitos e serviços públicos fundamentais para garantir as condições de sobrevivência.

Os serviços da Proteção Social Básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que desenvolvem serviços, programas e projetos locais de acolhimento, socialização e convivência de famílias e indivíduos.

Para tanto, é previsto que os CRAS tenham equipes multiprofissionais compostas, principalmente, por assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais. Tais profissionais, juntamente com a rede socioassistencial local desenvolvem ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, para que sejam identificados os problemas da comunidade, feitas as intervenções e apresentadas as soluções necessárias.

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS [NOB-RH/SUAS] (Brasil, 2006), aprovada no ano de 2006, as equipes de referência dos CRAS devem ser compostas da seguinte maneira:

Quadro 1: Composição das equipes de referência do CRAS

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006).

A Proteção Social Especial foi subdividida em dois níveis: Proteção Social de Alta Complexidade e Proteção Social Especial de Média Complexidade. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem o intuito de garantir a proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. Para tanto oferta serviços que garantam o acolhimento institucional em tempo integral com privacidade e promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas (Brasil, 2004).

A Proteção Social de Média Complexidade é prevista quando os usuários em situação de risco, pessoal ou social, ainda mantêm os vínculos familiares preservados. As ações são desenvolvidas pelo Centro de Referência Especializado

de Assistência Social (CREAS), que tem como objetivo oferecer apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, contribuindo assim para o fortalecimento no desempenho de sua função protetiva (Brasil, 2004).

Segundo a NOB-RH/SUAS a composição das equipes de referência dos CREAS devem ser compostas segundo essas orientações:

Quadro 2: Composição das equipes de referência do CREAS (Brasil, 2006).

CREAS

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Fonte: NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006).

A partir de tais disposições sobre a composição das equipes de referências, o quadro a seguir apresenta os serviços ofertados no SUAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), distribuídos por nível de proteção social e complexidade que almejam atingir:

Quadro 3 Distribuição dos Serviços do SUAS.

NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS
Básica	<p>Proteção Social Básica (CRAS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); • Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; • Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.
Média complexidade	<p>Proteção Social Especial: Média Complexidade (CREAS e ONGs)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); • Serviço Especializado em Abordagem Social; • Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); • Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; • Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
Alta complexidade	<p>Proteção Social Especial: Alta Complexidade (Abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Acolhimento Institucional; • Serviço de Acolhimento em República; • Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; • Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

Está é a forma de organização e estruturação do SUAS atualmente, que visa romper com ações assistencialistas e dar o caráter de direito às ações da assistência social, para que sejam garantidos os direitos sociais da população brasileira.

No entanto, Moreira (2008) aponta que a forma como a PNAS tem sido implantada demonstra uma tendência histórica e cultural de manter a assistência social à margem das políticas públicas. Diante disso, romper com os paradigmas assistencialistas, clientelistas e de culpabilização da pobreza ainda é um desafio a ser superado nos serviços e programas do SUAS. Por isso a importância de realização de pesquisas para explicitar os elementos políticos e ideológicos contidos na PNAS, bem como as contradições entre a teoria e a prática, para que diante

desse conhecimento da realidade concreta possam ser desenvolvidas estratégias de trabalho que contribuam para a superação destes problemas.

Além disso, a autora ressalta que as vulnerabilidades da PNAS nem sempre estão explicitadas nos indicadores sociais, por isso a importância do conhecimento do cotidiano do trabalho no SUAS, pois é neste cotidiano que essas vulnerabilidades e contradições da política são emergidas e precisam ser apreendidas e avaliadas pelos trabalhadores (Moreira, 2008).

Um dos problemas levantados pela autora refere-se à forma de concepção de pobreza. Apesar de a PNAS apresentar uma dimensão ampla da situação de pobreza e propor diretrizes que consideram a vulnerabilidade social como algo muito mais amplo do que a questão da renda, a maioria dos benefícios e programas do SUAS usam a renda como principal critério de inserção:

(...) todos os programas de transferência de renda determinam o corte de renda, o que dificulta apreender as necessidades sociais como aquelas que, embora articuladas ao econômico, não determinam e nem suprimem isoladamente o conjunto de riscos a que grande parcela da população encontra-se exposta. Estamos falando, por exemplo, da violência em suas múltiplas manifestações e as relações com movimentos financeiros, de poder político, cultural, ideológico. Trabalhar com isso impõe, além de identificar as limitações inerentes às políticas sociais, uma intervenção qualificada em conteúdos que ultrapassam a análise sócio-econômica para balizar a decisão de acompanhamento social de famílias envolvidas nesses contextos (Moreira, 2008, p. 6).

A pesquisa realizada por Mollo (2013) apresenta uma análise das ações da assistência social no município de Campinas no que se refere a crianças e adolescentes em situação de rua. Os resultados da pesquisa mostram que as ações do SUAS voltadas para este público preservam marcas de assistencialismo, repressão, ações de cunho religioso, *“políticas repressivas de higienização político social ora executadas pelo poder público, ora por agentes da sociedade civil (comércio, taxistas, juízes, promotores)”* (p.181), realização de ações voltadas a interesses privados em detrimento dos direitos das crianças e adolescentes atendidos.

Outro ponto levantado pela autora refere-se à precarização das relações e condições de trabalho principalmente devido à terceirização dos serviços que são executados em sua maioria por ONGs, além da desqualificação e insuficiência da rede socioassistencial para atendimentos da demanda, demanda esta que é sempre superior aos serviços e número de funcionários disponíveis. Diante de todas essas mazelas da execução do SUAS, que envolvem diversos fatores sociais, políticos,

econômicos, culturais e organizacionais, a autora destaca que as responsabilidades pelo fracasso ou sucesso da política recaem unicamente nos trabalhadores.

Diante de todas essas problemáticas Mollo (2013) aponta que as questões imediatas a serem enfrentadas são: a terceirização na implantação do SUAS; melhoria nas relações e condições de trabalho e mudança na composição dos conselhos municipais, uma vez que estes *“incidem no poder e na força política das entidades socioassistenciais”* (p.175). A autora ressalta ainda a urgência em

retomar a participação dos usuários e dos trabalhadores na formulação da política e na efetivação do controle social; a imediata elaboração e efetivação de concurso público, diminuição do campo das ONGs e conquista de condições dignas de trabalho para os profissionais de OG e ONG com faixa salarial e carga horária equânimes; implementação de mecanismos de execução direta do Estado; laicidade dos serviços prestados e construção de mecanismos de publicização dos processos de gestão visando transparência e garantia de controle social (Mollo, 2013, p. 175).

Diante dos vários problemas identificados no processo de implementação do SUAS, percebe-se que esta política pública pode estar contribuindo mais para a manutenção das desigualdades sociais ao invés de superá-las. Dentre esses problemas estão: vínculos precários de trabalho, falta de infraestrutura, falta de participação popular e cooptação dos conselhos municipais, viés clientelista e abuso de poder dos gestores, terceirização dos serviços, falta de qualificação dos trabalhadores, burocratização das ações, rotatividade de projetos e profissionais, falta de participação dos usuários no processo de construção e avaliação das ações destinadas a eles (Mollo, 2013; Moreira, 2008; Raichelis, 2010).

No entanto, ainda que limitadas as possibilidades de atuação da forma com que as políticas sociais estão estruturadas, sua existência é uma possibilidade de fortalecimento e conscientização das pessoas para tomarem e reivindicarem seus direitos, podendo fortalecer o exército de resistência (Moreira, 2008). É nessa possibilidade que o psicólogo, enquanto trabalhador dos serviços desta política pública, pode contribuir com seu trabalho, tendo em vista essa realidade de conflitos e tensões que encontrará no seu exercício profissional.

2.2.3- A Inserção do Psicólogo no SUAS

Neste item será discutida a inserção do psicólogo no SUAS, a partir de algumas referências bibliográficas sobre o assunto. Macedo et al (2011) em um

estudo sobre a inserção do psicólogo no SUAS demonstrou que até janeiro de 2011 foram contabilizados 8.079 psicólogos atuando no SUAS, sendo 6.022 trabalhando nos CRAS e 2.057 em CREAS. Com este número, os psicólogos aparecem como a segunda categoria profissional mais presente no SUAS, sendo os assistentes sociais a categoria em maior número.

Outro dado da pesquisa demonstra que a presença do psicólogo no SUAS tem contribuído para a interiorização da profissão, uma vez que 92% dos psicólogos atuantes no SUAS estão distribuídos em cidades do interior do país. As regiões com maior número de psicólogos atuando no SUAS são o nordeste com 2.708 profissionais de psicologia e o sudeste com 2.714. As duas regiões totalizam 5.422 profissionais o que representa 67,1% do total de psicólogos que estão distribuídos pelo SUAS em todo país. Tal concentração no nordeste, segundo os autores, deve-se aos problemas sociais básicos da região advindos do isolamento e desassistência de algumas localidades. Já a concentração de psicólogos no sudeste é devido aos problemas sociais típicos dos grandes centros (Macedo et al, 2011).

As definições do papel do psicólogo na PNAS estão em construção, assim como o próprio SUAS está sendo construído e implementado no país. Nesse sentido, o CFP (2007) aponta que ainda é preciso se avançar muito em relação aos referenciais teóricos e metodológicos para embasar a atuação do psicólogo neste contexto.

O primeiro documento produzido pelo CFP relacionado à atuação do psicólogo no SUAS foi 'Referências Técnicas para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS', em 2007. Tal documento coloca quais práticas do psicólogo devem estar voltadas para o conhecimento das necessidades, potencialidades e experiências da população atendida, visando o desenvolvimento da autonomia e cidadania. As intervenções devem visar o favorecimento de espaços de participação e mobilização social, contribuindo para a organização comunitária (CFP, 2007).

Segundo as orientações do CFP – divulgadas tanto nas Referências Técnicas (CFP, 2007) como no documento sobre a atuação dos psicólogos no CREAS (CFP, 2009) – o que caracteriza o papel do psicólogo no SUAS é o seu olhar para a dimensão subjetiva, ou seja, como cada sujeito se organiza e se apropria das condições sociais que o cercam e como vivencia esta realidade. Isso é o que caracteriza a singularidade do sujeito que não está deslocada do contexto histórico-cultural no qual ele se desenvolve. Nesse sentido, a singularidade e o contexto

social são partes indissociáveis da realidade e vão se construindo dinâmica e relacionalmente no cotidiano dos usuários e da comunidade como um todo.

Dentre as práticas realizadas pelo psicólogo no SUAS estão: Atendimento Individual, intervenções em grupo, articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, análise e intervenção psicossocial, visitas domiciliares, inserção da comunidade, elaboração de relatórios e de plano de atendimentos, entre outras. Para realizar ações condizentes com seu local de trabalho, o psicólogo terá que conhecer a realidade na qual está inserido, suas demandas, particularidades e os impactos desta realidade na vida do sujeito. E o desenvolvimento do seu trabalho não consiste apenas em trabalhar com a demanda trazida pelo sujeito, a fim de atendê-la em um processo meramente assistencialista, mas refletir acerca desta demanda com o sujeito construindo um plano de ação juntamente com o usuário, conciliando o saber do técnico e o da população referenciada (CFP, 2007; 2013).

Outro aspecto levantado pelo Conselho Federal de Psicologia, em relação à especificidade do trabalho do psicólogo no SUAS, refere-se ao seu caráter interdisciplinar e intersetorial. O interdisciplinar caracteriza um trabalho que será desenvolvido por diversos saberes e profissionais, ou seja, o psicólogo compartilhará as ações e demandas com técnicos de outras áreas, com o intuito de desenvolver compreensões e ações mais ampliadas e integradas. O caráter intersetorial refere-se à rede socioassistencial que o serviço no qual atua faz parte, pois o conhecimento desta rede é essencial para que o profissional possa acessar outros serviços que se fizerem necessários para a proteção e garantia de direitos dos usuários (CFP, 2007; 2009).

No documento produzido em conjunto pelos Conselhos Federais de Serviço Social e de Psicologia, intitulado 'Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social' (CFP & CFESS, 2007), é destacada a importância dos profissionais discutirem as concepções e pressupostos que orientam a política de Assistência Social, ao invés de discutirem apenas as melhores técnicas e estratégias profissionais. Ressalta ainda que em um país marcado por intensa desigualdade social, os casos que chegam aos serviços do SUAS muitas vezes perpassam todos os níveis de complexidade da proteção social, e que, portanto, é necessário que os profissionais desconstruam visões simplistas e naturalizadas da pobreza, da violência e da violação de direitos como um todo.

A inserção no SUAS, apesar de representar uma ampliação do mercado de trabalho e mudança de perspectiva acerca da própria psicologia, traz também diversos problemas enfrentados pelo profissional, que remetem principalmente à formação do psicólogo e às condições de trabalho que encontra nesses serviços.

Andrade e Romagnoli (2010) ao discutirem sobre a atuação do psicólogo no SUAS ressaltam que ainda há um abismo entre o saber acadêmico e a realidade cotidiana dos profissionais que atuam nos serviços do SUAS, uma vez que, na formação do psicólogo, ainda prevalece uma hegemonia da ênfase clínica voltada para o atendimento individual.

E em outro artigo, Romagnoli (2012) faz uma crítica acerca do que se tem produzido nos programas de pós-graduação:

(...) observamos, ainda, em alguns momentos, uma grande preocupação da pós-graduação em centrar suas pesquisas em temas consagrados e já estabelecidos, orientando-se para a aquisição da titulação e para a produção acadêmica a ser inserida no currículo Lattes. Essa postura mantém a universidade afastada dos impasses da realidade, e se distancia da consideração crítica do que vem sendo produzido academicamente nas instituições presentes no cenário social (Romagnoli, 2012, p.128).

Além do problema da formação e construção do conhecimento muitas vezes voltada para a psicologia hegemônica, tanto a população quanto os gestores do SUAS mantêm uma visão do psicólogo como aquele profissional que faz psicoterapia e solicitam deste profissional ações apenas relacionadas a este aspecto. Cardoso & Costa (2010) exemplificam tal problema:

Com relação à Psicologia, por configurar-se em um novo serviço, houve, inicialmente, dificuldades na definição de quais demandas seriam atendidas. De transtornos psicológicos a problemas de aprendizagem, diversas queixas foram apresentadas tanto por parte das pessoas que buscavam o atendimento quanto pelos profissionais das mais diversas instituições (Cardoso & Costa, 2010, p.225).

Outro problema apontado nas pesquisas acerca da inserção e atuação do psicólogo no SUAS refere-se à precarização dos vínculos de trabalho. As pesquisas apontam que as queixas dos profissionais estão principalmente relacionadas à: , contratações temporárias, terceirização dos serviços, baixos salários, falta de concursos públicos e de isonomia profissional (profissionais realizando a mesma função recebendo salários diferentes), número insuficiente de funcionários, rotatividade de profissionais nos serviços (Cruz, 2009; Macedo & Dimenstein, 2009; Senra & Guzzo, 2012; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Cruz (2009) em sua pesquisa com psicólogos que atuam no CRAS faz a seguinte discussão:

apenas 3% dos psicólogos que atuam no serviço têm carteira de trabalho assinada regida pela CLT e só 6% trabalhavam em regime estatutário. Sua ampla maioria, 88% dos psicólogos de CRAS são contratados em regime de trabalho temporário (...). O que chama ainda mais a atenção é o fato de 12 dos psicólogos pesquisados receberem salários inferiores a 1000 reais por mês. Ouvimos relatos de que recebiam 700 e até 500 reais por mês. Como se observa, a falta de um piso salarial e os consequentes salários baixos, provavelmente, torna difícil exigir carga horária de 40 horas semanais dos seus técnicos (Cruz, 2009, p.16-17).

No que se refere à falta de infraestrutura dos serviços, Macedo *et al* (2011) identificam o problema de locais de grandes extensões territoriais que não são atendidos pelos serviços do SUAS, como por exemplo a região amazônica. Podemos relacionar tal problema com a população que vive na zona rural. Tal aspecto contraria o quarto princípio da PNAS que orienta que todas as pessoas devem ter *“Igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”* (Brasil, 2004, p.26).

A alta complexidade da demanda que chega aos serviços do SUAS é também um dos grandes desafios para a atuação do psicólogo, uma vez que os casos que chegam aos serviços extrapolam todos os níveis de proteção social previstas na PNAS. A pesquisa realizada por Macedo e Dimenstein (2012) evidencia que, diante da complexidade dos casos, os profissionais sentem-se impotentes e frustrados:

A impotência também se evidenciava nos casos em que os técnicos se deparavam com situações em que não sabiam o que fazer frente às demandas apresentadas, pois ora esbarravam na burocracia dos serviços ou na falta de estrutura, ora ficavam reféns da falta da rede de apoio de cuidado sócio-institucional (ações, serviços e programas) que atendessem as necessidades da população (p.189).

Tal nível de complexidade, como destacado pelos autores faz com que os profissionais se sintam impotentes e frustrados com os resultados do seu trabalho, que pouco repercute na resolução dos problemas.

Outra consequência levantada pelos autores refere-se às estratégias subjetivas de defesa identificadas na fala dos profissionais diante tais problemas. As estratégias vão desde a naturalização da pobreza e culpabilização do usuário por sua não resolução, até a indiferença diante dos usuários. Nas palavras dos autores: *“Em função disso, muitos desses técnicos recorriam, algumas vezes, à ‘amortização’*

dos próprios afetos, especialmente frente aos casos que extrapolavam suas condições de intervenção” (Macedo & Dimenstein, 2012, p.189).

Podemos observar que a inserção do psicólogo no SUAS representa ainda um grande desafio para a Psicologia enquanto ciência e profissão. Todos esses problemas levantados nas pesquisas refletem-se nos resultados do seu trabalho, que nem sempre atinge os objetivos almejados pelo serviço e pelo profissional. A esse respeito, Ximenes, Paula e Barros (2009) destacam:

Com efeito, pode haver ambigüidades, inclusive, entre as pretensões dos profissionais e os desdobramentos de sua práxis. É possível, por exemplo, que o trabalho do profissional se proponha a combater os excessos da desigualdade social, ao passo que, no cotidiano, reforce fundamentos que a produzem, caso o dinâmico emaranhado institucional onde ele se situa, em determinadas circunstâncias, respalde a circulação da noção do usuário como “vulnerável” e exalte apenas retoricamente o exercício dialógico, seja na própria gestão municipal seja nos vários espaços onde, de algum modo, ela se materializa (p.696).

Raichelis (2010) ao discutir o trabalho dos profissionais no SUAS ressalta que tal contexto de atuação demanda a articulação da formação teórica, técnica e política do profissional. Neste aspecto os resultados de sua ação não dependem somente do seu conhecimento, mas das condições institucionais de que dispõe para realizar sua intervenção. Diante deste panorama, pensar o papel da psicologia nas políticas públicas é pensar no desenvolvimento destas políticas e da própria profissão na sociedade capitalista (Guzzo & Lacerda, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010).

2.3- Psicologia: do Compromisso para a Mudança Social

Este eixo da fundamentação teórica tem o objetivo de discutir, especificamente, a Psicologia a partir de uma reflexão do movimento do “compromisso social” da profissão e o quanto este compromisso representa ou não uma mudança de paradigma para a Psicologia como ciência e profissão. A princípio será feita uma discussão acerca do “compromisso social” da Psicologia, caracterizado, principalmente, pela inserção do psicólogo em outros espaços além do consultório particular, que possibilita maior acesso da população aos serviços prestados por esta categoria profissional. Posteriormente, será realizada uma apresentação da Psicologia Crítica, Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária como uma forma de problematizar as ações do psicólogo ao longo da história da profissão e propor novos direcionamentos para a prática, que representem de fato a mudança social que se almeja.

2.3.1- Psicologia e Compromisso social

Quando a Psicologia foi instituída como profissão no Brasil, em 1962, a formação e atuação do psicólogo estruturaram-se em torno de três principais áreas: a clínica, a escolar e a industrial. Dentre essas áreas, a que mais teve destaque na formação e prática foi a área clínica, com a concepção clássica de atuação individualizada e voltada para as classes média e alta da população (Ferreira Neto, 2004). Ao reproduzirem noções de atendimento individualizado e curativo em outros contextos de atuação, que não a clínica, os psicólogos, geralmente, se remetiam somente aos fenômenos mentais e pessoais, não buscando, então, entender a pessoa na sua integralidade, muitas vezes, desconsiderando as influências que os contextos sociais, econômicos e políticos exercem no sujeito (Yamamoto, 2003).

Botomé (1979/2010), durante a VIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), no ano de 1978, realizou uma palestra – “A quem nós, psicólogos, servimos de fato?” – em que fazia uma denúncia e crítica à tendência elitista da Psicologia, bem como questionava o futuro desta área do saber.

O autor revelou, através de suas pesquisas, que a prática do psicólogo, naquele período, era voltada para o atendimento clínico em consultório particular

individual. Com base na distribuição de renda da população brasileira e no valor da consulta, concluiu que:

apenas uma parcela aproximada de 5 a 15% das famílias brasileiras poderia pagar, e provavelmente com dificuldade, por serviços de Psicologia para alguém da família. O que os psicólogos têm a oferecer é “tão especial” que a grande maioria de seus benefícios só se dirige aos ricos mais ricos? É alarmante a distorção encontrada em tais dados e a direção de suas transformações não parece estar melhorando para a maior parte da população. A formação dos psicólogos permanece sendo em grande parte a mesma: os alunos continuam procurando preferencialmente por clínicas e atividades afins, o mercado parece reconhecer e pagar apenas aos “autônomos”, pagando muito menos aos que colocam seus serviços sob o rótulo de “assalariados”. Onde estarão essas condições dos serviços de Psicologia nos próximos anos? Os psicólogos e administradores da Psicologia, como ciência e como profissão, mudarão essas tendências? O que dará a Psicologia a um povo de um país pobre como o Brasil? (Botomé, 2010/1979, p.176).

Percebe-se também que, já naquela época, o autor denunciava a desvalorização dos psicólogos que desenvolviam suas atividades fora do consultório. Seus questionamentos são provocadores ainda para os dias de hoje.

Diversas mudanças aconteceram na formação e atuação do psicólogo brasileiro, principalmente no que diz respeito ao acesso das camadas populares ao serviço prestado pelo psicólogo. A partir de críticas ao caráter elitista da Psicologia e uma necessidade de ampliação do mercado de trabalho para atuação do psicólogo, este profissional foi ocupando, além do consultório particular, outros espaços como: comunidades, políticas públicas, organizações não governamentais (ONGs), entre outros. Estes novos contextos de atuação demandam novas formas e modalidades de atuação além das intervenções clínicas tradicionais. Aos poucos os psicólogos vão levando em conta que o subjetivo não é uma instância paralela e desvinculada do contexto social, político, cultural, formativo e histórico em que se vive, pelo contrário, o subjetivo é construído conjunta e dialeticamente com tais aspectos (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Pode-se observar ainda, na discussão realizada nos primeiro e segundo eixos desta fundamentação teórica, que não é recente a preocupação da sociedade e do Estado com as chamadas questões sociais, que estão diretamente relacionadas com a forma de organização do modo de produção capitalista. Na Psicologia, igual preocupação também tem se apresentado com a bandeira do compromisso social que é propagado pelo Conselho Federal de Psicologia enquanto discurso e prática necessárias ao campo da Psicologia. Como destaca Ferreira Neto (2004):

O social é tomado como um setor portador de problemas que convoca continuamente a sociedade e Estado a nele intervirem (...) mediante a instrumentalidade de um diversificado número de especialistas, que inclui os psicólogos (p.101).

No entanto, a problemática que surge é: o quanto esse compromisso social da Psicologia e do Estado tem proporcionado real mudança na vida das pessoas que sofrem diretamente com a questão social? Na Constituição de 1988 são criados e legitimados os direitos sociais a toda a população, todavia, como isso tem se desenvolvido e se efetivado no país? Proporciona dominação ou autonomia? Como tem sido desempenhado o papel da Psicologia nesse contexto?

A esse respeito Ferreira Neto (2004), a partir de uma reflexão crítica sobre essa inserção do psicólogo no campo das políticas públicas e sociais, destaca:

Na verdade as práticas psi não são meramente diferentes modos de entender e ajudar os indivíduos. São desde sempre práticas de subjetividade, dispositivos de produção de subjetividade em estreita conexão com movimentos da história e vida social (...). E nessa dimensão pode funcionar de modo submetido ao processo de dominação ou como ação de resistência e criação ante os sistemas de saber e poder (p.84).

Yamamoto (2007) faz uma discussão sobre a inserção do psicólogo no campo do bem-estar social, traz as possibilidades e limites profissionais para se atuar em políticas sociais no modo de produção capitalista. O autor ressalta que a inserção do psicólogo no campo do bem-estar social não representa em si a efetivação do compromisso social da Psicologia, pois este é mais do que a abrangência e abertura de mercado de trabalho em políticas sociais, para possibilitar que as classes subalternas tenham acesso ao psicólogo. O compromisso está, essencialmente, em discutir o que realmente a Psicologia tem a contribuir nesses novos contextos para uma mudança social, conscientização e melhoria de vida dessas pessoas.

Além disso, outro aspecto que precisa ser considerado diz respeito às limitações que as políticas públicas e seus serviços trazem devido a sua organização e conjuntura dentro do modo de produção capitalista. A organização do Estado para lidar com a questão social é fragmentada, o que faz com que os problemas sociais sejam tratados de forma isolada e remediativa, sem a análise e intervenções nas origens dos problemas (Yamamoto, 2007).

Como discutido no primeiro eixo da fundamentação teórica, a questão social surge da forma de organização do modo de produção capitalista que se mantém pela exploração de uma classe social sobre a outra, ou seja, o empobrecimento da

classe trabalhadora é condição para o enriquecimento da classe burguesa. E, como nesta forma de organização, quem retém o dinheiro detém o poder, há um movimento político e ideológico para a manutenção das coisas como estão.

Neste sentido, observa-se que ações do Estado são sempre nos problemas sociais, com o intuito de amenizar suas consequências e não de resolvê-los (Casimiro, 1999; Paulo Netto, 2011; Yamamoto, 2007). Tais aspectos, como discutido ao final do segundo eixo desta fundamentação teórica, se refletem nas políticas públicas nas formas de precarização das condições de trabalho, fragmentação dos serviços, terceirizações, falta de investimento e qualificação dos serviços e trabalhadores.

Outro aspecto a ser destacado é em relação à formação acadêmica. Discute-se, atualmente, a mercantilização do Ensino Superior, demonstrando que a precarização das condições de trabalho e influências da ideologia do modo de produção capitalista não estão presentes apenas nos espaços de atuação, mas atingem também os espaços de formação (Blanch & Cantera, 2009). Isso faz com que a educação seja ofertada como um produto, respondendo às demandas do mercado, sem análise crítica da qualidade dos profissionais que estão sendo formados.

Neste panorama em que o psicólogo é formado e insere-se nos serviços vinculados às políticas públicas e sociais, é necessário que o profissional tenha consciência do contexto social e político em que se encontra, para saber as possibilidades e limites de sua intervenção. A ação descontextualizada e sem análise crítica da realidade e do local que atua contribui para manutenção e não para a mudança social defendida acerca desta inserção e propagada com o lema de compromisso social da profissão.

A Psicologia pode ser uma ferramenta de conscientização e mobilização das pessoas, contudo tem servido mais como um instrumento paliativo do que questionador e transformador da realidade. E é justamente a partir da crítica, a serviço do quê e de quem a Psicologia tem se dedicado, enquanto ciência e profissão, é que surgem a Psicologia Crítica, Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária, como movimentos contra hegemônicos dos saberes teóricos e práticos legitimados na Psicologia.

2.3.2- Psicologia: Crítica, Libertação e Comunidade

Psicología comunitaria, carácter crítico y orientación liberadora pueden considerarse como expresiones de una misma conciencia: la conciencia de la necesidad de responder efectiva y legítimamente a las necesidades de sociedades cuyo destino histórico debe trascender la pobreza, la sumisión y la ignorancia (Montero, 2004, p.8).

Este item irá apresentar os referenciais teóricos da Psicologia Crítica, Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária. Todos esses referenciais da Psicologia partem de críticas às teorias e práticas hegemônicas da Psicologia. Antes de realizar tal apresentação faz-se necessário uma breve discussão dos termos: crítica, consciência e conscientização. Considera-se pertinente definir tais conceitos para deixar claro, como e a partir de quais referenciais teóricos eles são concebidos neste estudo, e o que pretendemos com sua utilização, nos posicionamentos que se pretende apontar e defender nesta pesquisa.

A palavra crítica, segundo o Online Etymology Dictionary(2013), origina-se de crise, e está relacionado com os termos separar, crucial, decisivo, preciso. A crítica visa questionar o que está colocado como única forma de compreensão, propondo-se revelar as faces obscurecidas na tentativa de uma análise que busque uma compreensão mais aprofundada e abrangente acerca dos fenômenos.

Fazer a crítica na Psicologia significa submeter as teorias e práticas legitimadas da área a questionamentos acerca do quanto elas representam, ou não, uma compreensão ampla da realidade que considere os aspectos políticos e sociais que estão implicados na construção e aplicação deste conhecimento (Montero, 2004). Neste sentido, analisar os objetivos que a ciência psicológica se propõe e como a profissão realmente os atinge com suas ações é contrapor as pretensões anunciadas e propagadas pela Psicologia, com as repercussões sociais das práticas realizadas pelos psicólogos.

Dessa forma, como discutido anteriormente, pode-se concluir que o compromisso social da Psicologia, da forma como vem sendo proposto, não representa um compromisso efetivo com as classes populares. As teorias que serão apresentadas a seguir visam denunciar essa contradição e anunciar novas formas de se realizar uma Psicologia que esteja, intrinsecamente, comprometida social e politicamente com uma mudança social e contribua para a conscientização das pessoas, visando à superação das desigualdades e injustiças sociais.

Montero (2013) na Enciclopédia de Psicologia Crítica define consciência como uma função superior que dá ao ser humano a capacidade de perceber, conhecer, raciocinar, compreender e apreender o mundo e as coisas do mundo.

Nos primeiros estudos sobre consciência, ela era vista apenas como uma função superior que difere o ser humano dos outros animais devido a sua capacidade de pensar, raciocinar e refletir sobre suas ideias. A partir da obra marxista, a consciência tomou uma dimensão política relacionada não apenas a um fenômeno individual, mas uma ferramenta de ação política que permite ao sujeito compreender a si e o mundo em que vive. A partir da tomada de consciência dos problemas e formas de exploração aos quais está submetido, o sujeito pode buscar articular coletivamente estratégias de resistência e mudança social, para melhoria das condições de vida de sua classe (Montero, 2013).

Marx e Engels (2003/1848) relacionaram também consciência à práxis, que corresponde à ação intencional e refletida voltada para a mudança social que se almeja, no caso, a revolução da classe operária.

Segundo Paulo Freire, a característica principal do ser humano que o diferencia dos outros animais é sua capacidade de agir conscientemente sobre a realidade objetivada: “É precisamente isto, a ‘práxis humana’, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo” (Freire, 1979, p.15). No entanto, a tomada de consciência não representa em si a conscientização, pois para Paulo Freire, a conscientização é um processo de tomada de consciência que envolve uma reflexão crítica sobre a realidade percebida e sobre si mesmo.

A princípio, o sujeito tem uma percepção espontânea e ingênua da realidade, no processo de conscientização ele desenvolve um aprofundamento dessa percepção e compreensão que vai além da absorção de informações, mas implica em refletir criticamente sobre elas, fazendo nexos, buscando as correlações e contradições, neste processo o sujeito vai além da percepção, buscando desvelar a realidade, o que implica necessariamente na ação do sujeito.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1979, p. 15).

É nesse processo de conscientização que o sujeito pode desenvolver estratégias de resistência diante das condições de exploração e opressão nas quais está submetido, buscando coletivamente o fortalecimento, autonomia e libertação de sua classe (Freire, 1979).

A partir da apresentação destes conceitos que permearão as discussões a seguir, serão apresentados os fundamentos da Psicologia Crítica, Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária.

Psicologia Crítica

A Psicologia Crítica é um movimento de resistência à Psicologia tradicional, com o intuito de construir uma análise ante as práticas dominantes e legitimadas pela Psicologia, e buscar as contradições das ideias que são propagadas como naturais (Parker, 2007). Trata-se de um movimento dialético que não visa explicações subjetivas, mas levantar as contradições e revelar as táticas políticas e ideológicas obscurecidas, que permeiam a prática do psicólogo. A principal crítica feita à Psicologia tradicional é de que ela tem servido como ferramenta ideológica para a manutenção do modo de produção capitalista e a favor da classe dominante, contribuindo para a discriminação, opressão e negligência das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade (Markard, 2007; Norman, 2007).

Em um artigo de crítica à Psicologia experimental, Holzkamp (1992) aponta que os estudos desenvolvidos por essa vertente da Psicologia tradicional (estímulos, reforçamento, resposta, comportamento etc.) determinam o que será ou não estudado e obscurecido em suas pesquisas em Psicologia, o que consequentemente direciona os resultados. Isso acontece porque, na Psicologia experimental, as sistematizações são reduzidas a aspectos biológicos e físicos, deixando-se perder a dimensão humana e social do objeto da Psicologia. Nessa redução feita pela Psicologia tradicional, o homem perde seu caráter ativo e passa a ser concebido como sujeito passivo e refém do ambiente natural, como se o ambiente existisse independentemente da ação humana.

Com o intuito de superar essa redução, Holzkamp, buscou nos fundamentos marxistas as bases teóricas e metodológicas para suas pesquisas. Com base no

Materialismo Histórico Dialético - MHD¹³ parte-se da concepção de que o sujeito produz meios e condições para sua sobrevivência, e isso se dá por meio do trabalho. Assim, desenvolve sua existência criando e transformando as condições sociais. Tal concepção nega as visões naturalistas, causais e simplistas de compreensão do sujeito e da sociedade.

Em geral, as explicações e conceitos predominantes na Psicologia tendem a descontextualizar o sujeito e restringem suas análises aos aspectos subjetivos e comportamentais, voltando, desta forma, suas intervenções apenas ao indivíduo. A consequência disso é a reprodução de práticas impregnadas por ideias preconceituosas, excludentes, psicologizantes e patologizantes¹⁴, tanto na formação e atuação do psicólogo, quanto em disciplinas em que profissionais de outras áreas que utilizam-se das teorias e métodos da Psicologia para normatizar e patologizar as pessoas (Parker, 2007).

A partir do estudo e análises das teorias e práticas psicológicas desenvolvidas e reconhecidas, até então, a Psicologia crítica é caracterizada por Holzkamp como uma base conceitual metodológica que estuda o sujeito a partir dele mesmo e de sua natureza social, ou seja, as condições concretas e históricas de sua vivência.

A psicologia crítica, como Holzkamp concluiu, não é para ser vista como uma teoria, abordagem ou escola em particular, mas sim como uma contribuição para uma fundamentação conceitual metodológica que reconheça cientificamente a desumanidade implícita na psicologia ao reduzir a subjetividade humana a um indivíduo sem mundo, ou normatizá-lo conforme as condições da vida cotidiana (Schraube & Osterkamp, 2013, p.4)¹⁵.

A partir dessa análise, a Psicologia crítica busca revelar o quanto as práticas da Psicologia hegemônica são permeadas por concepções ideológicas da classe dominante, e o quanto não correspondem com a realidade vivenciada pela grande maioria da população. Entretanto, mesmo diante dessa discrepância, tais práticas servem de parâmetro para a avaliação e exclusão de quem não se encaixa nos padrões normatizados pela ciência.

¹³ O MHD, por ser o fundamento metodológico e método da presente pesquisa, será discutido e aprofundado no capítulo do método.

¹⁴ Patologizar e Psicologizar: Termos utilizados pelo autor Ian Parker para se referir à tendência dos psicólogos em buscar sempre justificativas psicopatológicas e/ou subjetivas para compreensão e explicação dos comportamentos humanos que não se enquadram aos padrões sociais esperados.

A Psicologia Crítica questiona o papel que, historicamente, a Psicologia tem desempenhado na sociedade como ciência e profissão. A este respeito, Norman (2007) discute a ética social *versus* a ética individual na Psicologia. Segundo o autor, a Psicologia, tradicionalmente, é baseada em uma ética individual. Por outro lado, a Psicologia Crítica traduz um movimento político que propõe-se a usar a Psicologia como ferramenta de emancipação e não de manutenção do *status quo*, busca uma ética social que promova uma comunidade responsável, colaborativa e de participação democrática.

Psicologia Social da Libertação

Neste mesmo movimento crítico às teorias e práticas tradicionalmente legitimadas e reconhecidas pela Psicologia, o padre jesuíta e psicólogo, Ignacio Martín-Baró, desenvolveu a Psicologia Social da Libertação. Em um artigo no qual discute o papel do psicólogo, o autor ressalta que a maioria das práticas dos psicólogos estão voltadas para as classes mais ricas, e suas investigações são dirigidas às origens pessoais dos problemas, não atendo-se aos fatores sociais dos mesmos. Com isso, esse estudioso denuncia que, historicamente, a Psicologia tem utilizado suas práticas a serviço da repressão e controle social, o que contribui para a manutenção do sistema dominante e, conseqüentemente, não colabora para a amenização das desigualdades sociais (Martín-Baró, 1985/1996).

Cada realidade traz uma especificidade cultural e social, e nesse sentido, importar práticas tradicionais desenvolvidas em outros contextos tem como consequência práticas desvinculadas da realidade e não correspondem às reais necessidades da população atendida. Por isso, o conhecimento que vem sendo reproduzido pela Psicologia não pode contribuir para a transformação e melhoria das condições de vida dos povos latino-americanos.

Para mudar tal situação Martín-Baró sugere uma redefinição da bagagem teórica e prática da Psicologia, que seja formulada a partir do povo latino-americano, de suas vivências, sofrimento, aspirações e lutas. Uma ciência que leve à prática e seja capaz de contribuir para a libertação. Nesse sentido, sua proposição é a Psicologia Social da Libertação (Marín-Baró, 1985/1996; 1986/2011).

A Libertação para Martín-Baró é tomada por duas dimensões: a libertação do povo da situação de dominação e opressão e a libertação da ciência psicológica,

de sua submissão e reprodução de teorias e práticas importadas dos países dominantes. Os povos latino-americanos têm a tendência de se submeterem às potências dominantes, tanto do ponto de vista cultural, social e econômico quanto do ponto de vista teórico. Conforme o autor, tal submissão tem suas raízes no colonialismo, e mantém-se pelas ameaças econômicas e/ou militares que os países latino-americanos sofrem constantemente em suas relações com essas potências (Martín-Baró, 1986/2011).

Essa submissão tem como consequência a marginalidade científica e a inoperância social do conhecimento produzido na América Latina. Os psicólogos, ao dar grande relevância para as características pessoais e interpessoais, acabam encobrendo as questões sociais, políticas e econômicas que estão envolvidas na construção da subjetividade e sofrimento do sujeito. A redução aos processos individuais e subjetivos revela uma tendência da Psicologia a personificar e psicologizar todos os processos, não dando respostas satisfatórias aos reais motivos do sofrimento de grande camada da população. Diz o autor: “*O psicologismo tem servido para fortalecer, direta ou indiretamente, as estruturas opressivas ao desviar a atenção delas para os fatores individuais e subjetivos*” (Martín-Baró, 1986/2011, p.183).

Para a superação dessas tendências psicologizantes, Martín-Baró desenvolveu a Psicologia Social da Libertação, que a partir de fundamentos marxistas, da teologia da libertação, da obra de Paulo Freire, dentre outros conjuntos de ideias críticas, defendem que a realidade concreta ou verdade prática, tem primazia sobre o idealismo ou verdade teórica. Ou seja, o conhecimento precisa ser produzindo a partir do conhecimento da realidade e sempre visa uma práxis, isto é, uma ação com um intuito de transformação das condições de vida das classes marginalizadas.

A partir dos fundamentos mencionados, o autor propõe três pontos de mudança na Psicologia: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis. A inovação no horizonte adverte que a Psicologia latino-americana deixe de se preocupar em atingir o “*status científico*” imposto por outras culturas, e passe a assumir compromisso com o seu povo. A mudança epistemológica implica em deixar de importar e reproduzir teorias e metodologias estrangeiras, para construir o conhecimento que considere a realidade e quem vivencia os principais problemas da América Latina. O autor ressalta que não se trata de abandonar totalmente o

conhecimento produzido, mas centrar forças para realizar a revisão crítica dos mesmos e a iniciar pela valorização do conhecimento das classes populares. E, finalmente, uma nova práxis refere-se a uma prática que vise à transformação da realidade, pois não basta conhecer a realidade dos excluídos e oprimidos, sem propor ações de mudança para que as pessoas possam superar essa realidade injusta e desigual, lutando por melhores condições de vida. Diz Martín-Baró (1986/2011):

Assim, para adquirir um novo conhecimento psicológico, não basta nos situarmos na perspectiva do povo, é necessário desenvolver uma nova práxis, uma atividade transformadora da realidade que nos permita conhecê-la não apenas no que é, mas no que não é, e isto ocorre na medida em que tentamos orientá-las para aquilo que deve ser (p.193).

Essa nova práxis lançada por Martín-Baró (1986/2011), trata-se de uma prática alinhavada com um compromisso social e político com as camadas populares, e esse compromisso demanda a politização da Psicologia enquanto ciência e profissão. Nesta perspectiva não dá para falar em neutralidade, pois os intuítos e horizontes pretendidos devem estar claros para serem defendidos e buscados para aquilo a que se dispõe. No caso da Psicologia da Social da Libertação, o intuito é a emancipação e poder de luta das classes populares por melhores condições de vida e uma sociedade mais justa e humana.

Psicologia Comunitária

A Psicologia Comunitária surge como uma disciplina da Psicologia Social voltada para a aplicação prática da Psicologia diante os problemas sociais, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com primazia das questões interpessoais e comunitárias ao invés de preocupações individuais e intrapsíquicas da Psicologia tradicional. Com isso visa diminuir a distância entre a academia e a realidade social, a partir da inserção do psicólogo em outros espaços de atuação mais voltados para as camadas populares (Gomes, 1999; Montero, 1999).

No entanto, essas ações voltadas para comunidade podem se orientar por diferentes referenciais teóricos que também implicarão nos objetivos da intervenção. Gomes (1999) aponta três modelos teóricos da Psicologia Comunitária: o modelo norte-americano de movimento em prol da saúde mental; o modelo cognitivista,

voltado para a Psicologia do desenvolvimento social; e a ação comunitária, que utiliza o método derivado do teoria marxista, que é materialismo histórico-dialético, voltada para uma Psicologia de transformação social.

Os dois primeiros seguem uma tendência da Psicologia social norte-americana voltada para a adaptação do sujeito na sociedade, que como discutido no primeiro item, refletem uma Psicologia hegemônica que volta suas ações para o indivíduo sem questionar as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que contribuem para o desenvolvimento, saúde e/ou adoecimento do sujeito. Tais práticas servem para a manutenção do sistema sem intuídos de real mudança social.

Já o terceiro modelo, o qual é defendido nesta pesquisa, é baseado no materialismo histórico-dialético e visa necessariamente à mudança social. Tal concepção refuta uma visão de sujeito passivo, que é mero receptor das interferências externas e se adapta a uma sociedade posta, e defende uma concepção de sujeito ativo, que é constituído socialmente, mas não está predestinado a se adaptar, pelo contrário, tem possibilidades de mudá-la a partir da consciência que desenvolve de si, do outro, do seu papel na sociedade e na comunidade em que vive.

O conceito de comunidade diz respeito a um conjunto de pessoas que dividem o mesmo território e mantêm uma organização social para sua convivência, o que implica em compartilhar interesses, sentimentos, desejos, problemas, crenças e atitudes (Gomes, 1999).

A Psicologia Comunitária tem como princípio a participação ativa da comunidade no processo de estudo e compreensão dos problemas que vivencia. As intervenções devem partir de uma realidade prática e empírica a serem construídas junto com a comunidade, pressupõe que os sujeitos que sofrem diretamente os problemas da comunidade possam se perceber enquanto membros da mesma e se conscientizarem das problemáticas que vivenciam, para que possam vislumbrar conjuntamente possibilidades de enfrentamento e superação destas problemáticas de forma coletiva. Tal perspectiva traz uma revolução nas formas de aplicação do conhecimento psicológico e na forma do profissional se relacionar com a comunidade, pois rompe com práticas diretivas e descritivas da Psicologia tradicional que creem em um suposto saber pré-concebido que pode ser aplicado e reproduzido individualmente em qualquer contexto (Montero, 1999).

Para a Psicologia Comunitária conseguir realmente produzir a mudança social a que se propõe a Psicologia tem que superar alguns obstáculos enquanto ciência e profissão, tais como: o individualismo, sua função adaptadora e normatizadora, sua função de neutralidade técnica e científica. Este último obstáculo, que carrega em si indiretamente os outros supracitados, foi nomeado por Fernandez Crislieb apud Cuéllar (2012) de 'epistemologia da distância', que se refere à crença de que a Psicologia pode ser uma ciência neutra. O reflexo da epistemologia da distância no sistema social vigente é o liberalismo e o neoliberalismo, que defendem que o papel da ciência é descobrir a ordem natural das coisas e deixar que essa ordem flua livremente com pouca ou nenhuma interferência nessas formas de concepções e organização das relações entre homem e sociedade, como: a oferta e a demanda, a divisão do trabalho, a renda, o mercado, o consumo, as relações assimétricas, a lei do mais forte ou melhor capacitado (Cuéllar, 2012; Marin, 2006).

A Psicologia tem atuado apenas na mudança do indivíduo, e não na mudança do sistema, o adaptando e preparando para se conformar e suportar as formas de opressão, exploração e subserviência sem crítica. Tal atuação contribui para a manutenção do *status quo* e não rompimento com as ideologias e desigualdades sociais vigentes, e não promovendo uma mudança social de fato. Nesse sentido, Montero (2004) aponta que para as práticas do psicólogo provocarem mudança, elas precisam ir além de um exercício intelectual, pois exige necessariamente uma práxis, ou seja uma ação intencional, cuja intencionalidade e horizonte seja a conscientização das classes populares, para que sejam buscadas mudanças que promovam melhorias nas condições de vida das classes desfavorecidas que sofrem diretamente com as consequências da pobreza e desigualdade social.

E para que isso aconteça, apenas um discurso de compromisso social não é suficiente, é necessário que se anuncie com quem se está comprometido e se proponha práticas condizentes e pertinentes com os objetivos anunciados.

Neste aspecto, o grande desafio para o psicólogo é desenvolver conhecimentos e práticas que promovam mudança dentro de uma sociedade que favorece ações de manutenção. Para tanto, é necessário que se trabalhe para a conscientização não só da população que o psicólogo irá atender, mas, anteriormente, a conscientização da própria classe profissional desde a formação. Tal defesa corrobora com a discussão de Raichelis (2010) de que, a inserção

profissional no campo da Assistência Social demanda uma formação teórica, técnica e política.

3- MÉTODO

3.1- Fundamentos Metodológicos

A pesquisa científica é uma “busca sistemática e rigorosa de informações com a finalidade de descobrir a lógica e coerência de um conjunto aparentemente disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado” (Chizzotti, 2011, p.20).

Neste processo de construção do conhecimento, o autor supracitado defende a importância de que o pesquisador tenha ciência das concepções de homem e mundo que nortearão seu trabalho, além de eleger os procedimentos, técnicas e instrumentos adequados para auxiliá-lo no caminho que percorrerá para chegar aos seus objetivos.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a inserção do psicólogo no SUAS e fundamenta-se no Materialismo Histórico Dialético (MHD), oriundo da teoria marxista. A princípio serão apresentados os pressupostos teóricos, ontológicos e filosóficos do método MHD. Isto é, qual a perspectiva de homem e mundo desta teoria e como propõe a construção do conhecimento a partir destas concepções. Posteriormente, será ressaltada a dimensão ética e política, explicitando quais objetivos pretende-se atingir com este conhecimento produzido. Após esta fundamentação teórica e metodológica, discutir-se-á de que maneira será proposta a aplicação do MHD nesta pesquisa.

Paulo Netto (2011) ressalta que, para Marx, o método não é uma sistematização de técnicas e procedimentos para se conhecer algo, mas “*o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto*” (p.28). O principal objetivo da construção do conhecimento para Marx é o conhecimento da realidade para a transformação da mesma.

Por isso Gonçalves (2005) ressalta que o MHD pode ser entendido como filosofia, teoria e método e defende sua atualidade por ser “*referência e instrumental para compreensão, explicação e intervenção sobre uma realidade que se transforma a partir da ação do homem*” (p.86).

A dimensão ontológica é como o ser humano se constitui a partir de determinadas situações sócio-históricas (Oliveira, 2005). Partindo de uma

perspectiva MHD, defende-se que é pelas condições concretas de existência e das relações sociais estabelecidas pelo sujeito que se dá o desenvolvimento e constituição do ser humano. Tais condições e relações não são predeterminadas e independentes da ação do homem, mas construídas histórica e dialeticamente na interação do sujeito com o mundo. Nesta relação recíproca e dialética, o sujeito recebe e constrói conhecimentos que promovem mudanças pessoais e sociais, ou seja, o mundo muda o sujeito e este muda o mundo, a partir de sua ação (Sirgado, 2000).

De acordo com Paulo Netto (2011), Marx e Engels desenvolveram sua obra a partir da dialética materialista para o estudo da vida social. Em contraposição à dialética idealista formulada por Hegel, Marx propõe a dialética materialista que busca na realidade concreta suas fontes de informação para construção do conhecimento. Nesta perspectiva, não é o pensamento que cria o real, mas o real que é transposto para o pensamento. “Portanto, a epistemologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação” (Martins, 2006, p. 15).

Outro princípio é a interdependência entre os objetos e os fenômenos do mundo, na qual nenhum objeto de estudo ou fenômeno podem ser compreendidos de forma isolada, sem considerar as condições que o cercam. Assim, o papel do pesquisador está em conhecer a estrutura e a dinâmica da realidade nas suas múltiplas determinações materiais, sociais e históricas (Paulo Netto, 2011).

Para a dialética marxista, todos os objetos e fenômenos do mundo têm uma contradição que é inerente a eles. A partir de uma crítica ao princípio da exclusão – presente na lógica positivista, em que duas ideias opostas não podem coexistir em um mesmo universo, pois a existência de uma, necessariamente, exclui a outra – a dialética marxista propõe que a realidade concreta é composta por diversas contradições, que coexistem e fazem parte de um processo em constante movimento e transformação (Alves, 2010; Martins, 2006).

Em conformidade com este princípio falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo etc. Este é o mais absoluto significado da contraposição marxiana aos dualismos dicotômicos asseverados nos princípios de identidade e exclusão próprios à lógica formal (Martins, 2006, p. 9).

O método marxista pode ser resumido da seguinte maneira: ao partir da realidade concreta, o papel do pesquisador é superar o nível da aparência para conhecer a essência do fenômeno estudado. A aparência é a forma imediata de apresentação do fenômeno ou objeto de estudo e traduz, apenas, um conhecimento parcial do mesmo. Já a essência é o conteúdo deste objeto, ou seja, é a realidade concreta não apenas descrita, mas pensada. Neste processo de abstração do concreto, há um movimento do pesquisador que levanta as contradições e as relaciona com suas múltiplas determinações. Tais determinações não representam leis naturais, mas tendências históricas, isto é, condições que são construídas histórica e socialmente, e contemplam, portanto, a atividade humana (Martins, 2006; Paulo Netto, 2011).

A princípio, parte-se do levantamento e descrição do que é aparente para posteriormente buscar a explicação e análise das contradições. Após este processo analítico das contradições, deve-se buscar entender como elas se relacionam, desenvolvem e transformam, isto é, apreender seu movimento e superar o nível da aparência para se atingir a essência do objeto de estudo em sua totalidade concreta. Este processo de apreensão do movimento e transformação do objeto ocorre em nível abstrato e representa a síntese que o pesquisador faz da apreensão do conhecimento que desenvolveu da essência do objeto. Após o processo analítico deve-se voltar para o concreto e aplicar este conhecimento na realidade. “Portanto, a epistemologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação” (Martins, 2006, p. 15).

A partir desses pressupostos do MHD, o objetivo da pesquisa para Marx é chegar ao conhecimento da totalidade e lógica de um determinado objeto, e transpor para o nível teórico e mental, a estrutura e a dinâmica de funcionamento deste objeto. Conhecer a totalidade implica em abranger sua materialidade, historicidade e contradições, lembrando que a realidade concreta não é estática, está em constante movimento e transformação. Portanto, todo resultado ou “*conclusão é sempre provisório, sujeito à comprovação, retificação, abandono, etc.*” (Paulo Netto, 2011, p. 26).

Compromisso ético-político da pesquisa

No desenvolvimento de sua teoria e método, Marx e Engels tinham um objetivo muito claro: conhecer a sociedade capitalista, sua forma de funcionamento e desenvolvimento, para transformá-la. Na obra 'Manifesto Comunista', Marx e Engels (2003/1848) anunciam sua análise sobre o modo de produção capitalista e as injustiças sociais propagadas por essa forma de organização social, na qual quem sofre é a classe operária. Nesta obra é ressaltado o poder da classe operária e a necessidade de que ela se una enquanto classe, lute por seus direitos e busque outra forma de organização social mais justa. Esta outra forma de organização social defendida pelos autores é o socialismo, que representa a tomada de poder pela classe operária através da revolução.

Por isso Paulo Netto (2011) ressalta o caráter político e revolucionário do marxismo, pois a construção do conhecimento para os autores supracitados implica necessariamente em um esforço investigativo do pesquisador para conhecer a realidade, na qual o método será aplicado para confrontá-la e transformá-la. Aqui está presente o conceito de práxis que é a ação intencional, cuja intencionalidade é a revolução (Assumpção, 2011).

A construção do conhecimento no MHD não se trata de uma simples interpretação da realidade, ou reprodução de um conhecimento e método legitimados para manutenção do *status quo*. Esta proposta é uma oposição ao método tradicional de produção do conhecimento científico, que, de acordo com Gonçalves (2005), desde a modernidade, esteve diretamente voltada para atender as demandas do capitalismo para sua manutenção. É nesse sentido que a teoria marxista tem uma dimensão ética e política ao propor a construção de conhecimento para romper com a forma de organização do modo de produção capitalista e defender a práxis transformadora para lutar por uma nova forma de organização social, política e econômica, que é o socialismo (Marx & Engels, 2003/1849).

Acerca da intencionalidade da construção do conhecimento científico, Parker (2010) ressalta que não há neutralidade do pesquisador, como propagado pelas tendências científicas tradicionalmente positivistas. No caso da ciência psicológica, o autor destaca que, historicamente, suas construções teóricas têm servindo para a manutenção do sistema dominante, uma vez que tende a focar seus estudos e intervenções apenas no indivíduo e obscurece os aspectos sociais, políticos e econômicos que geram e mantêm o que é considerado normal ou patológico. Assim,

seja pela ação ou omissão, toda pesquisa sempre sofrerá ou refletirá uma tendência política.

E neste movimento de crítica à neutralidade, imparcialidade científica e onipotência do conhecimento do pesquisador que alguns autores como Paulo Freire (1981, 1979), Carlos Rodrigues Brandão (1999), Orlando Fals Borda (1978), dentre outros, questionam os objetivos da pesquisa, as formas de construção do conhecimento e a quem este conhecimento beneficia e se destina de fato. Na defesa de que o ato de pesquisar é também uma ação política, tais autores supracitados foram os pioneiros desse tipo de pesquisa na América Latina a partir da década de 60, tornando-se referência mundial no que diz respeito às metodologias participativas.

Tais metodologias evidenciam o papel da pesquisa como ferramenta de transformação social e seu compromisso com os grupos excluídos e marginalizados. Essa tendência quanto à modalidade de conceber e realizar investigação científica assumindo a participação do pesquisador e dos participantes, pode aparecer com nomenclaturas diferentes: Pesquisa-ação, pesquisa participante, observação participante, investigação participativa, pesquisa-intervenção. Esta variação depende de suas especificidades, objetivos, local de surgimento e desenvolvimento. No entanto, como ressalta Brandão (1999), independente de se buscar uma definição hegemônica, o essencial é ter em vista os horizontes da pesquisa que trata-se de:

(...) uma modalidade nova de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares. Conhecimento coletivo a partir de um trabalho, que recria de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias. Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível e proveitoso, o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo. Poder que se arma com a participação do intelectual (o cientista, o professor, o estudante, o agente pastoral, o trabalhador social e outros profissionais militantes) comprometidos de algum modo com a causa popular (Brandão, 1999, p.10).

As pesquisas fundamentadas no marxismo justificam seu compromisso social com os grupos marginalizados, pois são esses grupos os que sofrem diretamente as consequências negativas do modo de produção capitalista como miséria, pobreza, exclusão e desigualdade social. Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para transformar a sociedade a partir do momento que revela modos de funcionamento e organização do modo de produção capitalista, que tende a privilegiar a classe dominante e manter excluídos os pobres na sua condição de miséria. Ao dar

visibilidade e voz aos grupos marginalizados, as metodologias participativas abrem a possibilidade para o reconhecimento das necessidades e tomada de consciência desses grupos, propiciando, assim, a possibilidade de luta pela justiça e mudança social (Fals Borda, 1978).

Parker (2010) ressalta que a pesquisa é sempre uma construção de uma parte do mundo e o pesquisador tem o papel de ir além do que está posto, desvelar o que está obscurecido. Neste propósito da busca de uma verdade concreta, a postura ética do pesquisador está em ser fiel em revelar o que se elucida, e não apenas com o que se espera ou prevê *a priori*.

A aplicação do MHD na presente pesquisa

A presente pesquisa, fundamentada no MHD, teve o intuito de discutir como tem se dado a inserção do psicólogo no SUAS atualmente no Brasil e levantar as contradições entre o que está proposto nos documentos oficiais e o que é verificado na prática dos profissionais. Após a explicitação de tais contradições pretende compreender as ações, problemas e dilemas levantados a partir das condições de surgimento e desenvolvimento da Psicologia e das políticas públicas e sociais no modo de produção capitalista, especificamente no Brasil.

No levantamento das contradições existentes entre o discurso legal e as práticas relatadas pelos profissionais buscou-se descobrir tanto os fatores que contribuem para a manutenção dessas contradições quanto as formas de superação possíveis que vêm sendo encontradas não só pelos psicólogos, mas pelos trabalhadores do SUAS em geral, diante das condições de trabalho adversas que têm encontrado na sua inserção neste contexto.

Assim, pretende-se com a presente pesquisa contribuir para a construção do conhecimento acerca da inserção do psicólogo no SUAS, bem como discutir as possibilidades de atuação do profissional a partir do conhecimento concreto desta realidade, com suas contradições e possibilidades de superação. E dentre essas possibilidades de superação, será proposto a Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária como referenciais teóricos da psicologia para subsidiar a atuação do psicólogo neste contexto.

Caracterização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que problematiza a atuação do psicólogo no SUAS, por meio da análise bibliográfica e documental e da reflexão decorrente da participação em eventos públicos de discussão desta temática. Com estas fontes de informação pretende-se levantar as principais ações e dilemas vivenciados pelos profissionais e as contradições entre o que está proposto nos documentos e o que é vivenciado na prática pelos psicólogos.

3.2- Procedimentos Técnicos

- *Pesquisa Bibliográfica e Documental:* Ambas utilizam como fonte de coleta e análise de dados os materiais já produzidos sobre o tema. A diferença é que na pesquisa bibliográfica a natureza das fontes são principalmente livros e artigos científicos, enquanto a pesquisa documental baseia-se na utilização de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico (Gil, 1999). Na presente pesquisa foram utilizados tanto as bibliografias (Referências Técnicas do CREPOP, capítulos de livros e artigos) quanto os documentos oficiais (legislações do MDS).
- *Observação Participante:* A observação participante é uma técnica de coleta de informações que se caracteriza pela inserção e interação do pesquisador no grupo no qual se pretende estudar, tendo como objetivo conhecer o grupo a partir dele mesmo (Gil, 1999). Este tipo de observação teve origem nos estudos antropológicos, em que os pesquisadores se inseriam em grupos, comunidades e tribos para o conhecimento e descrição da cultura das mesmas. As vantagens dessa técnica é que ela possibilita: o acesso a informações a partir da realidade e de quem vivencia os problemas e questões que se pretende estudar; descoberta de informações que o grupo considera privado; relacionar o discurso com os comportamentos observados, bem como a interação entre os participantes. Já as desvantagens estão relacionadas as formas de acesso e inserção no grupo, e como este grupo irá reagir a presença do pesquisador. Além disso, os papéis que o pesquisador irá assumir no grupo que podem influenciar positiva ou negativamente no

comportamento e nas informações dadas pelos participantes (Gil, 1999; Richardson, 2011). Por isso que Valladares, 2007, ressalta a importância do pesquisador estar sempre analisando sua postura e papel no grupo, e ter consciência que mesmo fazendo parte do grupo não é um membro dele. A realização da observação participante pode ser organizada segundo, Queiroz et al, 2007, em três fases: exploratória; conhecimento ampliado do grupo; e sistematização e organização dos dados. A fase exploratória consiste na aproximação do pesquisador ao grupo social em questão e contato com um intermediário que facilite sua inserção no grupo. No caso da presente pesquisa, o intermediário foi a orientadora que facilitou a entrada no grupo de trabalho de trabalhadores do SUAS¹⁶. A segunda fase, que é o conhecimento mais ampliado do grupo e sua realidade para além do contato com o mesmo. Esta fase extrapola a participação mensal nas reuniões, e caracteriza-se pela busca de outras informações referentes ao grupo e foi feita através da leitura das atas e relatórios das reuniões anteriores a minha entrada no grupo e conversas com pessoas que estavam no grupo antes da minha inserção. E finalmente, a terceira fase de sistematização e organização dos dados é o momento de registro das informações e para isso foi utilizada uma outra técnica que é o diário de campo.

- *Pesquisa ex-post-facto*¹⁷: Neste tipo de pesquisa o pesquisador analisa fatos já ocorridos, os quais ele não exerceu nenhum controle direto sobre as manifestações e acontecimentos observados podendo, ou não, ser um participante envolvido na situação. Dentre os diferentes tipos de estudos *ex-post-facto*, classificamos a presente pesquisa como descritiva, pois visa entender o que é e como se dá determinado fenômeno, buscando levantar e responder questões sobre a situação atual do mesmo (Gordillo, Mayo, Lara e Gigante, 2010). No caso específico desta pesquisa, a partir da participação em eventos públicos em que trabalhadores do SUAS estão discutindo sobre seu trabalho, buscar-se-á refletir acerca da inserção do psicólogo neste contexto.

¹⁶ As informações referentes a este grupo de trabalho serão descritas no próximo item fontes de informação.

¹⁷ A expressão *ex-post-facto* significa depois de feito.

- *Diário de Campo*: é uma técnica para registro de informações, muito utilizada em pesquisas qualitativas, e que visa auxiliar o pesquisador na sistematização e reflexão das informações levantadas no campo. Considera-se importante que se faça uma diferenciação entre anotações de campo e Diário de Campo. As anotações de campo são as notas, palavras-chaves, desenhos, símbolos e similares que o pesquisador assinala quando está em atividade. Essas breves anotações servem para auxiliá-lo na lembrança de falas e fatos importantes, que posteriormente serão registrados em seu Diário de Campo. O Diário de Campo é a descrição, análise e interpretação do pesquisador acerca do que foi observado e vivenciado. É o momento que o pesquisador fará a escrita sistematizada e organizada das observações e anotações de campo. Além do registro do que foi observado, o pesquisador também pode expressar seus sentimentos, angústias, reflexões, questionamentos que tal experiência proporcionou. E ainda fazer relações com conteúdos teóricos que foram percebidos ou refutados em sua experiência. É importante que o Diário de Campo seja escrito logo após a realização da atividade, para facilitar a lembrança dos detalhes e especificidades ocorridas. O Diário de Campo possibilita que o pesquisador acompanhe o desenvolvimento processual da pesquisa e o seu próprio desenvolvimento enquanto pesquisador (Bogdan & Biklen, 1994; Goets & LeCompte, 1988; Montero, 2006).

3.3- Fontes de Informação

A presente pesquisa optou por utilizar diferentes fontes de informação para que se possa compreender o fenômeno que se pretende problematizar, no caso, a inserção do psicólogo no SUAS. Para tanto, foram utilizadas como fontes de informação tanto as Referências Técnicas produzidas pelo CFP sobre a temática como os Diários de Campo elaborados pela pesquisadora após participação em eventos com os profissionais do SUAS. As fontes de informação para a coleta de dados da pesquisa foram organizadas em dois grandes blocos: Referências Técnicas Diários de Campo:

- *Referências Técnicas do CFP*

Desde sua criação em 2006 o CREPOP elaborou 16 documentos de referência técnica para atuação dos psicólogos nas políticas públicas. Nesta pesquisa foram identificadas nos sites do CREPOP e do CFP as Referências Técnicas relacionadas à atuação do Psicólogo nos serviços do SUAS, totalizando quatro Referências Técnicas:

- a) 'Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social' (CFP & CFESS, 2007)
- b) 'Referência Técnica para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS' (CFP, 2007)
- c) 'Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Informações para gestoras e gestores' (CFP, 2011)
- d) 'Referências Técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS' (CFP, 2013).

- *Diários de Campo*

A partir da participação em espaços de discussão sobre o trabalho no SUAS, foram elaborados Diários de Campo com as reflexões da pesquisadora acerca das ações, dilemas e dificuldades trazidas pelos trabalhadores durante os eventos. Neste item, portanto, será realizada uma descrição dos espaços em que a pesquisadora esteve presente no período de março de 2012 à junho de 2013, que resultaram em 12 Diários de Campo:

Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Campinas (GT do CMDCA): O CMDCA de Campinas tem diversas comissões de trabalho e estudos que são organizadas de acordo com a temática de trabalho e interesse dos profissionais envolvidos. Uma dessas, a Comissão de Violência Doméstica, procurou, no início de 2011, o grupo de pesquisa do programa de pós-graduação em Psicologia da PUC-Campinas intitulado “Avaliação e Intervenção Psicossocial: prevenção, comunidade e libertação” para realização de reuniões periódicas para estudo e discussão de temáticas relacionadas à violência sexual doméstica e intervenção psicossocial. De 2011 até início de 2013 foram realizados encontros mensais de três horas, coordenados pelo grupo de pesquisa

supracitado, do qual a pesquisadora é membro. Nestas reuniões todos os profissionais integrantes são trabalhadores da prefeitura ou de ONGs que executam os serviços do SUAS em Campinas. A pesquisadora participou de dez encontros deste grupo de trabalho, mas foram selecionados seis que resultaram em Diários de Campo que serão utilizados nesta pesquisa. Os outros quatro encontros não foram selecionados para análise por se tratar de reuniões específicas para preparação de um evento que o GT do CMDCA estava organizando, por isso o conteúdo destas reuniões remetiam às aspectos relacionados à preparação do evento que não eram pertinentes para os objetivos desta pesquisa.

Debates de Consulta Pública CREPOP: Em maio de 2012, o CFP, através do CREPOP, lançou a consulta pública das Referências técnicas para a prática de psicólogas(os) no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar. A consulta pública é uma etapa final da construção das Referências Técnicas elaboradas pelo CREPOP. Trata-se de um momento em que é disponibilizado, no site do CFP, uma versão preliminar do documento para a avaliação dos psicólogos e envio de sugestões. Além disso, são realizados debates em algumas capitais do país. Nesses debates, os profissionais que estão envolvidos na construção do documento e outros profissionais que trabalham na área fazem uma breve apresentação da realidade de atuação do psicólogo naquele contexto e, posteriormente, é aberta a sessão de debates. Podem participar do debate com perguntas e questionamentos tanto as pessoas presentes quanto as que estão acompanhando o debate pela internet, que podem enviar suas perguntas através do site. As perguntas são recebidas e respondidas em tempo real. A gravação de tais debates está disponível no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A pesquisadora participou de dois debates transmitidos ao vivo pela internet: um realizado pelo CFP em Brasília e o outro realizado pelo CRP-SP no município de São Paulo.

Roda de Conversa de trabalhadoras(es) do SUAS: As subsedes de Campinas do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Conselho Regional de Serviço Social de Campinas (CRESS) realizam desde o ano de 2011 rodas de conversa com os trabalhadores do SUAS da região. São convidados profissionais de destaque na temática e após as apresentações é realizado o debate com o público presente. A pesquisadora participou duas rodas de conversa.

Fórum Estadual de Trabalhadores (as) do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSUAS – SP): O FETSUAS – SP é um fórum estadual permanente que visa representar os trabalhadores(as) do SUAS de forma democrática e participativa. O fórum tem como objetivo mobilizar e articular os trabalhadores e entidades representativas na luta pela garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores, bem como a efetivação e defesa da política pública de assistência social. As reuniões ocorrem ordinariamente três vezes ao ano e extraordinariamente sempre que convocada pela coordenação (FETSUAS – SP, 2011). A pesquisadora esteve presente em duas reuniões do FETSUAS – SP.

3.4- Implicações Éticas da pesquisa

Como previsto na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012) e na Resolução 16/00 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000), todas as pesquisas envolvendo seres humanos de forma direta ou indireta devem ser submetidas à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Desta forma, a presente pesquisa foi enviada ao CEP da PUC-Campinas que avaliou o projeto como pertinente, e concedeu o seguinte parecer: *“Uma vez que o projeto é de caráter bibliográfico, não envolvendo diretamente sujeitos na pesquisa, não cabe a análise do Comitê de Ética de Pesquisas com seres humanos”*.

A presente pesquisa fundamentou sua isenção de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica e reflexões decorrentes de participação em eventos públicos, neste caso o artigo 6º da resolução 16/00 do CFP informa:

Art. 6º - O Psicólogo pesquisador poderá estar desobrigado do consentimento informado nas situações em que:

I- Envolvem observações naturalísticas em ambientes públicos;

II- As pesquisas sejam feitas a partir de arquivos e bancos de dados sem identificação dos participantes;

III- Hajam reanálises de dados coletados pela própria equipe ou por outras equipes;

IV- Hajam outras situações similares em que não há risco de violar a privacidade dos indivíduos envolvidos nem de causar a eles ou aos grupos e comunidades aos quais pertencem, qualquer tipo de constrangimento (CFP, 2000).

As reflexões decorrentes da participação em eventos serão utilizadas apenas para fins de pesquisa, assegurando o sigilo, confidencialidade, privacidade e

proteção da imagem e da identidade dos sujeitos envolvidos nos eventos. Está previsto, também, que ao final da pesquisa seja organizada, junto à subsede do CRP de Campinas, uma apresentação aos psicólogos da região, visando atender o princípio do retorno da pesquisa à comunidade, para que esta possa se beneficiar dos conhecimentos resultantes da mesma. Outras formas de divulgação da pesquisa acontecerão por meio da construção e publicação de artigos científicos em periódicos relacionados ao tema.

Ressalta-se também que a presente pesquisa não expõe os participantes a riscos, uma vez que busca a construção de conhecimento a partir da revisão bibliográfica e reflexão da pesquisadora a partir da participação em eventos públicos de discussão da temática. Desta forma, a pesquisa oferece possibilidade de gerar conhecimento sem afetar o bem-estar dos participantes de pesquisa e seus grupos ou coletividade como previsto na resolução 196/00 (CNS, 2012).

4- PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise no material foi dividida em cinco etapas descritas a seguir:

- 4.1) *Preparação e organização do material*: a princípio foi realizada uma organização do material a ser analisado, dividindo o mesmo em dois *corpus* de informação¹⁸: Referências Técnicas e Diários de Campo. Todo o *corpus* de informação foi organizado e codificado conforme o protocolo de organização das fontes de informação (Apêndice A).
- 4.2) *Leitura do material e levantamento das categorias*: Após a organização do material a ser analisado, foi realizada a leitura integral do mesmo para levantar as temáticas propostas nos objetivos da pesquisa. A princípio ia-se levantar as 'diretrizes', 'ações' e 'dilemas' dos psicólogos que trabalham no SUAS. No entanto na leitura do material foram identificados além dos dilemas diversos problemas vivenciados pelos profissionais. Portanto, optou-se em identificar quatro temas que serão as categorias de análise desta pesquisa: a) orientações, b) ações, c) problemas e d) dilemas. Durante a leitura do material as categorias identificadas foram organizadas conforme o protocolo de análise (Apêndice B).
- 4.3) *Análise de Conteúdo*: A técnica utilizada para levantar categorias que serão analisadas na pesquisa é a análise de conteúdo, que consiste em uma técnica de pesquisa utilizada para extrair o conteúdo de um texto, visando extrair os significados temáticos ou lexicais deste material (Chizzotti, 2011). No caso da presente pesquisa optou-se por extrair os significados temáticos de acordo com os objetivos da pesquisa. Os temas elencados no material foram transformados em categorias e subcategorias para análise.
- Para alguns autores, a análise de conteúdo é uma técnica estritamente quantitativa e restringe-se à seleção e quantificação do conteúdo de um texto, a partir de categorias pré-estabelecidas ou elencadas por sua frequência no texto. No entanto, outros autores defendem que a quantificação não inviabiliza uma análise qualitativa (Chizzotti, 2011). Tal defesa vai ao encontro da

¹⁸ O *corpus* é o conjunto de materiais selecionados pelo pesquisador para realização de suas análises (Bauer e Aarts, 2002).

superação das dicotomias propostas pelo método marxista em que defende que todo fenômeno traz em si aspectos quantitativos e qualitativos e que o acúmulo de um resulta na manifestação do outro, o que caracteriza o processo de mudança evolutiva dos fenômenos (Paulo Netto, 2011). Portanto no processo de investigação busca-se a apreensão das múltiplas determinações de um fenômeno buscando chegar a sua essência de acordo com o objetivo da pesquisa.

Chizzotti (2011) defende ainda que a análise qualitativa de um texto possibilita a apreensão de um conjunto de temas e significados que podem ser relacionados com os dados pessoais do autor e o contexto sociocultural. Além disso, permite refletir acerca da ideologia que influenciou a construção deste texto, ou seja, as intenções, pressões e conjuntura em que tal mensagem foi emitida. O que permite ir além do que está expresso no texto, relacionando com as circunstâncias em que o mesmo foi construído.

4.4) *Categorização dos resultados:* Os temas identificados na leitura das Referências Técnicas e Diários de Campo foram organizados em quatro categorias. Tal categorização inicial já representa, segundo Faria (2003), uma interpretação inicial dos dados. Foram construídas pelos sentidos obtidos dos registros das informações quatro categorias que significam unidades de análise:

- a) **Orientações:** A primeira categoria organizou os conteúdos sobre a atuação dos psicólogos no SUAS, segundo as diretrizes que as Referências Técnicas.
- b) **Atividades:** A segunda categoria identificou as atividades e práticas realizadas pelo psicólogo nos serviços do SUAS.
- c) **Problemas:** A terceira categoria organizou as dificuldades dos profissionais em relação ao seu exercício profissional, tanto as dificuldades divulgadas pelas pesquisas que embasaram as Referências Técnicas, como aquelas apresentadas nos encontros e relatadas nos Diários de Campo.
- d) **Dilemas:** a última categoria evidenciou os dilemas que o profissional encontra em situações que revelam algum tipo de conflito de difícil

resolução, conflito este que envolve possibilidades distintas para orientar sua ação.

Após a identificação e organização das temáticas nessas quatro categorias, criou-se subcategorias para cada uma delas. As subcategorias correspondem aos diferentes tipos de orientações, ações, problemas e dilemas encontrados no material, que foram organizadas e reunidas de acordo com a semelhança entre os temas destacados no protocolo de análise.

4.5) *Análise Materialista Histórica Dialética*: A princípio, foi realizada a apresentação dos resultados que consistiu na descrição dessas categorias e subcategorias separadamente por *corpus* de informação (Referências Técnicas e Diários de Campo), buscando descrever o que está aparente no material analisado. Após esta apresentação buscou-se a explicação e discussão destes resultados, que é o processo de mediação em que são explicitadas as convergências e contradições entre as diferentes fontes de informação, relacionando-as com o referencial teórico e fundamentos metodológicos expostos anteriormente. Nesta discussão foram apontados os fatores que geram e mantêm tais contradições. Posteriormente, uma síntese dos resultados encontrados e discutidos, identificando as possibilidades de superação dos problemas e dilemas encontrados nos materiais analisados.

O processo metodológico e de análise propostos tem o objetivo de levantar e discutir os aspectos sociais, históricos e políticos das políticas públicas e sociais e da inserção do psicólogo nas mesmas, especificamente ao que se refere à PNAS. A fim de identificar as convergências e divergências entre o que é proposto nos documentos oficiais e o que é vivenciado pelos profissionais no cotidiano dos serviços, bem como analisar e sintetizar as contradições encontradas. Finalmente, pretende-se propor algumas possibilidades de enfrentamento e superação dos problemas e dilemas levantados, tendo em vista a realidade concreta encontrada no material analisado, utilizando os referenciais teóricos da Psicologia Crítica, Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação para fundamentar as propostas apresentadas.

5- RESULTADOS

Os resultados foram divididos em duas partes: apresentação e discussão dos resultados. As síntese e superações serão apresentadas como parte da conclusão. A princípio foi realizada uma breve apresentação dos resultados encontrados, separadamente, nas Referências Técnicas e Diários de Campo. Posteriormente foi realizada a explicação das subcategorias e discussão dos resultados, inter-relacionando o que se identificou nos diferentes *corpus* de informação.

5.1- Apresentação dos resultados

Referências Técnicas

A LOAS foi aprovada em 1993, mas só no ano de 2004 que foi criada a PNAS e em 2005 iniciada a implantação do SUAS. As primeiras Referências Técnicas para a atuação do psicólogo no SUAS foram publicadas em 2007.

Nesta pesquisa foram selecionadas quatro publicações do CFP acerca da atuação do psicólogo no SUAS, foram elas: 'Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social' (CFP & CFESS, 2007); 'Referência Técnica para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS' (CFP, 2007); 'Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Informações para gestoras e gestores' (CFP, 2011); e 'Referências Técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS' (CFP, 2013).

Foram identificadas nas referências supracitadas quatro orientações aos psicólogos, oito ações realizadas por estes profissionais, seis problemas e três dilemas vivenciados por eles, no cotidiano do seu trabalho. O quadro abaixo sumariza os resultados levantados nas Referências Técnicas:

Quadro 4: Resultados: Referências Técnicas

	Orientações	Ações	Problemas	Dilemas
Referências Técnicas	1. Mudança de paradigma acerca da atuação do psicólogo 2. Formação Continuada 3. Participação Política 4. Condições adequadas de trabalho	1. atendimentos individuais e/ou familiares 2. intervenções grupais 3. intersectorialidade 4. trabalho Interdisciplinar 5. articulações coletivas e Participação política 6. Registro de informações 7. Ações psicossociais 8. Inserção na comunidade	1. Precarização das condições de trabalho 2. Articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas 3. Ausência de formação continuada e avaliação do trabalho 4. Abuso de poder 5. Complexidade dos casos 6. Papel do Psicólogo	1. Teoria X prática 2. Interdisciplinaridade X Identidade Profissional X Sigilo Profissional 3. Assistencialismo X Direitos sociais

Diários de Campo

Foram analisados 12 Diários de Campo construídos a partir da participação em reuniões de trabalhadores do SUAS (GT do CMDCA, Consulta Pública do CFP, Roda de conversa e Fórum de trabalhadores do SUAS). Antes da apresentação dos resultados realizaremos uma síntese de cada espaço de observação:

- CMDCA: A participação neste espaço ocorreu no período de 27 de abril de 2013 a 22 de fevereiro de 2013, totalizando seis diários de campo (DC1.1 à DC1.6), em que o número de participantes variavam entre sete à quinze trabalhadores da rede socioassistencial do município de Campinas. Todos os trabalhadores tinham ensino superior em Psicologia ou Serviço Social e trabalhavam em ONGs que executam os serviços do SUAS no município.
- Consulta Pública do CFP: A pesquisadora assistiu às transmissões online de dois debates da consulta pública para construção das Referências Técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social. A consulta pública era organizada da seguinte maneira: a

princípio havia uma mesa redonda com psicólogos que participaram da elaboração da referência técnica e outros psicólogos trabalhadores de serviços do SUAS em diferentes estados brasileiros (Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo) . Após as exposições dos convidados, eram abertas as sessões para perguntas para os psicólogos presentes pessoalmente e também os que acompanhavam a transmissão pela internet. A primeira consulta pública ocorreu no município de Brasília no dia 29 de junho de 2012 e a outra na cidade de São Paulo no dia 10 de julho de 2012, que estavam presentes 10 pessoas na plateia e 48 pontos de telespectadores online. Na consulta pública, que ocorreu em Brasília, não foi divulgado o número de participantes. Desta atividade resultaram dois diários de campo (DC2.1 e DC2.2).

- Roda de conversa CRP e CRESS: A pesquisadora esteve presente em duas rodas de conversa nos dias 14 de agosto e 6 de novembro de 2012 no município de Campinas. Os encontros tinham em média 15 trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade (ensino médio e superior). Dentre os trabalhadores com ensino superior estavam presentes psicólogas e assistentes sociais, sendo que, a maioria dos assistentes sociais eram trabalhadoras concursadas da prefeitura, já dentre as psicólogas, a maioria trabalhava nas ONGs. Desta atividade foram elaborados dois diários de campo (DC3.1 e DC3.2).
- FETSUAS – SP: A pesquisadora esteve presente em duas reuniões, a primeira reunião ocorreu no município de Campinas no dia 10 de março de 2013, estavam presentes 85 trabalhadores com ensino médio e superior, de diferentes formações (serviço social, psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, musicoterapia) representando os municípios de Santos, Valinhos, Itu, Santa Bárbara, Leme, Rio Claro, Suzano, Vinhedo, Monte Mor, Taboão da Serra, Jundiaí e Campinas. Na segunda reunião, na cidade de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2012 estavam presentes 26 trabalhadores com ensino médio e superior. Dentre os profissionais de nível superior estavam: psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, advogados,

sociólogos e pedagogos. Os diários de campo correspondentes à esta atividade são os DC4.1 e DC4.2.

Após a participação nestas atividades eram construídos os diários de campo que contém reflexões que indicavam ações, dilemas e problemas, assim como algumas tomadas de falas específicas de trabalhadores que foram colocadas em destaque para exemplificar a categoria analisada. Foram identificadas as seguintes categorias: seis ações, seis problemas e dois dilemas trazidos pelos participantes dos eventos. Tais resultados estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 5: Resultados Diários de Campo

	Ações	Problemas	Dilemas
Diários de Campo	1. atendimentos Individuais e/ou familiares 2. Intervenções grupais 3. Intersetorialidade 4. Trabalho Interdisciplinar 5. Articulações coletiva e participação política 6. Ações Psicossociais	1. Precarização das condições de trabalho 2. Articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas 3. Ausência de formação continuada e avaliação do trabalho 4. Abuso de Poder 5. Complexidade dos Casos 6. Falta de identidade com o SUAS e desmobilização política	1. Teoria X Práticas 2. Intenção X Repercussão da ação

5.2- Discussão dos resultados: explicações e mediações possíveis

A discussão será organizada por categorias e não mais por *corpus* de informação. Tal opção de organização da discussão deve-se ao fato de que algumas categorias e subcategorias repetem-se nas diferentes fontes de informação, por isso serão discutidas conjuntamente dando destaque para os aspectos que se convergem e divergem nesses materiais.

Categoria: Orientações

As orientações foram levantadas apenas nas Referências Técnicas do CREPOP, pois representam quais são as diretrizes para atuação dos psicólogos elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia.

A primeira subcategoria das Orientações refere-se à **Mudança de paradigma acerca da atuação do psicólogo**. Esta orientação aponta para a necessidade de rompimento com a superação da visão hegemônica acerca da atuação do psicólogo vinculada ao atendimento individual que tende a restringir a identificação e análise dos problemas aos processos subjetivos, tendo como consequência a patologização e psicologização dos problemas sociais, reduzindo suas causas e superações à ação do indivíduo.

Neste sentido, as Referências defendem que o psicólogo inserido no SUAS deva superar os modelos convencionais da Psicologia e desenvolver modelos de atuação viáveis a este novo contexto. As práticas do psicólogo no SUAS devem partir de análise aprofundada acerca das famílias e comunidades, para propor ações que contribuam para *“a resignificação, pelos sujeitos, de suas histórias, ampliando sua compreensão de mundo, de sociedade e de suas relações, possibilitando o enfrentamento de situações cotidianas”* (CFP, 2013, p. 60). Para tanto, é proposta a superação do viés individualizante da ação do psicólogo, o que se estende também para a superação da visão individualizante da pobreza que tende a culpabilizar o indivíduo por sua condição social (CFP & CFESS, 2007; CFP, 2011).

Outra orientação defende que a **Formação continuada** deva ser uma prática constante do psicólogo e demais trabalhadores do SUAS e inclui: supervisão; estudo da legislação referente ao SUAS; e estudo de temas relevantes e recorrentes no cotidiano do trabalho, como políticas sociais, políticas públicas, desigualdade social, vulnerabilidade social, pobreza, violação de direitos, dentre outros. As Referências ressaltam ainda que o profissional deve ter tempo disponibilizado no período de trabalho para estudo e capacitação profissional.

Especificamente em CFP (2011) são indicadas as bibliografias e os temas que devem ser estudados pelos psicólogos para sua formação continuada e exigidos nos concursos públicos para área. Além disso, este mesmo documento ressalta que uma das prioridades do CFP em relação à inserção do psicólogo nos serviços do SUAS é a formação básica do profissional.

A terceira subcategoria é a **Participação Política** e refere-se à necessidade do engajamento e participação política do psicólogo e da comunidade. As

Referências Técnicas orientam quanto à importância de que tanto os profissionais quanto os usuários ocupem os espaços de organização política – por exemplo, Conselhos de Classe Profissional, Fórum de Trabalhadores – e de controle social – Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Assistência Social, Idoso, da Criança e do Adolescente, dentre outros conselhos de direitos relacionados à PNAS. Neste aspecto, o CFP defende o rompimento com a visão de neutralidade e isenção política do profissional (CFP, 2013).

E, finalmente, as últimas orientações identificadas referem-se às **Condições adequadas de trabalho** necessárias para que o psicólogo e demais trabalhadores do SUAS tenham autonomia e infraestrutura necessárias para o seu exercício profissional. Todas as Referências Técnicas fazem menção à gestão do trabalho no SUAS que, segundo a NOB-RH/SUAS (Brasil, 2006), deve lutar contra a precarização dos vínculos e das condições de trabalho neste contexto e garantir a contratação por concursos públicos, isonomia profissional, entre outros fatores.

Podemos observar que as orientações do CFP para a atuação do psicólogo no SUAS convergem para o paradigma que já vem sendo anunciado pelo CFP com o lema de ‘compromisso social da profissão’, desde a década de 80 quando se começou a questionar o caráter elitista da profissão, e, mais tarde, quando se efetivou a inserção desse profissional nos serviços vinculados às políticas públicas e sociais.

No entanto, as pesquisas realizadas pelo CREPOP, divulgadas nas Referências Técnicas, demonstram que ao se inserir nestes serviços o psicólogo se depara com diversos problemas e dilemas que o impedem de efetivar esta mudança de paradigma. Diante de tais problemas, o CFP apresenta nas Referências Técnicas orientações como: formação continuada, participação política e condições adequadas de trabalho. Tais orientações demonstram que efetivar o compromisso social da profissão demanda diversos aspectos além da simples inserção do profissional nos serviços públicos, como foi discutido no terceiro eixo da fundamentação teórica por Yamamoto (2007) e Ferreira Neto (2004).

Categoria: Ações

Nesta categoria foram encontradas 13 ações que competem ao psicólogo inserido nos serviços públicos do SUAS, sendo 8 nas Referências Técnicas e 5 no Diário de Campo.

A subcategoria **Atendimentos individuais e/ou familiares** foi um tipo de ação encontrado tanto nas Referências Técnicas, quanto nos Diários de Campo. Neste item foi reunida uma série de atividades do psicólogo, que estão relacionadas ao atendimento e escuta individual dos usuários e/ou famílias, dentre elas estão: psicoterapia, acolhimento, entrevistas, triagem e plantão psicológico. Tais atividades tem o intuito de acolher o usuário no serviço, esclarecendo dúvidas e possibilitando que o usuário conheça e se aproxime do serviço.

O fato dos profissionais realizarem atividades de atendimento individual no SUAS não representa, em si, um problema, uma vez que possibilita que o profissional levante junto à família e/ou usuário as informações necessárias para o planejamento de suas ações. No entanto, todas as fontes de informação apontam que o atendimento individual não deve manter práticas vinculadas ao paradigma da Psicologia hegemônica de atendimento clínico, individual, com redução da atuação do psicólogo aos aspectos subjetivos, sem vinculação destes aspectos com a realidade social. Mesmo assim, esta diferenciação ainda não parece clara para os profissionais, como pode ser observado no registro encontrado no DC2.1:

Há também uma confusão entre atendimentos individuais para acolhida com psicoterapia. Neste aspecto outra palestrante esclareceu que o acolhimento tem seu foco na demanda que trouxe a pessoa ao CREAS, o intuito de compreensão dessa demanda e dar encaminhamentos a questões relacionadas à garantia de direitos como um todo, e não apenas ao sofrimento psíquico (p.2).

O que se percebe é que, muitas vezes, os atendimentos individuais para contato com a família e aprofundamento de compreensão dos casos são confundidos com a prática de psicoterapia e restrição das análises aos aspectos subjetivos, contrariando as orientações do CFP de mudança de paradigma acerca da atuação do psicólogo.

Outra atividade realizada pelo psicólogo são as **Intervenções grupais**. Essa subcategoria também foi encontrada nas Referências Técnicas e Diários de Campo, e contempla as atividades que o psicólogo realiza em grupo, dentre elas estão: atendimentos familiares, atividades socioeducativas, oficinas, palestras, cursos profissionalizantes, grupos psicoterapêuticos, grupos de convivência, entre outros.

O CFP orienta que as intervenções do psicólogo no CRAS e no CREAS devem ocorrer, prioritariamente, em grupos e justifica tal alternativa para que a reflexão e busca de estratégias para resolução dos problemas sejam discutidas coletivamente. Tal estratégia de intervenção, segundo as orientações do CFP, tem ainda como objetivo *“atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas”* (CFP, 2011, p. 16).

Em um registro dos Diários de Campo, um psicólogo exemplifica sua experiência com esta modalidade de intervenção:

Um dos psicólogos deu um exemplo de trabalho de conscientização política que ele fez com os adolescentes com os quais trabalhava. Dividiu os adolescentes em três grupos: dois grupos seriam partidos políticos e o outro grupo seria o júri. Os grupos que eram partidos políticos tinham que levantar os problemas que eles vivenciavam na sua cidade, propor soluções para estes problemas e defenderem suas propostas para o júri, que por sua vez, elegia as melhores soluções e propostas apresentadas (DC3.2).

Consideramos que tal experiência revela uma intervenção exitosa do psicólogo no SUAS, uma vez que rompe com as práticas tradicionalmente clínicas e individuais, promove a conscientização dos usuários do serviço fazendo-os refletir sobre sua realidade, perceber-se como parte dos acontecimentos sociais e políticos e vislumbrar possibilidades de ação diante dos problemas.

A subcategoria **intersectorialidade** refere-se à articulação com outros serviços e políticas públicas para garantir o atendimento integral aos usuários e também foi contemplada em ambas as fontes de informação. Tal ação, segundo o CFP (2013), deve ultrapassar a prática de encaminhamentos para outros serviços e visar o diálogo e construção de estratégias e intervenções conjuntas entre os serviços.

Esta orientação está relacionada à complexidade dos problemas que chegam ao serviços do SUAS, que trazem sequelas de diversas ordens e demandas para diferentes políticas públicas. No entanto, realizar plenamente tal atividade ainda é um desafio, uma vez que conseguir efetivar a intersectorialidade é um dos problemas que serão discutidos na categoria ‘problemas’.

O **trabalho interdisciplinar** é uma atividade recorrente nos dois *corpus* de informação analisados. Nesse subcategoria, foram elencadas as ações que são planejadas e realizadas pelo psicólogo, juntamente com profissionais de outras áreas, principalmente assistentes sociais. Dentre essas ações estão: reuniões de equipe, discussão de caso, visitas domiciliares, atendimentos em grupos,

atendimentos individuais, dentre outras. Vale destacar que em todas as reuniões que resultaram nos diários de campo estavam presentes além de psicólogos, profissionais de outras áreas como tanto com formação de nível superior quanto de ensino médio.

Outra atividade que consideramos essencial para a atuação do psicólogo no SUAS, que foi identificada nas Referências Técnicas e nos registros dos Diários de Campo, foi **Articulações coletivas e Participação política**. Neste item foram destacados alguns exemplos de ações, como participação nos espaços de controle social, organização de seminários para discussão de problemáticas levantadas nos serviços dentre outros tipos de ações coletivas.

Diante dos diversos problemas que a política de assistência social vem enfrentando no município, o grupo ressalta que o grande desafio é a questão da participação efetiva no controle social. A função do grupo nesse contexto: frente à precariedade do cenário, o nosso papel é de marcar posição através de documento referenciado, de base científica e crítica, na forma de uma nota a ser distribuída na rede. No conteúdo deve ser destacada a ameaça que está por trás do movimento de enfraquecimento dos movimentos populares (DC1, 3 p.1).

Tal exemplo demonstra o potencial de ação coletiva e política para o enfrentamento dos problemas.

O **registro de informações** foi uma atividade identificada apenas nas Referências Técnicas, e reflete uma prática cotidiana do trabalho do psicólogo no SUAS, pois é o momento em que o profissional registra as informações do usuário ou família atendida, identificando suas intervenções, acompanhamento e avaliações do caso. O CFP (2013) levanta dois tipos de registro de informação: o registro nos prontuários e os relatórios técnicos. Os relatórios técnicos devem conter o acompanhamento e análise do profissional em relação ao caso, mas não deve se confundir com laudos periciais, sendo estes de responsabilidade das equipes do sistema judiciário. Nessa categoria também foram reunidas as atividades burocráticas realizadas pelo profissional como preenchimento de cadastros, relatórios dos programas governamentais e demais ações burocráticas solicitadas pela gestão.

A ação realizada pelo psicólogo no SUAS, denominada nesta pesquisa como **Ações psicossociais**, foi encontrada nos dois corpus de informação analisados. Nesta subcategoria foram reunidas todas as atividades denominadas como psicossociais, dentre elas estão: análise psicossocial, intervenção psicossocial,

acompanhamento psicossocial. Sendo que não há uma clareza na definição do termo psicossocial.

A análise psicossocial, normalmente, está relacionada ao conhecimento da realidade da comunidade e dos usuários. A intervenção psicossocial e o acompanhamento psicossocial estão relacionados às ações realizadas pelos psicólogos em parceria com os assistentes sociais. Nas Referências Técnicas, tais atividades aparecem como acompanhamento psicossocial, e é definido como o acompanhamento realizado por profissionais de diferentes áreas com o intuito de conhecer a família e as demandas da mesma (CFP, 2013).

As ações psicossociais, uma das principais intervenções do psicólogo no SUAS, refletem a compreensão de que os problemas que chegam aos serviços trazem aspectos psicológicos e sociais que estão inter-relacionados. Como discutido por Guzzo, Moreira e Mezzalira (2011) o termo psicossocial representa a integralidade do sujeito, e cabe a todos os profissionais que trabalham no SUAS, independente de sua formação, compreender e intervir nos aspectos psicossociais. O que se percebeu nos registros de diários de campo é que os profissionais se remetem ao termo psicossocial para falar da intervenção realizada pelo psicólogo juntamente com o assistente social: *“Somos a dupla psicossocial do serviço”* (DC1.3). Esta foi a fala de uma psicóloga para falar do acompanhamento de um caso que realizava juntamente com a assistente social do serviço.

A **inserção na comunidade** é uma ação que foi identificada em ambos corpus de informação. Segundo o CFP (2008; 2013), é a partir da inserção na comunidade que o psicólogo irá conhecer o contexto no qual está inserido e identificar “in loco” as demandas a serem trabalhadas e as potencialidades a serem desenvolvidas na comunidade. Tal atividade envolve desde conversas informais com moradores e lideranças comunitárias, até visitas domiciliares, que são momentos em que o profissional tem acesso e conhecimento das condições em que vivem as comunidades, famílias, sua dinâmica, valores, problemas e potencialidades. Neste sentido, as referências apontam para a importância do reconhecimento e valorização do saber popular para a construção conjunta das ações, visando romper com a onipotência do saber do profissional. Nos diários de campo a inserção na comunidade apareceu principalmente na realização de visitas domiciliares realizadas pelos profissionais para acompanhamentos dos casos (DC1.2).

Consideramos que a inserção na comunidade é uma das principais atividades do psicólogo no SUAS e corroboram com a proposta da Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação que visam à aproximação com as comunidades e rompimento com as práticas hegemônicas da área (Martín-Baró, 1985/1996, 1986/2011; Cuéllar, 2012; Montero, 1999, 2004).

Na análise das ações realizadas pelo psicólogo no SUAS, coexistiram ações que demonstram uma real mudança de perspectiva e inovação acerca da prática do psicólogo, mas também observam-se ações que refletem uma permanência de velhas práticas e paradigmas da Psicologia tradicional.

Dentre as ações que anunciam novas possibilidades destacamos: os trabalhos em grupo, a inserção na comunidade, trabalho interdisciplinar, participação política e intersectorialidade. Todas essas atividades demonstram um movimento de ampliar as compreensões e intervenções para além do indivíduo, buscando outras fontes de informação para compreender o caso, parceria com outros profissionais e serviços.

No entanto, também são recorrentes velhas práticas vinculadas ao paradigma da Psicologia hegemônica, corroborando a discussão de Yamamoto (2007), Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010) e Ferreira Neto (2004) de que a inserção social do psicólogo, que ocorre principalmente pela sua inserção nos serviços vinculados às políticas públicas e sociais, não garante em si um compromisso social com a classe subalterna e transformação social. A este respeito, Parker (2007) e Montero (2004) ressaltam a importância de fazer a crítica da Psicologia e suas práticas e o quanto elas têm servido como ferramenta ideológica para manutenção do sistema capitalista.

Diante dessas análises, percebem-se momentos de convergência e discrepância entre orientações e ações do psicólogo no SUAS; e reafirma-se a relevância da Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária como referenciais teóricos e metodológicos da Psicologia que respondem, adequadamente, à demanda de atuação do psicólogo nos serviços do SUAS. Tal defesa deve-se ao caráter epistemológico dessas teorias que apontam para uma construção do conhecimento que seja com e para a classe oprimida e excluída, que são o público-alvo dos serviços do SUAS. Além disso, tais teorias defendem o rompimento com a Psicologia hegemônica e desenvolvimento de metodologias que favoreçam o fortalecimento e conscientização das pessoas, para buscarmos

alternativas de enfrentamento diante as injustiças sociais, violência e opressão que são alimentadas e mantidas pelo modo de produção capitalista (Martín-Baró 1986/2011; Montero, 2004).

Categoria: Problemas

Foram discutidos os problemas que suscitaram das análises das Referências Técnicas e registros dos Diários de Campo.

A **Precarização das condições de trabalho** é um problema recorrente em todo material analisado, que estão relacionados a vínculos de trabalho precarizados e/ou falta de infraestrutura dos serviços. A pesquisa do CREPOP com profissionais que atuam no CREAS aponta que 88,1% dos psicólogos entrevistados atuam com contratos temporários (CFP, 2013). Conforme mencionado anteriormente, as queixas dos profissionais estão principalmente relacionadas à: falta de concursos públicos; contratações temporárias e terceirização; baixos salários; falta de isonomia profissional; número insuficiente de funcionários; rotatividade de profissionais nos serviços; acúmulo e desvio de funções; falta de materiais para realização das atividades; falta de transporte para realização de visitas domiciliares entre outros problemas (Cruz, 2009; Macedo & Dimenstein, 2009; Senra & Guzzo, 2012; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Especificamente, em relação à rotatividade profissional, foi registrada no Diário de Campo a fala de uma trabalhadora, que exemplificou esse problema e suas consequências:

“No entanto é um desafio que pelo que percebo que o vínculo com o técnico é inevitável, e com a rotatividade profissional devido às contratações temporárias dificultam dar continuidade aos trabalhos e que a pessoa estabeleça vínculos” (DC2.1 p.3).

Em relação a este problema, os trabalhos de Macedo e Dimenstein (2009; 2012) confirmam essa afirmação ressaltando o quanto a precarização das condições de trabalho fragilizam as relações do profissional com os serviços e a comunidade, ressaltando que “*A consequência de tudo isso é a dificuldade de engajar os profissionais no desenvolvimento de suas ações técnicas e políticas*” (2012, p. 186).

Outro problema grave que foi identificado no DC3.2 em relação à precarização das condições e vínculos de trabalho refere-se ao desvio de função, em que psicólogos são contratados como trabalhadores de nível médio, mas acabam exercendo a função de psicólogos:

Duas das psicólogas que participavam da reunião trabalhavam em ONGs, mas eram contratadas como educadoras sociais. Uma delas relatou que às vezes é solicitada para fazer acolhimento e escuta psicológica, mesmo sendo contratada e recebendo como educadora social (DC3.2).

Este problema trazido pela trabalhadora revela a dificuldade de inserção do psicólogo no mercado de trabalho, o que faz com que os mesmos se submetam a outros empregos que não exijam ensino superior, e o pior tendo seus conhecimentos como psicólogos explorados pelo desvio de função, sem receber por isso.

Os problemas referentes às condições de trabalho e de infraestrutura, indicação de falta ou má administração dos recursos do SUAS, corroboram a afirmação de Yamamoto e Oliveira (2010) de que a Assistência Social *“Permanece marcada como uma política ‘pobre’ voltada aos mais pobres”* (p.19). O escasso financiamento destinado a esta política pública foi relatado por uma trabalhadora nos registros dos Diários de Campo:

O orçamento da Assistência Social no município que deveria ser de 5% atualmente é de 3%, e no próximo ano será ainda menor. Tal desfalque tem trazido diversos problemas na manutenção dos serviços e realização dos trabalhos, e segundo os participantes, o poder público está colocando na mão dos profissionais o desafio de lidar com esse desfalque (DC1.3).

Esses problemas permeiam o cotidiano não só dos psicólogos, mas de todos os trabalhadores do SUAS, o que evidencia a contradição entre as diretrizes propostas pela PNAS, NOB-RH/SUAS e CFP com a realidade vivenciada pelos trabalhadores e usuários. Apesar dos documentos oficiais orientarem acerca da importância do investimento na PNAS e na infraestrutura necessária dos serviços e composição das equipes, priorizando a contratação por concurso público, o que os profissionais encontram em sua prática profissional são condições precárias de trabalho, baixos salários, demanda e funções que extrapolam o serviço, rotatividade de profissionais, etc.

Esta contradição corrobora a afirmação de Moreira (2008) de que a forma com que o SUAS vem sendo implantado demonstra uma tendência histórica e cultural de manter a assistência social à margem das políticas públicas. Tal aspecto também é ressaltado por Yamamoto (2007) ao afirmar que a forma com que as

políticas públicas e sociais são implantadas no contexto neoliberal é apenas uma atuação nas sequelas dos problemas sociais, de modo a amenizar suas consequências e não com o intuito de uma mudança estrutural da questão social.

Todo esse panorama tem como consequência sentimentos de angústia e impotência dos psicólogos e demais trabalhadores desses serviços, o que reflete nas relações pessoais e práticas profissionais. Nesse sentido, o desafio está em desenvolver estratégias frente às dificuldades existentes, estratégias estas que devem ultrapassar a culpabilização do sujeito e enfrentamento individual dos problemas (Cruz, 2009; Guzzo & Lacerda, 2007; Macedo & Dimenstein, 2009).

Acreditamos que, ao identificar tais problemáticas, os trabalhadores demonstram uma análise crítica da sua realidade (Freire, 1979), pois reconhecem possibilidades e limites de sua atuação nas condições concretas de trabalho, não atribuindo apenas a si a responsabilidade pela resolução dos problemas.

Outro problema recorrente nos dois *corpus* de informação analisados é a dificuldade de **Articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas**. Este problema revela que o princípio da intersetorialidade, orientado pela PNAS e Referências Técnicas do CFP, está longe de se efetivar. Apesar das Referências Técnicas e Diários de Campo apresentarem algumas iniciativas de intersetorialidade, efetivar esta diretriz ainda é um desafio, pois há confusão acerca do papel de cada serviço na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Muitas vezes a intersetorialidade é concebida pelos profissionais apenas com a prática de encaminhamento e não apresenta uma articulação efetiva (CREPOP, 2013). E ainda como destacado por uma trabalhadora, registrado no DC1.2, diante dos vários problemas que encontram no cotidiano do serviço, os encontros para articulação com a rede são mais uma troca de cobranças do que construção de estratégias conjuntas:

As equipes estão desistentes e resistentes, e se encontram nas reuniões de rede não mais para o enfrentamento dos problemas, mas para o afrontamento entre si. Há uma falta de abertura para discussão, chegam com os discursos prontos e saem dessas reuniões da mesma maneira que entraram (DC1.2).

Tal fala reflete a dificuldade que os profissionais e serviços têm em definir os limites e possibilidades de suas ações e as reuniões de rede que seriam um espaço de busca de parcerias e construção de estratégias conjuntas acaba sendo um jogo de empurra-empurra de responsabilidades.

A terceira subcategoria dos Problemas, encontrada também nas Referências Técnicas e nos Diários de Campo, foi a **ausência de formação continuada e avaliação do trabalho**, que reuniu queixas relacionadas à falta de supervisão, capacitações e avaliação das ações.

Na pesquisa realizada pelo CREPOP, 74,3% dos psicólogos entrevistados relatam não fazer avaliação das ações que realizam no serviço (CFP, 2013). Nos Diários de Campo, os profissionais justificam a falta de reflexão das ações devido ao excesso de demanda: *“Quem está na prática tem que responder com ações imediatas, muitas vezes sem a devida reflexão”* (DC1.5).

Nos Diários de Campo além do relato de falta de supervisão, os participantes se queixam ainda de que quando saem do seu espaço de trabalho para participarem de espaços de discussão e debate, tais atividades não são reconhecidas como parte de seu trabalho, o que também contraria as orientações do CFP e denuncia a também as condições de trabalho desfavoráveis. Em relação a este aspecto uma trabalhadora do DC3.1 faz a seguinte afirmação: *“Faltam espaços de reflexão acerca do trabalho, o trabalhador tem um público em situação de vulnerabilidade e exploração, mas ninguém olha para a vulnerabilidade e condição de exploração do próprio trabalhador do SUAS”*

Essa afirmação traz, além do problema da falta de avaliação do trabalho, um outro problema discutido anteriormente referente às condições precárias de trabalho que é o tema da campanha lançada pelo Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS)¹⁹ no dia 21 de setembro de 2013, cujo o lema é *‘Nosso trabalho com direitos é direito social para você’* que defende a contratação por concursos públicos e luta contra a precarização do trabalho no SUAS. Tal ação representa uma ação importante de mobilização política dos trabalhadores.

Outro problema levantado nas Referências Técnicas e Diários de Campo refere-se ao **abuso de poder** por parte dos gestores, que impõem aos profissionais algumas ações que não correspondem às diretrizes da PNAS e nem competem ao serviço. Dentre esses problemas estão: a prática do clientelismo; assédio moral aos funcionários; favorecimento de funcionários que ocupam cargos de confiança sem terem o perfil ou conhecimento para exercerem a função exigida ao cargo;

¹⁹ O FNTSUAS tem um blog em que disponibiliza informações sobre suas ações. O endereço online é <http://fntsuas.blogspot.com.br/>

cooptação dos órgãos de controle social; dentre outros problemas que contrariam os direitos sociais e interesses públicos.

Nos registros do DC3.2, alguns participantes haviam frequentado uma reunião com uma fundação que gerencia várias ONGs que prestam serviço para a Assistência Social no município de Campinas e o abuso de poder também se mostrou presente: *“Essas reuniões são momentos em que as pessoas vão para engolir um prato que já está pronto e que eles não foram chamados para construir”*.

Em outra reunião do FETSUAS-SP os trabalhadores também trouxeram diversas queixas relacionadas ao abuso de poder e à cooptação dos órgão de controle social, trazendo como exemplo o funcionamento e realização das Conferências Municipais de Assistência Social:

a falta de divulgação e preparação da comunidade para participar de um momento tão importante, o que teve como consequência a falta de entendimento das pessoas para a discussão dos temas propostos; cadeiras marcadas, ou seja, já haviam pessoas pré-estabelecidas para serem eleitas; falta de mobilização; e falta de vaga para todos os municípios participarem da conferência estadual. Todos esses problemas dão a sensação de que as conferências são feitas mais um cumprimento de tarefas do que para realmente efetivar a participação popular (DC4.1).

O abuso de poder demonstra que apesar da assistência social ser um direito social, como apresentado na Constituição, LOAS e PNAS, tal direito ainda está longe de se efetivar. A forma com que alguns profissionais e gestores concebem e executam o SUAS ainda estão relacionadas à filantropia e prática de clientelismo, como destacado por Mollo (2013). O abuso de poder demonstra também, conforme discutido por Bonfim (2010), Maricato (2003) e Patto (1999), que muitas vezes interesses privados são colocados como públicos priorizando os interesses da classe dominante em detrimento das pessoas que deveriam ser beneficiadas com os serviços. Os conselhos de direitos que deveriam ser órgãos fiscalizadores e representativos da população, muitas vezes, são cooptados pelos interesses políticos de quem está no poder, e a representação dos usuários e trabalhadores pouco se efetiva. Tal problema é expresso nas falas dos trabalhadores nos DC3.2 e DC4.1 que demonstra o quanto os trabalhadores não se sentem parte do que estão fazendo, o que reflete em um trabalho alienado de mera reprodução do que está posto.

O problema da alta **complexidade dos casos** que chegam ao serviço foi identificado nas Referências Técnicas e Diários de Campo. Os usuários e famílias

que chegam aos serviços do SUAS vivenciam diversos problemas que segundo uma trabalhadora do DC1.3 *“extrapolam todas as demandas dos serviços e trazem demandas advindas da falta de acesso ou adesão a serviços de outras políticas públicas (segurança, moradia, saúde, educação)”*. Este problema também foi identificado na pesquisa realizada por Macedo e Dimenstein (2012), causando um sentimento de impotência e frustração nos profissionais.

A complexidade dos problemas que chegam aos serviços do SUAS estão relacionados ao surgimento da questão social como algo estrutural do modo de produção capitalista e configuração das políticas públicas e sociais no contexto neoliberal. Tais aspectos fazem com que as ações dos serviços amenizem as consequências dos problemas sociais, mas não a superação dos mesmos (Paulo Netto, 2001). Como ressaltado por Yamamoto (2007), uma vez que esses problemas são de ordem estrutural, a ação isolada de nenhuma categoria profissional pode superar tais problemas, apontando para a importância da ação coletiva e articulação política dos trabalhadores.

Outra subcategoria levantada dentro da categoria dos problemas refere-se à falta de definição do **Papel do psicólogo** no SUAS. A principal consequência deste problema, trazido apenas nas Referências Técnicas, é a prática de atividades que não competem aos serviços no qual estão inseridos como, por exemplo, a psicoterapia e a realização de laudos psicológicos para os órgãos judiciários. Em uma das reuniões do FETSUAS – SP foi divulgado o lançamento das orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Brasil, 2011 b). Em relação a esta publicação do MDS um psicólogo comentou: *“uma das orientações importantes que este documento traz é que o CREAS é um serviço de proteção e não de produção de provas, não se tratando, portanto, de um serviço pericial”* (DC4.1).

Mesmo sendo claramente definido pelos documentos do MDS e CFP que a psicoterapia e a elaboração de laudos psicológicos não são atividades que competem aos serviços do SUAS, estas são práticas muito comuns dos psicólogos nestes serviços (CFP, 2013). O que se percebe é que, apesar das referências orientarem acerca do papel e possibilidades de atuação do psicólogo no SUAS, os profissionais ainda se questionam muito acerca de qual é sua função nestes serviços. As pesquisas demonstram que muitos psicólogos só se identificam enquanto tal ao realizarem atividades de atendimento individual e ainda há um

incomodo em confundir sua atuação com a do assistente social (Beato et al, 2011; Macedo & Dimenstein, 2012).

O último problema apareceu apenas nos Diários de Campo e remete-se à **Falta de Identidade com o SUAS e desmobilização política** dos trabalhadores. A desmobilização dos psicólogos foi percebida durante a consulta pública realizada pelo CFP, que divulgou que 250 psicólogos que acessaram o documento disponível para consulta no site do CREPOP, apenas nove haviam enviado suas sugestões para construção do documento (DC2.1).

Em relação ao falta de identidade com o SUAS, foi identificado nos registros dos diários de campo a queixa de uma psicóloga em relação à ausência de identidade dos profissionais enquanto classe de trabalhadores do SUAS, o que também influencia na desmobilização e desarticulação dos trabalhadores:

Há uma baixa densidade política e identitária dos trabalhadores: não há uma identificação dos profissionais com a política de assistência social, nem uma união dos trabalhadores pela luta por seus direitos. Esses trabalhadores se ramificam entre públicos/privados, estaduais/municipais, com ensino superior/médio, se fragmentando e entrando em conflito entre si ao invés de se unirem para lutar pelas causas que têm em comum (DC3.1).

Segundo esta trabalhadora, as dificuldades vivenciadas nos serviços são comuns a todos trabalhadores deste contexto, e não a esta ou àquela classe profissional, por isso, a importância de se articularem enquanto classe trabalhadora para poderem lutar coletivamente contra os diversos problemas enfrentados.

A falta de identificação com o trabalho no SUAS reflete também na identidade e mobilização dos profissionais. Ainda a esse respeito, uma trabalhadora em um dos registros do Diário de Campo ressalta que a terceirização também contribui diretamente para manutenção deste problema, pois muitos trabalhadores do SUAS estão diluídos nas diversas entidades, o que inviabiliza a criação de uma identidade com esta política pública:

Os trabalhadores se identificam como trabalhadores das ONGs e não do SUAS, e a maioria dos psicólogos que eu conheço trabalham no SUAS por falta de opção e não por identificação com a demanda e espaço de trabalho (DC3.2).

Apesar de a participação política ser uma das orientações do CFP nas Referências Técnicas, o que se percebe é que muitos profissionais ainda não desenvolveram esta consciência. Além disso, o relato acima explicita que o trabalho nas políticas sociais representa mais uma demanda por mercado de trabalho, do que

uma identificação com a área. A esse respeito Macedo e Dimenstein (2012) ressaltam que: *“A dificuldade de organização política não é apenas da população usuária, mas deles, enquanto técnicos, que não conseguem articulação entre os trabalhadores para reivindicarem direitos e melhorias, nem mesmo em relação às suas condições de trabalho”* (p.189).

Categoria: Dilemas

Após a discussão dos problemas relacionados à inserção e atuação do psicólogo nos serviços do SUAS, discutiremos os dilemas que foram encontrados no material analisado. Como apresentado no Plano de Análise, os dilemas surgem de problemas, mas se diferenciam dos mesmos por colocarem o profissional em situações as quais têm que tomar uma decisão, cujas alternativas que têm para a tomada de decisão são contraditórias e de difícil escolha. Nos dois *corpus* de informação foi identificado um total de quatro dilemas que serão explicados e discutidos a seguir.

O primeiro dilema refere-se à **Teoria X Prática**, identificado nas Referências Técnicas e nos Diários de Campo, que foi considerado como a diferença entre o que se aprende ser o correto a fazer, seguindo as referências da área, e aquilo que é possível fazer. A fala de uma trabalha evidencia claramente esse dilema ao questionar:

O problema está na política e nas leis – na forma como estão formuladas – ou na aplicabilidade da mesma no cotidiano dos serviços e nas práticas dos profissionais que estão em campo? (DC1.2).

O dilema está em quanto os profissionais devem orientar suas ações na legislação e diretrizes da PNAS ou na demanda e interesses dos usuários. O conflito é o quanto atuar nas normas não anulam o sujeito, e, por outro lado, o quanto não atuar nas mesmas pode trazer riscos para o usuário e o profissional. Sobre esse dilema Cruz e Guareschi (2012) e Macedo e Dimenstein (2009) discutem que o desafio da atuação do psicólogo no SUAS é garantir dos direitos sociais sem que as ações se tornem mais um mecanismo de controle sobre as pessoas *“desconsiderando as singularidades dos usuários e da comunidade, produzindo a coisificação do cuidado e a biologização dos problemas sociais, a partir da leitura*

desses problemas pelo controle, pela disciplina e pela regulação da população” (Macedo & Dimenstein, 2009, p. 297).

Uma das reuniões registradas no Diário de Campo (DC1.5) foi acerca da lei enquanto parâmetro a ser seguido. Houve uma discussão intensa: alguns concordaram que a lei era o parâmetro único e universal para a realização das ações, enquanto outros argumentaram que nem sempre a lei responde às demandas que chegam ao serviço, e segui-la cegamente, sem a necessária problematização e contextualização com o caso em questão, pode mais prejudicar do que auxiliar as famílias atendidas.

Percebe-se, desta forma, a distância entre a lei ou as políticas e a realidade concreta do profissional e dos usuários dos serviços públicos sociais. De alguma forma, aquilo que foi estabelecido não consegue ser concretizado, ou seja, o conhecimento e leis produzidos nem sempre representam uma demanda da realidade social ou, quando representa, pouco chega aos profissionais que estão atuando na prática. Como ressalta uma trabalhadora em um dos registros dos diários de campo *“são discursos idealizados que não correspondem à realidade nacional e não têm subsídios concretos para alcançar os objetivos e ideais propostos nos mesmos, a precarização dos serviços e dos trabalhadores é um exemplo”* (DC3.2).

Se por um lado há o problema de seguir a lei como parâmetro universal, por outro há também, por parte de alguns profissionais a falta de conhecimento sobre a legislação referente ao SUAS. Isso se deve a diversos fatores, a referência técnica CFP & CFESS (2007), remete tal problemática à ausência de discussão sobre a atuação no SUAS durante a formação básica dos profissionais. A formação em Psicologia, em especial, ainda carece de inclusão de assuntos referentes ao SUAS nas diretrizes curriculares:

O conhecimento da legislação social é um pré-requisito para o exercício do trabalho. No caso do Serviço Social, esta é uma matéria obrigatória prevista nas Diretrizes Curriculares. No âmbito da Psicologia, contudo, faz-se necessária a sua inclusão no processo de formação (CFP & CFESS, 2007, p.41).

O dilema teoria X prática evidencia, portanto, dois problemas: 1) o das políticas públicas que não respondem satisfatoriamente ao que se propõe, uma vem que os profissionais questionam sua exequibilidade no cotidiano dos serviços; 2) e o problema da psicologia enquanto ciência e profissão, uma vez que mesmo

ocupando novos espaços os psicólogos ainda reproduzem velhas práticas da Psicologia clínica tradicional, que não correspondem às demandas deste contexto de atuação. A esse respeito foi destacado do DC2.1:

Já no que se refere à realização de psicoterapia, serviço que deve ser ofertado pela saúde, os psicólogos tem duas posições: uns reconhecem que não deveriam fazê-la, mas fazem por falta de local para encaminhamento; outros acham que tem que ser feito psicoterapia no CRAS mesmo. Isso revela o quanto ainda os profissionais são formados com uma visão da atuação da psicologia restrita a uma clínica individual, sem conceber outras possibilidades de atuação. Além disso, muitos profissionais e usuários reduzem a prática do psicólogo ao atendimento individual, psicoterápico, clínico. Este é um desafio a ser superado pela profissão, que tem outras metodologias e instrumentais mais pertinentes para a atuação no CREAS. É preciso realizar, divulgar, e efetivar essas outras modalidades de atuação .

Nota-se, por esta fala, que alguns psicólogos *reconhecem* que não deveriam realizar psicoterapia nos serviços de assistência social – o que demonstra conhecimento sobre o que é esperado de sua atuação – mas desenvolvem esta atividade porque não encontram alternativa para a demanda do usuário – expressa no relato por ‘falta de local para encaminhamento’. No entanto, outros consideram que o que legitima sua ação enquanto psicólogos é a prática de psicoterapia, tal discussão também é realizada por Beato et al (2012). Desta forma, caracteriza-se como um dilema da prática profissional.

Diante deste panorama de discrepância entre formação e prática do psicólogo consideramos a necessidade de inclusão, nas Diretrizes Curriculares de Psicologia, além do conhecimento da legislação e atuação nos serviços sociais, a Psicologia Social da Libertação e Psicologia Comunitária, como referenciais teóricos para subsidiar a prática nos serviços do SUAS. Tais referenciais propõem uma Psicologia construída para o atendimento das classes marginalizadas, visando sempre uma práxis, ou seja, uma ação de fortalecimento desta classe para buscar coletivamente melhorias em suas condições de vida. As intervenções propostas por estes referenciais teóricos incluem também a conscientização, processo pelo qual o indivíduo assume a sua história de vida num determinado contexto histórico, político e social e se dispõe a mudá-la, pelo coletivo. A conscientização é uma ação que deve ser desenvolvida pelos estudantes de Psicologia durante sua formação, pelos profissionais em campo e pela população atendida.

A segunda subcategoria apareceu apenas nas Referências Técnicas e revela um trilema entre **Interdisciplinaridade X identidade profissional X sigilo profissional** que está relacionado, principalmente, à definição do papel do psicólogo

nos serviços do SUAS. Por um lado, ele é convocado a construir e desenvolver ações com profissionais de outras áreas, no entanto, nesta dinâmica de realização de ações conjuntas, os psicólogos sentem falta de uma identidade profissional, de uma definição do seu papel que os diferencie dos demais profissionais (Beato et al, 2012; Macedo e Dimenstein, 2012). O dilema, neste sentido, está entre desenvolver atividades específicas e próprias da Psicologia e realizar ações conjuntas e simultâneas com outros profissionais, o que para alguns psicólogos pode descaracterizar a especificidade de sua ação.

A prática interdisciplinar é uma orientação de todas as referências do CREPOP e documentos oficiais do SUAS, mas os pontos de intercessão e limites de cada área profissional ainda não são bem definidos. Além disso, as Referências Técnicas e Diários de Campo apontam para uma disputa de espaços e funções entre os profissionais, o que gera competitividade e desarticulação entre os mesmos. Tal fator faz com que estes não se reconheçam enquanto classe trabalhadora e lutem coletivamente contra os problemas que vivenciam nos espaços de trabalho. Os Diários de Campo demonstram que além do corporativismo entre os profissionais de nível superior, principalmente entre assistentes sociais e psicólogos, há ainda o conflito entre profissionais de nível médio e superior, contribuindo ainda mais para a desarticulação dos trabalhadores do SUAS, o que fica evidenciado no problema discutido anteriormente da falta de identidade e mobilização política dos trabalhadores.

Faz parte deste conflito a decisão do que deve ou não compartilhar nos relatórios e reuniões de equipe devido ao sigilo profissional advertido em seu Código de Ética Profissional. Especificamente em relação ao sigilo profissional, a Referência Técnica do CFP e CFESS (2007) advertem que psicólogos e assistentes sociais

não podem e não devem encaminhar, a outrem, informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação. Por outro lado, só devem compartilhar informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o seu caráter confidencial, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo. Na elaboração conjunta dos documentos que embasam as atividades em equipe interdisciplinar, psicólogos/as e assistentes sociais devem registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho (p.38-39).

Em um contexto em que a demanda é constante e os casos bastante complexos, o psicólogo se depara com a difícil decisão sobre o que e como compartilhar seu olhar e compreensão sobre o indivíduo atendido, pois se preocupa

em não ferir a ética profissional como também em discutir o caso com aprofundamento de perspectiva.

Outro dilema, identificado apenas nas Referências Técnicas, está entre **Assistencialismo X Direitos sociais**. Neste item é levantado o desafio de superar o assistencialismo, uma vez que a forma com que a comunidade e os profissionais percebem a PNAS ainda trazem marcas assistencialistas. Em muitos lugares não há o reconhecimento da assistência social como direito o que reflete diretamente nas práticas dos profissionais e expectativa da comunidade quanto aos serviços do SUAS.

Derivado do assistencialismo existe o problema da naturalização da pobreza. Nos programas do MDS e nas práticas de muitos profissionais, este fenômeno ainda aparece reduzido à questão da renda e pouco se discute sobre seus aspectos subjetivos. Tal aspecto se confirma nos critérios utilizados pelo MDS para inclusão ou exclusão das pessoas em alguns programas, que em sua maioria ainda está restrito à questão da renda. Além disso, discutem que diante da complexidade dos casos e não resolução dos problemas, muitas vezes os profissionais tendem a culpabilizar as pessoas pela não resolução dos problemas.

O último dilema, identificado apenas nos Diários de Campo, refere-se à **Intenção X repercussão da prática**. Nesta subcategoria foram identificadas queixas dos profissionais quanto à dificuldade em atingir os objetivos que almejam com o seu trabalho, principalmente devido à falta de planejamento e avaliação das ações que resultam na dificuldade de sistematização e continuidade do trabalho com as famílias, como destacado nas falas de trabalhadores nos registros do diário de campo:

As compreensões dos casos são erradas, as intervenções são erradas e a responsabilização dos agressores é errada (DC1.1).

As formas superficiais com que acabam sendo avaliados os serviços - como, por exemplo, por número de casos atendidos e encerrados, não avaliam da qualidade do serviço prestado, nem o quanto os usuários realmente saíram da condição de vulnerabilidade social (DC3.1).

Tais relatos denunciam que a falta de análise crítica e ampliada dos casos e intervenções realizadas podem mais prejudicar do que auxiliar as pessoas atendidas. Além disso, reduzir a avaliação dos serviços pela quantidade casos não garante que os direitos sociais da população estejam sendo atendidos

integralmente. Ou seja, a falta de avaliação das ações, despreparo do profissional juntamente com as condições precárias de trabalho corroboram para a manutenção da pobreza e desigualdades sociais, ao invés de superá-las (Ximenes, Paula & Barros; Guzzo & Lacerda, 2007; Yamamoto, 2010).

6 – CONCLUSÃO

A conclusão do trabalho foi dividida em três partes. A princípio foi apresentado uma síntese dos resultados da pesquisa, posteriormente as superações identificadas e possíveis e ao final as considerações finais do trabalho.

6.1- Síntese

A partir da descrição e discussão dos resultados pode-se sintetizar que a inserção do psicólogo no SUAS traz desafios para a Assistência Social e para a Psicologia. Os desafios da Assistência social contemplam a busca de alternativas para a superação de problemas que atingem todos os usuários e trabalhadores do SUAS, inclusive os psicólogos; dentre eles foram destacamos os seguintes: conseguir realizar de forma efetiva a intersetorialidade; romper com concepções assistencialistas e práticas clientelistas; efetivar o controle social e representatividade dos conselhos municipais, estaduais e nacional; enfrentar a precarização dos serviços de vínculos de trabalho e infraestrutura dos serviços; efetivar as orientações da NOB-RH SUAS.

Já os desafios da Psicologia referem-se ao desenvolvimento de uma ciência que corresponda às demandas do exercício profissional do psicólogo. A inserção do psicólogo nos serviços do SUAS evidencia que apesar de o psicólogo estar ocupando novos espaços além do consultório particular, superando o caráter elitista da profissão, as práticas do psicólogo nestes novos contextos ainda trazem vestígios de uma Psicologia clínica tradicional, voltada para práticas individualistas e psicologizantes. Além de não responder, adequadamente, às necessidades dos usuários do SUAS, tais práticas ainda geram um sentimento de impotência e frustração dos profissionais ao não identificarem possibilidades de atuação diante da complexidade dos casos que se deparam.

O desafio agora está em desenvolver e aplicar novas práticas para estes novos contextos, práticas que representem uma real mudança de perspectiva da Psicologia em se comprometer socialmente com a maioria da população que sofre as consequências da questão social. Para tanto, propõe-se a Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação como referenciais teóricos da Psicologia pertinentes para a atuação do psicólogo no SUAS, uma vez que visam o desenvolvimento e construção de práticas que favoreçam a conscientização das

peças para compreenderem sua vida e condição social de maneira crítica e desenvolverem estratégias coletivas de enfrentamento e superação dos problemas que vivenciam.

A complexidade dos casos que chegam aos serviços do SUAS, que é um dos problemas levantados pelos psicólogos, gera sofrimento no profissional que se sente frustrado em não conseguir se realizar no seu trabalho e enxergar perspectivas de concretização e resultados do seu trabalho naquele espaço. Contudo, a complexidade dos casos reflete a contradição do modo de produção capitalista que na mesma intensidade que produz riqueza e desenvolvimento econômico produz condições desumanas de existência permeadas pela miséria, violência e desigualdade social, uma vez que a riqueza produzida não é distribuída igualmente a todas as pessoas. Tais problemas traduzem uma questão estrutural do modo de produção capitalista; a questão social não será resolvida por ações isoladas e focadas nos problemas sociais e suas consequências. No entanto, isso não deve ser um impedimento para levantar possibilidades reais de atuação neste contexto que possibilitem a mudança social que se almeja, mas é importante para o profissional reconhecer os limites de sua atuação para poder buscar estratégias e possibilidades reais de superação destes problemas de forma coletiva e não individualmente. Dentre essas possibilidades, levantamos a importância da articulação política, desenvolvimento de consciência de classe trabalhadora e a disseminação da Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação na formação do psicólogo.

6.2- Superações identificadas e possíveis

Visando contemplar o objetivo de realização de uma pesquisa MHD de construção do conhecimento para levantar as possibilidades concretas de mudança social, nesta última parte discutiremos as superações reais e possíveis para os problemas e dilemas levantados acerca da inserção e atuação do psicólogo no SUAS. Chamamos de superação as possibilidades de enfrentamento e dos problemas e dilemas em busca de uma resolução dos mesmos.

Na leitura e análise das Referências Técnicas e Diários de Campo podemos identificar algumas superações, dentre elas: a inserção do psicólogo no SUAS; articulações coletivas; e práticas que rompem com o modelo da clínica tradicional.

Considera-se que a inserção do psicólogo no SUAS representa, historicamente, uma superação do caráter elitista da Psicologia, uma vez que possibilita às classes populares o acesso ao serviço prestado pelo psicólogo. No entanto, como todo fenômeno é dialético e em constante movimento, tal superação faz surgir outras contradições. Ao se inserir nestes contextos fica evidenciado o quanto a formação ainda preserva uma Psicologia hegemônica que pouco responde às demandas deste contexto. Neste sentido, fica o desafio de uma formação e construção do conhecimento convergente com os novos espaços de atuação do psicólogo. O fato de o CFP defender a necessidade de mudança de paradigma acerca da atuação profissional respalda, politicamente, a luta pela inserção de novos saberes como a Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação nos currículos de formação do psicólogo.

Além disso, a identificação de formas de organização política e coletiva de alguns psicólogos demonstra também uma ação que rompe com a busca individual para solução dos problemas, fortalece os movimentos reivindicatórios, promove e possibilita a conscientização dos trabalhadores envolvidos nestes movimentos. Citamos o exemplo do Fórum de trabalhadores do SUAS, em que não se privilegia esta ou aquela classe profissional, mas visa uma articulação e união dos trabalhadores do SUAS como um todo, uma vez que estes vivenciam e sofrem os mesmos problemas e dilemas que envolvem a assistência social como um todo.

A partir do momento em que os profissionais se identificam enquanto classe de trabalhadores do SUAS, e não, apenas, como categorias profissionais que disputam espaços de trabalho, os trabalhadores podem reivindicar com mais força condições dignas para a realização do seu trabalho e, conseqüentemente, melhoria na qualidade dos serviços ofertados no SUAS. A luta por direitos dos trabalhadores representa em si uma luta pela garantia de direitos da população a um serviço de qualidade que atenda adequadamente as demandas do SUAS.

O exemplo de intervenção grupal identificado no DC3.2 demonstra que é possível proporcionar, através de metodologias lúdicas e participativas a reflexão crítica dos usuários acerca dos problemas que vivenciam. Essa prática representa uma estratégia real de conscientização.

Uma estratégia do MDS para enfrentar o problema da falta de capacitação dos trabalhadores para atuar no SUAS foi a criação do programa Capacita SUAS. Tal programa visa, pela parceria com universidades, capacitar os gestores,

trabalhadores e conselheiros da Assistência Social (Brasil, 2012). No entanto, é necessário avaliar a expansão deste programa e o quanto ele consegue atender as demandas reais dos profissionais dos diversos serviços e contextos locais e regionais.

6.3- Considerações finais

O que se percebe é que apesar das Referências orientarem acerca do papel e possibilidades de atuação do psicólogo no SUAS, os profissionais ainda se questionam muito acerca de qual é sua função nestes serviços. É nesse sentido que se tornam relevantes os estudos na área e a reflexão do profissional sobre sua prática, o que demonstra o desafio de que a formação em Psicologia, realmente, atenda aos novos espaços de atuação do psicólogo e a importância da introdução da Psicologia Comunitária e Psicologia Social da Libertação nos currículos de formação do psicólogo.

A realização dessa pesquisa possibilitou-me analisar a formação e a prática profissional. Todo esse processo trouxe muito aprendizado, mas também diversas angústias, pois ao realizar a análise do material, identificava-me com os problemas e dilemas, os quais eu também vivenciei em minha atuação e vivencio enquanto pesquisadora. Ao buscar o mestrado, eu vim em busca de um aprimoramento profissional individual, que possibilitasse efetivar minha atuação nesse contexto. No entanto, as discussões no grupo e desenvolvimento da pesquisa, permitiram-me perceber que a não resolução dos casos que tanto me angustiavam quando trabalhava no CREAS não passava apenas pela necessidade de aprimoramento da minha formação, mas estavam relacionados, também, com o surgimento da Psicologia, políticas públicas e sociais no modo de produção capitalista, juntamente com os fatores que geram e mantêm a pobreza e as desigualdades sociais neste sistema.

Diante disso, considero que o processo de mestrado representou pra mim um processo de conscientização acerca da minha formação, atuação e carreira profissional, ao mesmo tempo em que clarificou a importância da pesquisa. Ao perceber que os problemas vão muito além da formação do psicólogo, os questionamentos que tenho agora estão relacionados a pensar quais estratégias

reais de fortalecimento e atuação diante dos vários problemas e dilemas suscitados e mantidos pela configuração da sociedade capitalista. Remetendo ao conceito de interrelação e múltipla determinação dos fenômenos defendidos pelo MHD, penso que apesar dessa pesquisa ter tido o intuito de identificar dilemas e problemas de um contexto específico, no caso o SUAS, considero que estas problemáticas têm seus reflexos em outros contextos, inclusive na academia. Um exemplo é a discussão acerca da produtividade e real repercussão do conhecimento que produzimos, o que relaciono à discussão realizada sobre o dilema entre intenção X repercussões das ações. Diante do estudo realizado, vejo um caminho para essa crítica nos conceitos de fortalecimento, conscientização e práxis. E é nestes aspectos que pretendo aprofundar meus estudos e reflexões futuras.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 1-13.
- Andrade, L. F. de & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Assumpção, M. C. M. A. (2011). O método em Marx: relação com a categoria práxis. In *V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana*. Florianópolis.
- Bandeira, M. (2013). Tipos de Pesquisa. Universidade Federal de São João Del Rei. Recuperado em 20 de junho, 2013 de <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/texto%201b%20-%20TIPOS%20DE%20PESQUISA.pdf>
- Barros, R.; Carvalho, M. de & Franco, S. (2006). Pobreza Multidimensional do Brasil. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas [IPEA]. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Recuperado em 10 de abril, 2013, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf
- Bauer, M. W.; Aarts, B. (2002). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; Gaskell, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Beato, M. S. da F., Sousa, L. A. de, Florentino, B. R. B., Junior, W. M., Neiva, K. M., & Toffaneli, V. F. (2011). *A Psicologia e o Trabalho no CRAS*. (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG). Belo Horizonte.
- Blanch, J. M. & Cantera, L. E. (2009). La doble cara de la mercantilización de los servicios universitarios y hospitalarios. In J. L. Álvaro (Ed.). *Psicología Social del Trabajo y de las Organizaciones*. 1075-1080.
- Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bonfim, P. (2010). Entre o público e o privado: as estratégias atuais no enfrentamento à questão social. *Revista Katál*, 13(2), 270–275.
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In: O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (Orgs.). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 169-202). Natal: EDUFRN (Obra original publicada em 1979)
- Brandão, C. R. (1999). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8 ed.
- Brasil (1962). *Lei Nº. 4.119 de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: DF.

_____ (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Recuperado em 25 de março, 2012, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

_____ (1993). Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____ (2001). *Portaria Nº 878, de 03 de dezembro de 2001*. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social.

_____ (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____ (2006). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB-RH/ SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília.

_____ (2009). Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília.

_____ (2011). Plano Brasil sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

_____ (2011 b). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

Byron, N. (2003). More than Just Kings & Queens: the marxist view of history. In *Introducing Marxism. Socialist Part*. United Kingdom. Recuperado em 10 de junho, 2012 de <http://www.marxism.org.uk/pack/history.html>

Cardoso, C. L. & Costa, A. F. de S. (2010). Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 223-229.

Casimiro, A. P. B. S. (2006). A atualidade do materialismo histórico e dialético. *Tecitura (Faculdade Juvêncio Terra)*, 1, 1–10.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP] (2013). Conheça o Crepop. Recuperado em 31 de outubro, 2013 de <http://crepop.pol.org.br/novo/conheca-o-crepop>

Chizzotti, A. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.

Cidade, E. C.; Moura Junior, J. F. & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino- americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87–98.

Conselho Federal de Psicologia [CFP] & Conselho Federal de Serviço Social [CFESS] (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Recuperado em 22 de julho de 2012 de, www.pol.org.br

Conselho Federal de Psicologia (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2000). Resolução N° 16/00. Dispõe sobre a realização de pesquisas em Psicologia com seres humanos. Brasil.

_____. (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP] Brasília, CFP 60p. Recuperado em 5 de julho de 2013 de <http://crepop.pol.org.br>

_____. (2011). *Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Informações para gestoras e gestores*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP]. Brasília. Recuperado em 5 de julho de 2013 de <http://crepop.pol.org.br>

_____. (2013). *Atuação dos Psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP]. Brasília, CFP. Recuperado em 5 de julho de 2013 de <http://crepop.pol.org.br>

Conselho Nacional de Saúde [CNS] (2012). Resolução N° 196/96 (versão 2012). Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Brasil.

Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia em Foco* (2) 11-27.

Cuéllar, D. P. (2012). Nuestra psicología y su indignante complicidad con el sistema: doce motivos de indignación. *Teoría e crítica de la psicología*, 2, 202–209.

Dantas, C. M. B.; Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.

Demo, P. (1996). *Política social, educação e cidadania*. 2a ed. Campinas, SP: Papyrus.

Engels, F. A. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. (B. A. Schumann Trad.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1845).

Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade* 21(1), 35-44.

Faleiros, V. P. (2004). *O que é política social?* (5 ed.). São Paulo: Brasiliense.

Fals Borda, O. (1978). Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. *Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO)*, 1-38.

Faria, L. R. P. de (2003). *Em tempo de globalização: A representação Social de Emprego, Trabalho e Profissão em adolescentes*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC.

Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (P. e Terra, Ed.) (5ªed). Rio de Janeiro.

Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. (C. & Moraes, Ed.). São Paulo.

Fórum Estadual de Trabalhadores (as) do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSUAS – SP) (2011). *Carta de princípios e funcionamento do FETSUAS – SP*. Recuperado em 10 de outubro de 2012, de <http://www.ftsuaspp.blogspot.com.br/2012/09/carta-de-principios-e-funcionamento-do.html>

Genari, E. (2012). *Desafios para 2012*. Recuperado em 7 de junho de 2013 de http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8wKpEadk0KMJ:xa.yimg.com/kq/groups/22437876/369670776/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gomes, A. M. de A. (1999). Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 71–79.

Gonçalves, M. G. M. (2005). O método de pesquisa materialista histórico dialético. In Abrantes, A. A.; Silva, N. R. & Martins, S. T. F. (2005). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Goetz, J. P. & LeCompte, M. D. (1988). *Etinografía y diseño cualitativo en investigación educativa*. Trad. Antônio Ballesteros. Madrid, Espanha: Ediciones Morata: S A.

Gordillo, R. C., Mayo, N. C., Lara, G. G., & Gigante, S. V. (2010). *Metodología de la investigación educativa: Investigación ex post facto*. (U. A. de Madrid, Ed.) Madrid.

Grupo Técnico de Estudos e Análises - GTEA (2012). *Pobreza e Riqueza em Campinas e Região: breve balanço da primeira década do século 21*. Recuperado em 23 de junho de 2012 de www.macioponchmann.com.br

Guzzo, R. S. L. (2009). *Fatalismo, Impotência e Modo de Vida: impacto do poder e da opressão presentes em espaços educativos e comunitários*. Projeto de pesquisa elaborado para concessão de Bolsa Produtividade PQ-CNPq: 2010/2013.

Guzzo, R. S. L.; Lacerda, F. Jr. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade Brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 231 – 241.

Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. da C. (2011). Avaliação psicossocial: desafios para a prática profissional nos contextos educativos. *Avaliação Psicológica*, 10(2), 163-171. Recuperado em 18 de outubro de 2013, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000200007&lng=pt&tlng=pt.

Guzzo, R. S. L ; Mezzalira, A. S. C. ; Moreira, A. P. G. (2013) . Desafios, ameaças e compromissos para os psicólogos: as políticas públicas no campo educativo. In: Isabel Fernandes de Oliveira; Oswaldo H. Yamamoto. (Org.). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. 1ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, v. 1.

Heidrich, A. V. (2006). Transformação no Estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5(5), 1-9.

Holskamp, K. (1992). On doing psychology critically. *Theory & Psychology*, 2:2, 193-204. In I. Parker (2011). *Critical Psychology: Critical concepts in psychology* (Vol. IV). New York: Routledge.

Lopes, H. M., Macedo, P. B. R., & Machado, A. F. (2004). Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP* (pp. 1-20).

Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 293-300.

Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Av. Psicol. Latinoam.* [online], 30(1), 182-192. Recuperado em 12 de setembro de 2013, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79924085014>

Macedo, J. P., Sousa, A. P. D., Carvalho, D. M. de, Magalhães, M. A., Souza, F. M. S. de, & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489.

Maricato, E. (2003). Metrópole, Legisla o e Desigualdade. *Estudos Avançados*, 17 (48), 151-167.

Marin, L. (2006). Otra Psicología es posible. *Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 1(2), 15–25.

Markard, M. (2007). A crítica como atitude: O psicólogo marxista Klaus Holskamp. (R. Guzzo Trad.).

Martin-Baró, I. (1985/1996). O papel do Psicólogo. *Estud. psicol.* 2 (1), 7-27. Recuperado em 30 de agosto de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso

Martin-Baró, I. (1986/2011). Para uma psicologia da libertação. In: R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.). *Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da libertação*. Campinas: Alínea 181-197.

Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *29ª Reunião Anual da ANPEd*. Recuperado em 12 de outubro de 2012, de www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--_Int.pdf

Marx, K. & Engels, F. (1848/2003). *Manifesto Comunista*. São Paulo. Instituto José Luíz e Rosa Sandermann.

Michaelis (2012). Dicionário on line. Retirado de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=rep%FAblica> em 21 de maio de 2012.

Mollo, K. G. (2013). *Universalidade e particularidade de Campinas no atendimento socioassistencial às crianças e adolescentes em situação de rua: entre assistência e repressão*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

Montero, M. (1999). De la realidad, la verdad y otras ilusiones concretas: para una epistemología de la Psicología Social Comunitária. *Psykhe*, 8(1), 9–17.

Montero, M. (2004). Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: una respuesta Latinoamericana. *Psykhe*, 13(2), 17–28. doi:10.4067/S0718-22282004000200002

Montero, M. (2006). Dos técnicas auxiliares en la investigación e intervención comunitarias: las anotaciones o diario de campo y el uso de documentos secundários. In M. Montero (Org). *Hacer para transformar: El método de La psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. (2013). Consciousness. In *Encyclopedia of Critical Psychology*. Recuperado em 25 de junho de 2012 de <http://www.springerreference.com/docs/html/chapterdbid/310371.html>

Moreira, M. R. de Á. (2008). Os Desafios ao Processo de Implementação do Sistema Único da Assistência Social. *Revista Ciências Humanas*, 1, 1–13. Retrieved from <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/view/457/416>

Moura Junior, J. F. (2012). Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Norman, C. (2007). A Radical Approach to Psychology and Public Policy. *APAGS Newslerrer*.

Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In Abrantes, A. A.; Silva, N. R. & Martins, S. T. F. (2005). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes 25-51.

Online Etymology Dictionary (2013). Recuperado em 14 de abril de 2013, de http://www.etymonline.com/index.php?allowed_in_frame=0&search=critic&searchmode=none

Parker, I. (2007). Critical Psychology: What it is and what it is not. *Social and Personality Psychology Compass* 1/1 (2007): 1–15.

_____ (2010). *Qualitative psychology: introducing radical research*. (O. U. Press, Ed.) (p. 185). New York.

Patto, M. H. S. (1999). Estado, Ciência e Política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados* 13 (35): 167-198.

Paulo Netto, J. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporallis*, Brasília, ABEPSS, 2 (4), p. 41-49.

_____ (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2013). Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Ascensão do Sul: Progresso Humano num mundo diversificado. Recuperado em 3 de setembro, 2013, de <http://www.pnud.org.br>.

Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, Â. M. A. e, & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista de Enfermagem UERJ*, 15(2), 276-283.

Rachelis, R. (2010). Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serviço Social & Sociedade*, (104), 750–772. doi:10.1590/S0101-66282010000400010

Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 1(2), 120–132.

Schraube, E. & Osterkamp, U. (2013). *Psychology from the Standpoint of the Subject*. (P. Macmillan, Ed.) United Kingdom.

Sen, A. (2000). Pobreza como provação de capacidades. In Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras 109-134.

Senra, C. M. G. (2009). *Psicólogos Sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. Tese de Doutorado em Psicologia. PUC Campinas.

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.

Sirgado, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, XXI(71), 45-78.

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Political Science*, (2003), 20-45.

Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153-155.

Vasconcelos, L. (2007). As Dimensões da Pobreza. *Desafios do desenvolvimento*, 4(30), 1-7. Brasília. Recuperado em 15 de outubro de 2012, de: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?view=article&catid=28%3Areportagens-materias&id=1132%3Asociedade-as-dimensoes-da-pobreza&format=pdf&option=com_content&Itemid=39

Ximenes, V. M.; Paula, L. R. C. de; Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicol. cienc. prof.*; 29(4):686-699.

Yamamoto, O.H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: A. M. B. BOCK (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez.

_____ (2007). Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade* 19 (1) 30-37.

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 Anos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (n. especial), 9-24.

APÊNDICES

Apêndice A

Protocolo organização

Referências Técnicas		Diários de Campo	
RT1	CFP & CFESS (2007)	DC1.1	CMDCA
RT2	CREPOP (2008)	DC1.2	CMDCA
RT3	CREPOP (2011)	DC1.3	CMDCA
RT4	CREPOP (2013)	DC1.4	CMDCA
		DC1.5	CMDCA
		DC1.6	CMDCA
		DC2.1	Consulta Pública CREPOP
		DC2.2	Consulta Pública CREPOP
		DC3.1	Roda de conversa CRP e CRESS Campinas
		DC3.2	Roda de conversa CRP e CRESS Campinas
		DC4.1	Fórum de Trabalhadores
		DC4.2	Fórum de Trabalhadores

Apêndice B**Protocolo de análise**

Problemas /Dilemas	Trecho (página)	Ações/Orientações	Trecho (página)